

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM TRINTA DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E DOZE:** =====

===== *Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e doze, pelas dezassete horas na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **José Alves da Silva** - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e **Ramiro Pereira Alves Rosa** – Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Votação das atas n.º 16 e 17;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 2º semestre de 2011 - Apreciação;* =====

===== **Ponto quatro:** *Certificação legal das contas individuais do Município – Parecer do Revisor/Auditor externo – Conhecimento e apreciação;* =====

===== **Ponto cinco:** *Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas Individuais do Município/2011;* =====

===== **Ponto seis:** *Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2011 – Aprovação;* =====

===== **Ponto sete:** *Apreciação do Inventário de 2011 de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação;* =====

===== **Ponto oito:** *Certificação legal das Contas consolidadas do Município – Parecer do Revisor/Auditor externo – Conhecimento e apreciação;* =====

===== **Ponto nove:** *Apreciação de Contas Consolidadas do Município do Exercício de 2011;* =====

===== **Ponto dez:** *1.ª Revisão ao Orçamento e PPI/2012 – Aprovação;* =====

===== **Ponto onze:** *Relatório final de acompanhamento e execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2011 – Após encerramento das contas municipais – Apreciação;* =====

===== **Ponto doze:** *Autorização excecional de acréscimo ao fundo disponível do montante inicial das disponibilidades líquidas (art.º 4.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro);* =====

===== **Ponto treze:** *Associação de Solidariedade Social de Loureiro – Proposta de isenção de taxas – Aprovação;* =====

===== **Ponto catorze:** *Regulamento do Conselho Municipal da Juventude – Aprovação;*

===== **Ponto quinze:** *Adenda ao contrato-programa para formação desportiva, celebrado com a Associação Juventude Desportiva Carregosense – Autorização;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Associação Florestal de Entre o Douro e Vouga – Autorização;* =====

===== **Ponto dezassete:** *Terceira adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Associação Florestal de Entre o Douro e Vouga – Equipa de Sapadores Florestais – Autorização;* =====

===== **Ponto dezoito:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Fundação La-Salette – Autorização/Ratificação;* =====

===== **Ponto dezanove:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, com vista à realização do evento “Queima das Fitas 2012” – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte:** *Protocolo de colaboração a celebrar com o Grupo Recreativo, Associativo e Cultural de Cidacos, com vista a promover a realização do evento “Era uma vez...XVI Mercado à Moda Antiga” – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e um:** *Acordo de parceria e aditamento celebrado com a Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER – Ratificação e convalidação de todos os atos e pagamentos entretanto efetuados;* =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Consumos de gasóleo – Protocolos com Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, Sapadores Florestais e Cruz Vermelha Portuguesa (Núcleo de Cucujães) – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e três:** *Desafetação do domínio público – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Limite administrativo entre as freguesias de Carregosa e Vila Chã (Vale de Cambra) – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e cinco:** *Criação de uma Comissão Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária – Designação de um representante de cada Partido Político com representação na Assembleia Municipal;* =====

===== **Ponto vinte e seis:** *Proposta de colocação de sinalização vertical – Quinta da Abelheira, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e sete:** *Proposta de marcação de passadeiras para peões, freguesia de S. Roque – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e oito:** *Proposta de ordenamento de trânsito na Travessa do Pereiro, freguesia de Pindelo – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e nove:** *Proposta de ordenamento de trânsito na Rua Manuel Gonçalves Soares, freguesia de Cucujães – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta:** *Proposta de ordenamento de estacionamento na Rua Prof. Dr. António Joaquim Ferreira Silva, freguesia de Cucujães – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e um:** *Proposta de ordenamento de estacionamento na Rua Dr. António Francisco Bordalo, freguesia de Cucujães – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e dois:** *Proposta de implementação de um sinal vertical H3 (trânsito de sentido único) na Rua da Torre, freguesia de Fajões – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e três:** *Proposta de pintura de linha amarela contínua na Travessa Manuel Alegria, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e quatro:** *Proposta de marcação de linha amarela na Rua 30 de Agosto, freguesia de Fajões – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e cinco:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Cucujães – Aprovação final;* =====

===== **Ponto trinta e seis:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Carregosa – Aprovação final;* =====

===== **Ponto trinta e sete:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Cesar – Aprovação final;* =====

===== **Ponto trinta e oito:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia do Pinheiro da Bemposta – Aprovação final;* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel da Costa Alves Rosa, Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva, António da Silva Xará, José Francisco Brandão Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, José Domingos Campos da Silva, Marco António Guimarães de Castro Azevedo, Helga Alexandra Freire Correia, Francisco Borges de Almeida Alves, José Filipe da Silva Carvalho, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, Diamantino Melo de Almeida, José da Silva Santos, André Lourenço Pinheiro Ribeiro, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Manuel Rebelo da Costa, José António de Pinho Santos, Carlos Manuel de Pinho e Silva, Ilídio Barbosa Lopes, Pedro Joaquim da Silva Ribeiro, Hugo Manuel Gomes Silva Pereira e António de Jesus Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Fernando Manuel Pais Ferreira, Helena Maria Dinis dos Santos, José Ramos da Silva, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Pedro Luís Paiva Dias, Manuel José Tavares Soares, Ana Raquel Simões Teixeira, Bruno Armando Aragão Henriques, José António Domingues Marques Lourenço, Cristina Maria Valente de Pinho, Rui Jorge da Silva Cabral, Armindo Fernando Martins Nunes e Bernardo Amaro Moreira Simões.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela, João Carlos Amaral Osório Nunes Silva.* =====

===== **Independente:** *Rodrigo Moreira da Silva.* =====

===== **Ausência dos Membros:** *Isabel Maria Fernandes G. Ferreira de Vilhena, Rui Filipe Fernandes Nunes, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto, António Luís da Fonseca e Grifo e Miguel Mendes Silva, do Partido Social Democrata (PSD); Manuel Francisco*

*dos Santos Valente, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, do Partido Socialista (PS).* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: Jorge Fernando da Rocha Pinto de Paiva, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Prof. Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena – Primeira Secretária; Marco António Guimarães de Castro Azevedo, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido Rui Filipe Fernandes Nunes; Helga Alexandra Freire Correia, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto e Pedro Luís Paiva Dias, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Carlos Manuel Afonso Bastos Oliveira, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão.* =====

===== *No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia propôs um minuto de silêncio pelo falecimento do Eurodeputado, Dr. Miguel Portas.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== *Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Dr. Manuel José Soares, do PS.* =====

===== *Boa tarde a todos, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas, Público, Comunicação Social. Quando se investe em equipamentos, como os existentes na Praça da Cidade, de resto um investimento de cinco milhões de euros marcado por anos de atraso e outras vicissitudes, o objetivo que preside essa decisão deve ser naturalmente a dinamização cultural e lúdica desses equipamentos, no sentido de tornar mais atrativa a cidade e promover o encontro e o convívio dos munícipes. Não ocorrendo essa dinamização e uma programação constante, inovadora e apelativa surgem os perigos da própria degradação dos equipamentos, por outro lado a estagnação da animação cultural tem como consequência uma cidade triste e deserta que necessita de se reencontrar. Neste contexto pergunta-se, qual o ponto da situação em relação ao espaço de restauração do equipamento e que medidas previstas para uma animação mais efetiva daquele espaço? Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Marco Azevedo, do PSD.* =====

===== *Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e restante Mesa aqui constituída, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e seus Vereadores, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Oliveirenses, minhas Senhoras e meus Senhores. Por muito que se fale é de factos importantes e emblemáticos que ficam para a história do nosso concelho que devemos sempre salientar, enaltecer e como Oliveirenses agradecer a tantos homens e mulheres que de uma forma ou de outra, muito contribuem para o sucesso de eventos e de resultados, muitas vezes no anonimato, no silêncio da sua associação vão levando bem alto o nome de Oliveira de Azeméis. Em Ossela por exemplo, nas palavras da própria Federação de Futsal de Aveiro dizem: “O Grupo Cultural e Recreativo de Ossela confirmou o seu estatuto de melhor equipa Aveirense 2011/2012 na categoria Séniores Femininos, ao arrecadar os títulos da Taça Distrital, o Campeonato e a Supertaça Distrital. As Osselenses não conheceram a derrota na presente temporada.” Fica para a história tão importante época desportiva, mais ainda quando é sustentada com muito trabalho e com grande continuidade. Ainda no Futsal, a Associação Desportiva e Cultural de Azagães, Carregosa, está selecionada para disputar a Final Four do Campeonato de Aveiro, nos próximos dias 26 e 27 de maio, pelo que temos mais uma equipa de Oliveira de Azeméis nas quatro melhores de Aveiro (esperemos que saia vencedora). No próximo domingo, no nosso Pavilhão Dr. Salvador Machado, pela segunda vez consecutiva vamos realizar em Oliveira de Azeméis a final da Taça de Portugal de Futsal Masculino. Além do prestígio e da divulgação do Concelho, tal evento é o reconhecimento nacional do sucesso organizativo do nosso concelho (vamos a ver se, em Oliveira de Azeméis, este ano, o Benfica ganha qualquer coisinha). Já no Hóquei em Patins, a Oliveirense foi a primeira formação nacional a assegurar o acesso na fase final da Liga Europa, tornando-se numa das oito melhores equipas de toda, toda, a Europa. Já no passado dia 1 de abril (e sem qualquer engano), tivemos entre nós os melhores dos melhores atletas de BTT na atividade de XCO Cup, prova integrada no Calendário Internacional, reunindo aqui no nosso Concelho os melhores ciclistas de Cross-Country de toda a Europa. Foi uma organização de excelência da Escola Bruno Neves, com total empenho da GEDAZ. Esta prova trouxe visitantes, comércio, divulgação e muita animação às ruas da nossa cidade, é mais uma atividade de referência a que tanto já nos habituamos no nosso município. Mas todas estas dinâmicas de sucesso e de vitória, só são possíveis quando o trabalho do associativismo funciona, em que tantos voluntários se entregam à sua associação ao seu Clube. Desta forma, é um marco muito importante os 90 anos do Sporting Clube de Bustelo, clube fundador da Associação de Futebol de Aveiro, o clube de futebol mais antigo do nosso concelho, e com novas e remodeladas infraestruturas feitas, é um enorme clube com história, mas com o futuro muito bem assegurado, muitos altos e baixos certamente viveu em 90 anos, mas o seu maior feito foi estar muito ativo e cheio de projetos para o futuro. Um grande voto de parabéns à atual Direção*

*do Bustelo na pessoa do Senhor António Godinho e a todos os Sócios que mantêm o Clube com tão elevado patamar de qualidade. Muito Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====*

*===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Vereadores, Excelentíssimos Membros da Assembleia Municipal, estimado Público, Comunicação Social. Agora que se aproximam a passos largos os dias quentes de verão e as férias dos nossos conterrâneos o CDS traz duas situações importantes á consideração do Executivo Municipal. No sentido de dinamizar a rua pedonal (rua Dr. Bento Carqueja e rua António Alegria) e tendo em consideração que a atual crise financeira impõem uma austeridade e esforços necessários às empresas e trabalhadores, reduzindo-lhes o poder de compra e inevitavelmente baixando-lhes o consumo, torna-se imperativo que os responsáveis políticos locais contribuam e arranjem soluções que desafoguem esta situação e consigam criar dinamismo e mobilidade empreendedora dentro dos seus concelhos tornando-os mais apelativos do ponto de vista turístico e económico. Como já aqui temos falado, apesar do nosso centro de Oliveira de Azeméis, mais concretamente a rua pedonal, estar em boas condições de conservação e manutenção, constatamos uma realidade bastante desmotivante e preocupante para o futuro das ruas em questão. Por um lado, verifica-se que a maioria dos edifícios da rua pedonal estão tendencialmente a ficar desabitados e em condições de degradação eminente, levando a um abandono gradual dos espaços comerciais e escritórios, hotelaria, restauração, etc., e conseqüentemente das pessoas. Por outro lado, os espaços que mantém alguma atividade económica nesta rua estão, cada vez mais, em situação de esforço financeiro e a preparar processos de encerramento e de deslocalização para fora do concelho ou para zonas de maior mobilidade populacional dentro da cidade, que permitam mais dinâmica económica para os seus pequenos negócios. Sabemos que o executivo já tem facilitado as esplanadas nesta artéria e que esta é uma das suas preocupações diárias. Nesse sentido, sugerimos um esforço adicional estabelecendo na rua pedonal a flexibilização das regras e limites para a implementação de esplanadas abertas ou fechadas, guarda-ventos e outro tipo de estruturas. Avaliando caso a caso poderemos facilitar a instalação de zonas de esplanadas que se encontram nas imediações dos edifícios devolutos, possibilitar as esplanadas ao centro da via que não coloque em causa a passagem de veículos prioritários, permitir um prolongamento das esplanadas superior à sua fachada, etc.. Para completar sugeríamos a criação de um horário de passagem, com trânsito proibido fora desse horário de viaturas não prioritárias. Para a reposição de stocks só no horário permitido, deste modo facilitaria a aplicação da nossa proposta para a colocação de esplanadas e outro tipo de ocupação da rua. A outra preocupação que nos trás cá prende-se com a Praça da Cidade, uma obra com valor significativo para o Centro Urbano e que cada dia que passa com as portas encerradas representa uma perda*

*expressiva para a vitalidade do Centro Urbano. Questionamos o que tem atrasado para a abertura do concurso público e para quando a abertura do mesmo para permitir a exploração do local. Também propomos a criação de mecanismos que permitam a intervenção no local, caso seja considerado viável, nomeadamente na possibilidade de criação de um balcão com esplanada virada para a zona de lazer. É voz corrente a existência de vários interessados na exploração deste espaço pelo que urge avançar com os procedimentos necessários para que de uma vez por todas devolvamos este espaço a Oliveira de Azeméis e temos a possibilidade de contribuir para o enriquecimento do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis. Muito obrigado.=====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Armindo Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro da Bemposta. =====*

*===== Senhor Presidente da Assembleia e Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas Membros desta Assembleia e caros Oliveirenses. Os Presidentes de Junta, são por ventura os eleitos mais genuínos do nosso sistema democrático, são eleitos pela comunidade a que pertencem que melhor os conhece e onde as cores partidárias e as máquinas de propaganda são mais esbatidas. Representam as populações das freguesias são eles a primeira pessoa que procuram para resolverem os seus problemas mesmo que esses problemas nada tenham a ver com as competências das juntas de freguesia. Não tenho dúvida de que todos fazem os possíveis e os impossíveis para proporcionarem às suas populações o melhor, não sou exceção à regra e por isso dedico muito do meu tempo a trabalhar par a freguesia numa dedicação que apesar de todas as dificuldades é gratificante. Não tenho da vida pública uma visão partidária. Não preciso de fazer nenhum esforço intelectual ou emocional para atender do mesmo modo este que me é ideologicamente próximo ou aquele que pensa de forma diferente que está legitimamente a lutar pelo que pensa ser o melhor para a sua terra. Achei por isso natural que o Senhor Presidente da Câmara tenha proclamado logo no início a Via Verde para as Juntas de Freguesia. Afinal somos eleitos, representamos as populações e por isso é necessário um canal aberto, fácil, de acesso ao Presidente da Câmara, temos de dialogar, temos de discutir, temos de resolver os assuntos com dignidade que as nossas funções, pelo menos as nossas funções requerem e acima de tudo temos de ser respeitados e temos de sentir que as nossas populações são tratadas com equidade. O que se combina tem de ser cumprido. Não é o que se passa com o Pinheiro da Bemposta e com o seu Presidente. E digo-lho porquê em breves palavras que não quero por agora entrar em mais aprofundados debates. Os valores a receber da Câmara Municipal atingiram no ano passado o valor mais elevado desde pelo menos há dez anos. Conhecendo a Câmara as dificuldades da Junta, designadamente pela dívida herdada, seria de esperar melhor colaboração. Procurei nos documentos de Prestação de Contas, que hoje vem a esta Assembleia, dados para me convencer a mim mesmo de que a percepção de discriminação que tenho não tem fundamento e cito apenas*

*as verbas que na execução orçamental respeitam a Viadutos - Arruamentos e Obras Complementares que atingem o valor de um milhão e trezentos mil euros (1.300.000,00€), o Pinheiro da Bemposta recebeu a quantia de mil oitocentos e trinta e três euros (1.833,00€). Temos moradores que se prontificaram a participar no custo dos materiais, para melhorarmos o pavimento das ruas, precisamos apenas das máquinas, já as pedimos inúmeras vezes por escrito, por telefone, pessoalmente, sempre nos disseram que sim senhor, mandavam as máquinas. Passaram-se meses, num caso mais de um ano e não conseguimos. Temos alguns alargamentos a fazer, os proprietários aceitaram ceder os terrenos e precisamos de máquinas pedidas há largos meses e, prometidas diversas vezes para breve, até hoje não nos foram cedidas. Em determinada altura estava o cilindro da câmara parado há meses na proximidade do nosso estaleiro, precisávamos dele para um pequeno trabalho, pedi telefonicamente a quem de direito a autorização para o utilizarmos, sim senhor, foi a uma sexta-feira ao fim do dia e na segunda-feira seguinte, logo de manhã, quando nos preparávamos para o utilizar, veio o porta-máquinas busca-lo ficando o trabalho por fazer. O outro episódio foi com a giratória pequena, pedimos formalmente a cedência para um trabalho no cemitério, foi-nos cedida e estávamos com o trabalho a meio, quando aparece o porta-máquinas da câmara para a levar, estava a trabalhar há uma hora se tanto, certamente que algum político se apercebeu que a máquina estava no Pinheiro e mandou recolhe-la. As ruas da minha freguesia nunca estiveram tão esburacadas, não tem conta as vezes que lhe escrevi e telefonei, pessoalmente, lhe pedi Senhor Presidente que atendesse a esta necessidade, fi-lo no edifício da câmara pessoalmente já lá vai mais de um mês, disse-me que o assunto seria resolvido rapidamente. Até hoje, nem a reparação foi feita nem cederam o material. Confesso que sinto algum incómodo em ocupar esta digna Assembleia e esta Mesa com estes assuntos, que são assuntos menores, mas faço-o porque eles traduzem uma postura e essa é que eu considero grave, essa é que eu considero que não tem dignidade e por isso eu tenho que a trazer hoje a esta Assembleia. Tenho dito. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor António Xará, do PSD. =====*

*===== Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas, Oliveirenses. Volvida que está a discussão pública do novo Plano Diretor Municipal, impõem-se que faça nesta Assembleia duas notas que julgo pertinentes. Por um lado realçar a forma como essa mesma discussão pública decorreu, com muita divulgação, muita informação, com sessões de esclarecimento descentralizadas que correram todas as freguesias do concelho e com a existência de um espaço permanente de consulta e esclarecimento. Estou certo que esse esforço de divulgação permitiu a todos os oliveirenses interessados um acesso fácil ao documento. Cada um pôde de forma clara e sobretudo informada tomar conhecimento do que o que está em causa com o novo PDM. Esta clareza e esta transparência observada na discussão pública, não pode merecer da minha parte*

nada mais do que um elogio. A outra nota que aqui quero dar, tem a ver com o futuro, com a fase que se segue, é que, se por um lado a fase de discussão pública permitiu de forma generalizada que fossem feitas reclamações, sugestões e pedidos de informação, também é verdade que todas essas participações irão agora gerar um processo de análise, que se quer rigoroso, ponderado e sério. Sabemos que os condicionalismos impostos no novo PDM emanam na sua maioria a sua maior parte de orientações e decisões de organismos externos à Câmara Municipal. Sabemos e estamos certos que a maioria dessas orientações externas é baseada em critérios de ordenamento de territorial lógicos e enquadráveis numa lógica nacional. Sabemos também que nem todas as sugestões feitas terão a mesma legitimidade, no fundo sabemos que a elaboração de um documento desta natureza não é um trabalho fácil, mas, por isso mesmo, esperamos da parte de todos os envolvidos e da Câmara Municipal em particular, uma atenção redobrada, para que saiba distinguir o trigo do joio, para que saiba zelar pelos interesses de Oliveira de Azeméis sem perturbar o interesse nacional, que saiba colocar o interesse público acima do interesse particular, que saiba defender junto das entidades externas um documento que em primeiro lugar, continue a defender um desenvolvimento sustentável do Município; que continue a permitir que este concelho tenha industria em permanente crescimento, sem que isso prejudique a qualidade de vida daqueles que cá fazem o seu dia-a-dia. O trabalho até aqui feito pelos técnicos é significativo, mas atrevo-me a dizer o que se segue não é de menor importância porque é agora que as decisões vão ser tomadas e vão ter consequências por largos anos, sejam elas boas ou más. Se a primeira geração de PDM's no nosso País não foi tão boa quanto isso e hoje é reconhecido pela quase generalidade dos especialistas do nosso país, que este PDM não sofra dos mesmos males, os primeiros foram condicionados pelo fator tempo, mas, neste novo PDM esse fator não foi um problema. Se a objetividade e os interesses superiores de Oliveira de Azeméis forem tidos em conta, estou certo que teremos um excelente guia para o ordenamento do território em Oliveira de Azeméis para os próximos anos. Feitos estes apontamentos sobre o PDM, vou terminar com uma questão concreta, gostaria de saber quais são as perspetivas realistas da Câmara para a entrada em vigor do novo PDM? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas, Público, boa tarde. Umas pequeninas notinhas só. De acordo com o "Correio de Azeméis", Postal da Semana de 27 de março, um munícipe terá pago 250% por atraso de um dia no pagamento da água, há de certeza algum equívoco e muito exagero com certeza. Sou testemunha de alguns atrasos serem abrangidos com quatro cêntimos, simplesmente. O mais arreliador da situação é que passado um dia é imediatamente ameaçado de corte do serviço e só pode ser pago diretamente no GAM. Não se tratando de verbas muito elevadas poderiam proceder à moda da EDP, que normalmente, não sendo bom exemplo, em

nada para ninguém, nestes casos simplifica e ajuda, a fatura é somada no mês seguinte. Eu por acaso fiquei assim um bocado surpreendido com água a 250% vindo de onde vem, cortaram a água, o valor da água a pagar era de dezassete euros, mas se nos esquecermos de pagar no prazo a multa é de vinte e seis euros, para além da fatura cujo valor se tem de pagar a dobrar. Há de certeza aqui algum equívoco, alguma falta de interpretação, mas vindo de um jornalista e administrador do jornal, eu acho que isto merece uma explicação, eu acho que é uma oportunidade que eu dei ao Senhor Presidente e nem precisava desta oportunidade com certeza, mas acho que esta explicação pública acho que a merece. Porque depois vai mais longe, porque uma multa de 250% nem só ir ao bolso é que é roubar e depois fazem-se considerações. Eu acho que tem de haver alguma tolerância, alguma flexibilidade nisto, porque quando há atrasos é logo ameaça de corte e tendo em conta que todos nós temos dificuldades, a própria Câmara tem dificuldades em corresponder e fazer os pagamentos a tempo e horas, é um bocado duro que os Municípios sejam assim encostados à parede dessa maneira. Agora uma positiva, também no “Correio de Azeméis”, 20 de março, na rubrica Empresas e Empresários, se dá conta que as empresas do setor do calçado do concelho revelam-se sólidas e dinâmicas. Das seis referenciadas, quatro são de S. Roque, fico satisfeito. Aqui, em vésperas do 1º de maio, dia do trabalhador, deixo a todos os empresários e trabalhadores que afincadamente lutam pela manutenção dos seus postos de trabalho os meus sinceros votos de reconhecimento e louvor manifestando-lhes a minha homenagem pela sua contribuição para que a região continue a revelar e revela ainda os mais baixos índices de desemprego, no país à volta de 20% e na nossa região um pouco mais de 5% e já é muito, portanto em vésperas do 1º de maio o meu reconhecimento. Também me queria associar ao Sporting Clube de Bustelo pelo nonagésimo aniversário. Bustelo, é um caso de estudo, é um caso sério porque é um pequeno lugar com aquela dinâmica que o grupo desportivo, neste caso o Sporting Clube de Bustelo, tem, portanto é uma honra, aquelas gentes devem sentir-se muito orgulhosas da dinâmica que revelam, devem sentir-se muito orgulhosas do seu grupo desportivo. Queria falar também de uma coisa um bocada mais séria e queria aproveitar para fazer o meu reconhecimento ao Carlos Silva, colega de Santiago de Riba-Ul, pela forma empenhada, pela forma como convoca os colegas, tendo em conta que ele era o representante das Juntas de Freguesia no Conselho de Educação, obrigou-me a pensar e a pensar no seguinte, em S. Roque por exemplo foi aprovado por unanimidade o agrupamento com a Escola Ferreira da Silva, esta unanimidade foi tendo em conta alguns pressupostos que eu tenho algum receio não se venham a concretizar, agora queria dizer só isso, não queria dizer mais nada, mas esta unanimidade pode não ser assim bem, bem, bem, unanimidade assim, há formalmente unanimidade, mas, não queria dizer mais nada para além disso agora. Queria aproveitar para fazer um convite, eu sinto alguns ciúmes às vezes quando vejo na comunicação social as visitas dos Partidos às Freguesias e também eu gostava que os Partidos fizessem visitas à Freguesia de S. Roque, neste caso, porque é sempre uma forma de lembrar, puxar por realidades que nós às vezes só depois na altura da campanha eleitoral é que eles lá passam e não cai bem e as vezes dizem-se coisas apaixonadamente que depois magoam e

*que deixam marcas para o mandato seguinte, portanto seria bom que durante o mandato houvesse visitas às freguesias sem drama nenhum, não é drama, este convite até abusivo da minha parte, ninguém convida ninguém, portanto as pessoas dos partidos são livres, mas eu gostava também de vos ver na freguesia de S. Roque a todos, inclusivamente os que não fazem parte desta Assembleia, porque é sempre bom, é sempre agradável, se quiserem que a gente participe, participa, se não quiserem que não participe, não participa, mas gostava de vos ver lá e não só nas campanhas eleitorais, que aí seguramente vai ter que ser, mas é mais puro, se calhar tem mais sucesso sem ser dentro da campanha eleitoral. Senhor Presidente peço desculpa pelo tempo que vos tomei. Muito obrigado. =====*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*

*===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou procurar ser breve às questões que foram colocadas. Há duas questões que foram colocadas relativamente à Praça da Cidade, ainda ninguém disse, mas pela forma como já eu ouvi tratar isso e também vejo noutros locais, só falta dizerem que a Câmara Municipal tem aquilo fechado porque quer ou que tem prazer em ter aquilo fechado. Todos sabemos o que é que aconteceu e naturalmente outra coisa não era de esperar, que importa rapidamente encontrar uma boa solução e muitas vezes o tempo não ajuda a encontrar uma boa solução. Eu já tive a oportunidade de explicar, julgo que, na última Reunião de Câmara, as diligências que estavam a ser feitas com um promotor, que era uma aposta na nossa opinião bastante interessante, depois de perto de 30 dias de análise do edifício e de tudo o que se passava relativamente ao edifício, esse promotor chegou à Câmara Municipal e disse eu quero comprar o edifício. Quero comprar, portanto eu não quero alugar, não quero ir a nenhum concurso, não quero nenhuma concessão, quero comprar, quanto custa? Como imaginam, não se pode de um dia para o outro dizer não se aluga, quanto é que custa como é que se vai vender? Isto é só um pequeno exemplo de um conjunto de vicissitudes relacionadas com aquele espaço, ninguém quer que o espaço esteja fechado antes pelo contrário, o Município de Oliveira de Azeméis lutou muito para manter o espaço com dignidade, é um espaço de referência é um espaço que nem sempre foi acarinhado, foi preciso alguma persistência para o concluir e aquilo que queremos é naturalmente que aquilo seja um espaço nobre da nossa cidade, aquele e outros e portanto é nisso que estamos a trabalhar. Também deixem-me dizer-vos que é muito fácil chegar aqui e dizer olhe, eu conheço fulano, ou sicrano, o Manuel, o Joaquim, ou o António está interessado naquilo. Pois é verdade, tem havido muitos interessados, só que quando chegam e quando percebem a dimensão do espaço, o valor que está inerente ao espaço, aquilo que querem fazer do espaço, logo dizem: peço desculpa mas eu já não estou interessado. É evidente que teoricamente há muitos interessados, o problema é que na prática não é assim tão fácil e eu agradeço, tenho total disponibilidade e não é assim tão difícil falar comigo ou com qualquer um dos Senhores Vereadores, se alguém tiver conhecimento de uma*

*empresa de uma pessoa singular, que queira, que esteja interessada no espaço, faça o favor, nós aceitaremos essas sugestões e iremos ao encontro do melhor para aquele espaço. Não tenham dúvidas que a nossa intenção é manter aquele espaço como um espaço de excelência, achamos que ele tem extraordinárias condições, acho que hoje toda a gente reconhece isso apesar de nalguns tempos isso não tenha sido assim, mas isso é passado e portanto nós continuamos à procura de uma boa solução para evitar aquilo que aconteceu, porque nenhum de nós seguramente gostou daquilo que aconteceu e portanto hoje felizmente não temos nenhum compromisso relativamente aquele espaço, portanto estamos a começar do ponto zero, porque imaginemos que tínhamos alguns compromissos com aquele espaço seria muito mais difícil para resolver esse problema e andar naturalmente à procura desse mesmo investidor ou dessa concessão e portanto estamos a trabalhar nessa matéria. Mas também não é justo dizer-se que a Praça da Cidade está fechada, a parte do café, porque há outras partes a funcionar a Galeria Tomás Costa continua a funcionar e tem tido uma atividade de grande relevância. A questão do turismo, o Posto de Turismo também está a funcionar vai haver uma intervenção agora fruto de uma candidatura, julgo que até vamos trabalhar isso aqui num ponto da ordem de trabalhos, mas também, deixem-me dizer-vos, não é justo dizer-se que estamos numa cidade fria e deserta, porque, nem de propósito, julgo que já nem preciso de estar a elencar um conjunto de iniciativas de cariz cultural que têm acontecido nos últimos dias em Oliveira de Azeméis que de alguma forma contrariam aqueles emblemas que lhe querem pôr da cidade fria, deserta, das ruas desertas e os dias que aí vêm, o mês de maio vai ser seguramente um mês interessante para se perceber a dinâmica do Município de Oliveira de Azeméis. A dinâmica do Município, não é a dinâmica da Câmara, é a dinâmica do Município, das extraordinárias Associações que o Município tem e que estão sempre prontas a colaborar e a trabalhar, dando cada vez mais notoriedade a este Concelho e isso só não vê que não quer ver, mas já percebi também, que com o aproximar de alguns tempos ou até por algumas questões internas dentro de alguns Partidos, isto agora vai começar a ter algum aquecimento, mas não há problema, nós estamos cá para procurar arrefecer alguns ímpetos menos experientes de alguém que procura encontrar nos outros as questões dos seus insucessos, mas, isso também tem a ver com alguma falta de experiência e seguramente que o tempo ajudará a resolver algumas coisas ou então nós teremos que estar naturalmente preparados para estas situações e naturalmente que sabemos que essas questões vão aumentando com a passagem do tempo, porque algumas pessoas também percebem que se calhar fizeram pouco ou muito pouco e não podem só estar à espera que seja a Câmara a fazer isto ou fazer aquilo, mas isso nós devemos deixar com tranquilidade para os munícipes decidirem, se se fez bem ou se fez mal e não estar aqui a procurar dividir A ou B. Também deixem-me dizer-vos que da análise que eu faço haviam algumas Freguesias do Município de Oliveira de Azeméis que estavam mal habituadas. Freguesias, eu não estou a falar, eu não gosto de estar aqui a falar do Presidente A ou do Presidente B, mas haviam algumas Freguesias que estavam mal habituadas, onde nunca faltava nada e estão aqui Presidentes de Junta que são Presidentes de Junta há mais de 20 anos e são autarcas há muitos mais anos do*

*que eu e não vou se eu a dizer, eles que digam quem são essas Freguesias que estavam habituadas a que nunca lhes faltasse nada e outras onde lhes faltava muito. Portanto eu percebo que alguns possam sentir algumas diferenças, mas isto tem a ver com a grandeza do nosso Concelho e lá chegaremos na altura de fazer balanço. Agora não vale a pena empurrarmos as responsabilidades para os outros, cada um tem de assumir as suas e não é bonito quando se empurram as responsabilidades. Da intervenção do Senhor Deputado Marco Azevedo, julgo que é importante nós agradecermos e reconhecermos, como disse há pouco, ao nosso movimento Associativo. Nós temos um movimento Associativo fortíssimo que sabe como poucos transformar as dificuldades em oportunidades e que nunca baixa os braços nem nunca encontra responsáveis para as coisas menos boas, arregaçam as mangas e procuram encontrar soluções e trabalham de forma apaixonada pelas suas associações e também pelo nosso concelho. Quanto à intervenção do Dr. Miguel Portela, dar-lhe nota do seguinte, qualquer estabelecimento comercial na zona pedonal que queira abrir uma esplanada na zona pedonal não paga licença, está isento. Deixe-me também dizer-lhe que ainda há bem pouco tempo, isso foi até falado na Reunião de Câmara do Executivo, porque isto quando se quer dinamizar a zona pedonal de dia ou de noite temos sempre o reverso da medalha e também fomos confrontados com uma situação de queixas atrás de queixas de moradores da zona pedonal pelos barulhos que eram feitos depois das duas da manhã e tivemos de contactar a GNR, foram feitos estudos de medição e tivemos que tomar medidas relativamente a essas matérias, porque eu acho que devemos dar condições para que existam bares, para que exista animação diurna e noturna, mas respeitando as pessoas, logicamente, não é olhando só para um lado, tem que haver aqui essa compreensão dos diversos setores, mas naturalmente que as sugestões são muito bem-vindas. Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta, do Senhor Armindo Nunes, eu posso-lhe fazer chegar e aí seguramente que o Senhor Armindo Nunes acreditará mais nele até porque é da sua força partidária, sendo o Senhor Independente se é que há Independentes, mas dizendo-se o Senhor Independente e eu naturalmente que respeito, mas o Presidente da Câmara, não sou eu, é o Presidente da Câmara de Matosinhos, que é o Guilherme Pinto, não sei se sabe, que é agora até candidato à Distrital do Partido Socialista no Porto e ele tem feito um conjunto de circulares que tem mandado para os Presidentes de Câmara todos, pelo menos os da Junta Metropolitana e eu vou-lhas encaminhar, amanhã não, porque o seu mail seguramente pode estar entupido, mas na quarta-feira e o Senhor Armindo vai ler aquilo com cuidado e vai acreditar mais nele do que em mim, porque ele é do seu Partido e ele explica lá e o Senhor também se quisier contactar os Presidentes de Junta de Matosinhos por exemplo, ele explica lá as razões que a Câmara Municipal de Matosinhos pouco ou nada faz desde o dia 21 de fevereiro de 2012 que é quando saiu a Lei 8, que é a chamada Lei dos Compromissos. Nós aqui em Oliveira de Azeméis, não decidimos fazer como ele, temos procurado encontrar soluções e assumir esses compromissos, porque o nosso Departamento Financeiro e de Auditoria tem a felicidade de ter um conjunto de bons profissionais que encontraram e que lançaram dentro da nossa casa um programa informático que nos permite pelo menos não*

*infringir a Lei dos Compromissos. Quem não conseguiu fazer o programa decidiu parar e quando se decide parar Senhor Armindo, não há para tapete, não há para brita, não há para pó de pedra, não há para tapete a frio, não há para tapete a quente, não há para nada, não há para outras coisas que eu poderia estar aqui agora a elencar e portanto tem que se estabelecer algumas prioridades. Senhor Armindo, eu reconheço a si e a todos os Presidentes de Junta de Oliveira de Azeméis que há e que este momento é um momento difícil, mas nós tivemos que assumir outras prioridades e a prioridade foi pagar os terrenos da área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro. Naturalmente que se nós não tivéssemos a obrigatoriedade de pagar o que já pagamos, dos terrenos da Zona de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro, podíamos com esse dinheiro fruto da gestão da Lei dos Compromissos, porque agora quando assumimos qualquer compromisso temos de o pagar e dizer que o pagamos nos noventa dias subsequentes, se não tivéssemos que ter comprado os terrenos de Ul/Loureiro ou pago os terrenos de Ul/Loureiro, nós podíamos ter comprado alcatrão, podíamos ter comprado brita, podíamos ter comprado pó de pedra e já podíamos ter tapado mais de metade dos buracos que infelizmente temos no concelho, porque não é na freguesia do Pinheiro da Bemposta, o Senhor se for a Loureiro está igual, se for a S. Martinho da Gândara está igual, se for a Nogueira do Cravo, se for a Fajões, as nossas ruas não estão em boas condições, mas não é as nossas, se for a qualquer ponto do país as ruas não estão em condições porque isso também é uma situação que nós temos que perceber e vamos ter que resolver e tem que haver compreensão para isso e eu espero sinceramente ter a compreensão dos Senhores Presidentes de Junta para essa matéria. Senhor Armindo Nunes imagine que, hoje por exemplo, ou ontem mesmo, ontem não, porque ontem foi domingo, mas que hoje estava prevista uma intervenção com máquinas na sua freguesia, conforme o Senhor se queixou, imagine que hoje, aí ao seu lado está o Presidente da Junta de Ul que é minha testemunha daquilo que ainda se passou na semana passada com uma máquina giratória que estava a fazer um alargamento junto de uma ponte e a máquina foi para lá às dez e meia da manhã e às onze e meia já não estava lá a máquina e o Senhor Presidente da Junta ligou-me muito irritado com toda a razão porque é que a máquina tinha chegado às dez e meia da manhã e às onze e meia já tinha saído, depois fomos ver, até fomos ao local, aconteceu que a máquina avariou no decurso daquela intervenção de uma hora, veja lá o transtorno que foi levar para lá a máquina, começar a romper e depois de repente a máquina ter que ir para o estaleiro. Mas naturalmente que a máquina quando vai para o estaleiro, eu sei que para os Senhores isto parece conversa ou que pode ser música, mas não é música, a máquina quando vai para o estaleiro entra logo em vigor a Lei dos Compromissos que é preciso saber como é que se vai comprar onde é que se vai arranjar forma de reparar a máquina. Porque não há nenhum serviço na Câmara Municipal e estão ali aqueles Senhores que não têm Partido, estão ali encostados à parede e que lhes podem explicar que eles se não souberem como vão pagar, ou a forma de pagar, eles não assumem o compromisso e portanto, aquilo que se chama requisições, as requisições não podem ser feitas. Mas podia estar aqui a dar outros exemplos, o que se passa ainda hoje na Feira do Onze, o Senhor Presidente da Junta de Oliveira de Azeméis*

*é viva testemunha daquilo que se passa hoje, o que é que aconteceu? Ontem, caiu uma árvore de grande porte em cima da Escola da Feira dos Onze e o que é que a árvore provocou? Provocou telhas partidas, tetos furados e Escola sem possibilidades de ter aulas hoje. Logicamente todos os meios operacionais da Câmara Municipal, hoje, estavam na Feira dos Onze, independentemente dos compromissos que tivessem na freguesia A ou na freguesia B. Porquê? Porque era prioritário, a Proteção Civil foi acionada, teve de vir uma grua dos bombeiros de Esmoriz, tiveram que ser cortadas árvores e teve que ser aproveitado hoje não ter chovido para o telhado ser posto e a Escola voltar à sua laboração normal durante esta semana, na quarta ou na quinta-feira, para quê? Os miúdos, hoje, não foram prejudicados, tiveram todas aulas, mas é uma situação que ocorreu ontem e tivemos que acudir hoje com todos os meios operacionais, todas as brigadas estavam lá e portanto se estavam destacadas para estar na freguesia A ou na freguesia B deixaram de o estar e portanto isto acontece. Aquilo que eu vos digo é que, não há aqui nada premeditado, são situações que ocorrem, imprevistos que ocorrem e que seguramente têm que ser todas melhoradas e afinadas e por isso, podem contar comigo nessa matéria, eu não me zango com ninguém por virem aqui dizer ou deixar de dizer, eu não tenho nenhum problema, mas também aquilo que vos posso dizer é que nós temos um rumo, temos uma orientação e vamos continuar a mantê-la e vamos procurar acudir e trabalhar nas dezanove freguesias da mesma forma. Há freguesias que têm mais carências, há freguesias que têm mais buracos para tapar, há outras situações que temos de fazer, agora temos que olhar para os investimentos nas freguesias, aliás o Senhor Armindo até sabe disso, sabe por exemplo quando foi preciso e o Senhor Armindo estava muito preocupado com isso, quando foi preciso tapar a vala e colocar o pavimento em frente ao Centro de Dia porque ia ser inaugurado trabalhamos e falamos os dois e até debaixo de chuva e não havia a Lei dos Compromissos, se houvesse a Lei dos Compromissos não se podia ter feito aquilo, isso era ponto assente, debaixo de chuva colocou-se o pavimento e ficou aquilo tudo muito bem arranjadinho. Não estamos a fazer favor nenhum, estamos a cumprir um compromisso que tinha sido feito com Senhor Presidente da Junta e com a Câmara Municipal e seguramente que vai ver que depois no deve e haver final, vai perceber que não foi muito justa a sua intervenção. E depois há um outro tipo de investimentos que é preciso também ponderar na balança das dezanove freguesias. Aí ao seu lado está o Presidente da Junta de S. Roque, eu por diversas vezes aqui na Assembleia Municipal lhe falei no investimento que estava a ser feito no Centro Escolar de S. Roque e até brincava, entre aspas, com o Senhor Presidente da Junta de Nogueira do Cravo. A mesma coisa está a ser feita por exemplo, o nosso maior investimento vai ser na Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro e nós já aprovamos na Reunião de Câmara o concurso para as infraestruturas da Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro, então isso é importante ou não é importante? Agora ele não estica, não é? Isto não dá para tudo. Eu sei que o Senhor Presidente da Junta de Loureiro tem uma visão estratégica para a sua freguesia, mas também tem os buracos por tapar e tem lá zonas em que está completamente de um lado ao outro, eu ainda lá passei a semana passada e tive a oportunidade de verificar isso e aquilo está péssimo, pois está, mas vamos naturalmente*

*criar condições para resolver isso, é assim que tem de ser e é assim que nós vamos continuar a fazer. Quanto às questões do Senhor António Xará sobre o PDM. Nós fizemos conforme aqui dissemos, tivemos a colaboração também da comunicação social para divulgarmos e incentivarmos os Oliveirenses a pedir esclarecimentos sobre aquilo que não percebiam do PDM. Nós tivemos perto de mil pedidos de esclarecimento e portanto todos os pedidos ou as reclamações, não vão ser todas aceites, mas naturalmente que há muitas que vão ser aceites. E paralelamente a isso tudo já despoletamos e encetamos reuniões com a Reserva Ecológica, já tivemos com Comissão de Coordenação da Região Norte, com a Dr.<sup>a</sup> Célia Ramos que é quem tem a responsabilidade do PDM e que está a analisar o nosso PDM, tivemos reuniões em Braga, na RAN, na Reserva Agrícola com o Diretor Regional da Agricultura do Norte e com o responsável pelos PDM's da área norte que é o Eng.<sup>o</sup> José Luís Gonçalves, posso-vos dizer que muitos dos problemas que aqui foram falados relativamente à RAN, àquela mancha castanha do PDM nas diversas freguesias e que nalgumas era um pouco excessiva, muitos desses problemas já estão resolvidos, não estão todos e também não vão ficar todos, mas muitos deles fruto da argumentação que foi apresentada e algumas reclamações que vinham nesse sentido, muitas dessas questões já foram ultrapassadas e estão resolvidas. A nossa ideia e respondendo objetivamente à questão do Senhor António Xará, é que no dia 20 de Junho, mês seis, que é o limite, caso contrario o PDM anterior entra em vigor, portanto até lá queremos ter tudo resolvido e tudo faremos para que este novo PDM entre já em vigor e portanto que não andemos para trás. Temos já pedidas reuniões nos ministérios que têm esta responsabilidade, naturalmente que também não estamos à espera de ser recebidos já porque é preciso fazer o trabalho com as Direções Regionais, eu já pedi uma reunião à Senhora Ministra Assunção Cristas, ela indicou o Senhor Secretário de Estado da Agricultura, mas nós já falamos e não vale a pena termos a reunião com Senhor Secretário de Estado da Agricultura sem primeiro termos fechada a questão técnica da RAN, para que os técnicos nos possam dizer qual é o limite que eles podem e depois se houver algum desconforto nós voltarmos à carga junto dos Membros do Governo. Uma última nota, relativamente à intervenção do Senhor Amaro Simões, deixe-me já agora dizer-lhe que o Senhor Presidente da República, o Senhor Professor Cavaco Silva, ainda no final da semana passada esteve em Águeda, esteve em Vagos e esteve em Albergaria-a-Velha e na visita a Águeda fez uma referência à indústria do calçado e a um empresário de calçado, ao Luís Onofre, deu o exemplo de alguém que nunca prescindiu de ter a imagem de Portugal nos sapatos, nem de mudar o nome para italiano ou espanhol e de manter o nome dele que é um nome português e isso já foi fruto de uma visita que o Senhor Presidente fez cá a Oliveira de Azeméis, nomeadamente à fabrica do Luís Onofre e ele agora deu este exemplo em Águeda como vale a pena acreditar nas potencialidades e na valorização dos nossos produtos e felizmente também que a indústria do calçado tem dado sinais muito positivos e naturalmente que o mérito é todo dos empresários que têm sabido aguentar e têm procurado encontrar novas soluções para a crise, novos mercados, novos produtos, novos materiais, design, marketing, muito produto novo, muita moda e isso coloca a industria do calçado neste momento a nível de*

*exportações num bom nível e naturalmente todos satisfeitos e também naturalmente a freguesia de S. Roque que é uma das que tem mais fábricas de calçado. Só uma lembrança ao Senhor Presidente da Junta de S. Roque, que ele deve-se ter esquecido, eu pensei que ele ia falar, eu tinha aqui nas minhas notas mas enganei-me, como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia falava muitas vezes aqui na Assembleia Municipal e os seus membros da Assembleia já devem saber da Ponte do Silvar e o Senhor Presidente esqueceu-se, a Ponte do Silvar já está pronta e portanto esse protocolo da Junta de Freguesia com a Câmara Municipal foi cumprido e já se pode circular hoje em segurança na Ponte do Silvar, era uma promessa de há décadas, já foi aqui falado muitas vezes mas o Senhor Presidente da Junta esqueceu-se e não foi seguramente com intenção. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Pedro Paiva, do PS. =====*

*===== Expresso os meus cumprimentos à Mesa da Assembleia Municipal na pessoa do Senhor Presidente, Executivo nas pessoas do Senhor Presidente e Vereadores, Deputados Municipais e Munícipes presentes. Motiva a minha intervenção a preocupação com o novo mapa judiciário, para a reorganização dos tribunais, que se encontra projetado para a nossa região e em especial para Oliveira de Azeméis. Com a nova proposta apresentada sobre a forma de ensaio para a reorganização da estrutura judiciária, o ministério da justiça prevê um esvaziamento de grande parte das competências do Tribunal Judicial de Oliveira de Azeméis através da transferência das mesmas para outras comarcas, numa perspectiva alógica de redução de custos e fundamentalismo troicaniano. Com esta reforma cerca de 2/3 dos atuais processos transitarão para os tribunais dos concelhos vizinhos, permanecendo apenas três juízes, dos atuais nove magistrados afetos ao Tribunal Judicial de Oliveira de Azeméis. Esta reorganização ao demonstrar total falta de conhecimento e reconhecimento pelo trabalho até agora desenvolvido neste círculo judicial, não podia recolher o apoio dos agentes judiciais, estando os funcionários, advogados e juízes frontalmente contra a sua implementação nos moldes propostos. O Município de Oliveira de Azeméis é em termos populacionais, número de processos judiciais e envolvimento económico o terceiro concelho mais importante do distrito de Aveiro, pelo que não se compreende que esta reforma reduza substancialmente as competências do nosso Tribunal subalternizando-o relativamente aos tribunais dos concelhos vizinhos. Sendo Oliveira de Azeméis um dos concelhos mais importantes da região ao nível da ação judicial, torna-se ainda mais incompreensível que com esta reorganização se obrigue milhares de Oliveirenses a deslocarem-se aos tribunais de S. João da Madeira, Feira, Vale de Cambra e Estarreja para acederem à justiça que até agora tinham no seu tribunal. Esta reforma judicial tal como está prevista lesará gravemente os interesses do nosso concelho dificultando e onerando substancialmente o acesso dos oliveirenses à justiça. Por outro lado, a transferência de competências para tribunais dos outros concelhos, já sobrelotados que se encontram com as*

*pendências existentes, acarretará maior demora no julgamento das causas e por consequência custos económicos e sociais impossíveis de contabilizar mas que decerto se farão notar. Enquanto membro da Assembleia, eu, e creio que todos os membros presentes e oliveirenses, apoiam na íntegra a moção aprovada pela Câmara Municipal no respeitante a este tema, no sentido de ser revista a organização do mapa judiciário, com a ampliação de competências do Tribunal Judicial de Oliveira de Azeméis. Mas tal não basta. É necessário uma intervenção política mais ativa, persistente e acima de tudo mais publicitada. Neste sentido, estaremos atentos ao trabalho e luta do Executivo nesta matéria mostrando desde já o apoio incondicional e disponibilidade total para qualquer diligência que considere realizar em prol da salvaguarda dos interesses dos oliveirenses nesta matéria... Senhor Presidente o que está aqui em causa, efetivamente, é a fuga da justiça da nossa área, é tornar os cidadãos Oliveirenses em itinerantes há procura de justiça que decerto se tornará mais tardia e por consequência mais injusta. Neste sentido, para além de sensibilizar, questiono que mais estará a pensar fazer o Executivo em prol desta procura de justiça, em prol de que os tribunais não se retirem de Oliveira de Azeméis? ==*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra a Senhora Dr.<sup>a</sup> Ana Luísa Mendonça, do PSD. =====*

*===== Muito boa tarde a todos os presentes. No passado dia 13 de abril, Oliveira de Azeméis recebeu a visita do Vice Ministro da Educação da República de Moçambique, Dr. Augusto Jone Luís, responsável pelo Ensino Secundário e Profissional naquele país. A acompanhar o Senhor Ministro estavam o responsável pelo Plano Tecnológico de Moçambique, Dr. Kauxique Maganlal e o Prof. Marcelo Ferreira Lourenço, Reitor do Centro Universitário de Votuporanga de S. Paulo no Brasil, bem como dois professores da Escola Superior de Aveiro-Norte, nomeadamente o seu Diretor, Prof. Dr. Martinho Oliveira. Esta visita teve como objetivo dar a conhecer a oferta formativa da região, a sua articulação com a Universidade de Aveiro e com o tecido industrial e empresarial do Entre Douro e Vouga. O Dr. Augusto Jone Luís, considerou que Oliveira de Azeméis oferece boas condições educativas e mostrou-se muito agradado quer com as estruturas de ensino, quer com os seus planos curriculares. De Oliveira Azeméis levou bons exemplos para a sua ação em Moçambique. Ainda durante esta visita o Senhor Vice Ministro partilhou o seu entendimento de que “investir na educação é preparar um futuro melhor”. Motivo pelo qual no âmbito do Plano Tecnológico da Educação, o Governo de Maputo pretende informatizar o maior número de Escolas Secundárias e Institutos de Formação com acesso à internet até 2014. Também a Câmara Municipal partilha desta crença em investimento no âmbito educativo, pelo que, à semelhança do que tem vindo já a acontecer, o investimento em educação continuará a ser uma forte aposta do executivo. Pretende-se que Oliveira de Azeméis seja cada vez mais um Município competitivo, respondendo sempre, e melhor, às exigências e necessidades de um concelho em franco crescimento. O forte investimento no âmbito da educação é, e continuará a ser, uma das áreas prioritárias de ação*

*da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. A preocupação com a instrução, estende-se desde o ensino pré-escolar ao ensino superior, destacando-se no âmbito do ensino superior, o funcionamento no concelho, da Escola Superior Aveiro-Norte uma das mais conceituadas a nível internacional e cujo desenvolvimento passará pelo Parque do Cercal – Campus para a Inovação Competitividade e Empreendedorismo Qualificado onde a Câmara Municipal fará um avultado investimento que rondará os cinco milhões de euros, e da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, que se prevê venha a alargar o seu âmbito com uma segunda fase de construção de um edifício que procurará responder a uma oferta mais diversificada de cursos e serviços na área da Saúde. Para finalizar e no seguimento desta preocupação do Senhor Presidente com temas da educação, gostaria de questionar sobre o processo de agregação de agrupamentos, em que ponto está a situação Senhor Presidente, quais os próximos desenvolvimentos e o que podemos esperar concretamente a este respeito para Oliveira de Azeméis. Obrigado.=====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====*

*===== Boa tarde a todos, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas, Oliveirenses. Para provar que Oliveira de Azeméis não é uma cidade fria nem deserta, a tradição académica está a ganhar raízes entre nós e a cada ano que passa os Oliveirenses aderem às iniciativas da Semana Académica, pois só assim o ensino superior ganhará força entre nós. As festividades iniciaram-se no dia 21 de abril com a monumental serenata na escadaria da igreja matriz, passando pelo cortejo académico, festival de tunas, concertos de música no pavilhão municipal destacando-se a atuação do artista Quim Barreiros no passado sábado e terminando ontem com a missa de bênção das pastas e imposição de insígnias. Este movimento estudantil só eleva o nosso concelho, pois caracteriza-se e acarreta um enorme dinamismo à nossa cidade. A todos os finalistas e a todos os caloiros desejamos as maiores felicidades para a nova etapa das suas vidas, os primeiros que consigam colocação profissional e os caloiros que gostem de estudar em Oliveira e Azeméis e que sejam felizes entre nós. Provando que Oliveira de Azeméis também não é deserta o Ciclo da Primavera 2012 está a decorrer com enorme participação e com um programa de luxo, pois começou com um fantástico concerto de Pedro Abrunhosa, no passado dia 17 de março, passando pela magia do conceituado Luís de Matos, no dia 14 de abril e terminando com a comédia de Fernando Mendes, no dia 26 de maio, quando apresentará o seu espetáculo “mendes.com”. O programa Ciclo da Primavera já é reconhecido por todos como um excelente cartaz cultural do nosso concelho e também da região, pois só poderemos ser competitivos tendo um cartaz cultural não de quantidade mas sim de grande qualidade o que tem acontecido nos últimos anos. Muito obrigado. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Como falei na questão da Escola da Feira dos Onze, acabei de receber a informação que neste momento a Escola já está tapada e portanto, já tem telha, já pode chover que não vai chover lá dentro, e portanto aproveitar para dar os parabéns, quer aos Bombeiros de Oliveira de Azeméis, quer aos funcionários da Câmara Municipal que tudo fizeram, durante o dia de hoje, para que esse objetivo fosse alcançado. E já que estou a dar os parabéns, permita-me também Senhor deputado, Pedro Paiva, que o felicite. Que o felicite, pela sua intervenção e pela postura, porque falou de um problema sério de forma séria para o Município de Oliveira de Azeméis e que tem sido tratado com muita seriedade por todos e nestas questões que são essenciais é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos divide. Ou seja, eu acho que nada nos divide nessa matéria e portanto, as suas preocupações são as nossas. E portanto, deixe-me dizer-lhe que a Câmara Municipal tem aqui até uma posição reforçada porque no período de discussão pública enviou uma carta com os pontos todos à Senhora Ministra da Justiça e a carta falava dos princípios orientadores do ensaio, que estão lá, e portanto, não são nossos e depois explicávamos ponto a ponto onde é que os princípios orientadores não se aplicavam ou não se adequavam à realidade de Oliveira de Azeméis, por aquilo que o Senhor deputado disse e por outras coisas que nós acrescentamos. Um que tinha a ver com a nossa dimensão geográfica; Outro que tem a ver com o número de processos; Outra que tem a ver com a questão do critério da proximidade, porque a proximidade não se aplica se o ensaio for por diante no caso de Oliveira de Azeméis e uma outra situação pelos custos, porque também na questão dos custos que é um dos princípios orientadores a opção por outros tribunais, retira de Oliveira de Azeméis quando o Tribunal de Oliveira de Azeméis não tem de se pagar renda, porque o Tribunal é do Ministério da Justiça e portanto nós contrariamos ponto por ponto. Depois, acresce, conforme eu estava a dizer, a posição do Executivo é reforçada, há um agendamento numa Reunião de Câmara, há uma proposta do Partido Socialista, julgo que a deputada, a Senhora Dr.<sup>a</sup> Ana de Jesus que a escreveu, essa proposta foi discutida e foi aprovada em Sede de Executivo e na mesma proposta vinha um conjunto de entidades que tinham que recebê-la, desde o Senhor Presidente da República aos Partidos Políticos, à Senhora Ministra da Justiça, ao Primeiro-ministro, julgo que, dez, nove, onze entidades, todas elas já receberam, pelo menos nós já recebemos o auto de receção a dizer – acuso a receção e essa posição é uma posição de valor reforçado, porquê? É de todo o Executivo, ia os nomes desde o Presidente da Câmara até ao nono Vereador, todos os nomes para se perceber que isto não era uma guerrilha ou uma luta partidária. E portanto, deixe-me dizer-lhe que a Assembleia Municipal, e se interpreto bem as suas palavras, também manifesta essa preocupação e portanto, nós podemos do ponto de vista da argumentação política dizer que, há também um sentimento generalizado da Assembleia Municipal, um apoio às nossas posições. Nós depois também reunimos com a delegação da Ordem dos Advogados de*

*Oliveira de Azeméis, reunimos com o Senhor Presidente do Tribunal de Círculo, reunimos com o responsável pelo Ministério Público de Oliveira de Azeméis e também falámos com os funcionários judiciais, também no ensaio há transferência de funcionários e portanto, não é só de juízes. E portanto, fez bem em levantar aqui o assunto, é mais um alerta, é mais um sinal e se precisarmos de recolher ainda mais apoio da Assembleia Municipal, pois nós não hesitaremos a pedir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nem que para isso tenha de ser convocada uma Assembleia Municipal Extraordinária, para que, esta pretensão ou a nossa posição, relativamente ao mapa, ao ensaio, sendo certo que é isso que nos dizem que é um ensaio e portanto como ensaio está sempre suscetível de receber sugestões, propostas e depois passar a um documento final, mas, nós, somos e isto que fique claro, independentemente das cores partidárias, o Município de Oliveira de Azeméis todo e Presidente da Câmara em particular é completamente contra o ensaio naquilo que diz respeito a Oliveira de Azeméis, porque Oliveira de Azeméis sai claramente a perder, não há dúvida nenhuma dessa matéria e portanto nós esperamos nos sítios certos, nos locais certos, já o levantamos também em sede da Associação Nacional de Municípios que numa primeira fase a Associação Nacional de Municípios preocupou-se com os quarenta e sete municípios onde os Tribunais encerravam definitivamente e, portanto, nós chamamos à atenção que o ensaio não tinha implicações só nesses quarenta e sete, tinha implicações em muitos outros tribunais e hoje se repararem já há muitos outros municípios como o Município de Fafe que não fecha mas que perde também situações e muitas outros que eu agora não me recordo, Ovar por exemplo, também já expressaram a sua posição e portanto conte, perguntou o que é que podia contar? Conte com a nossa oposição a este ensaio e não regatearemos esforços no sentido de que o ensaio seja melhorado no que diz respeito a Oliveira de Azeméis e no que diz respeito ao funcionamento da justiça em geral. Até isso, também explicamos porque o tempo processual noutros tribunais relativamente ao tempo processual no tribunal de Oliveira de Azeméis é quase o dobro e portanto, também explicamos lá se querem uma justiça mais célere o ensaio se calhar vai prejudicar, vai tornar a justiça mais lenta e portanto tenham lá atenção. Aquilo que nós sabemos é que há duas questões essenciais no ensaio, uma é distritalização, ou seja, quando hoje estamos a discutir novas competências para as áreas metropolitanas, a justiça volta com os distritos e a questão da especialização. Quanto à questão da especialização, acho que, ninguém discute, toda a gente está de acordo com a especialização dos tribunais porque isso torna a justiça mais perceptível e mais rápida, mas, portanto como eu dizia, contem connosco e eu também estou certo que podemos contar com a Assembleia Municipal nessa matéria. Quanto às questões colocadas pela Senhora deputada Ana Luísa Mendonça, a visita do Senhor Vice-ministro da Educação de Moçambique e do Senhor Reitor da Universidade de Votuporanga inserem-se na boa relação que temos com a Universidade de Aveiro, com a Escola Superior Aveiro-Norte e numa visita à Universidade de Aveiro, quer o Senhor Vice-ministro de Moçambique, quer o Senhor Reitor quiseram visitar a realidade de Oliveira de Azeméis. Estiveram na Ferreira de Castro, reuniram com o Senhor Vereador Isidro Figueiredo e ficaram a conhecer um pouco da nossa realidade, pelo menos*

*foram eles que disseram, estavam muito satisfeitos com aquilo que viram e fruto de uma disponibilidade para cooperação nós mostramos essa mesma disponibilidade e vamos naturalmente encetar mecanismos de cooperação, o Senhor Vice-ministro ficou de chegar a Moçambique e depois voltar, ele iria ter uma reunião com o Ministro da Educação, Dr. Nuno Crato e depois voltar a contactar o Município de Oliveira de Azeméis, nomeadamente o Senhor Vereador Isidro Figueiredo. Quanto às questões dos agrupamentos que a Senhora deputada colocou, portanto a proposta que foi aceite e que está neste momento a ser já ultimada, estamos a falar dos cinco agrupamentos no Município de Oliveira de Azeméis: Cucujães/S. Roque; Loureiro/Pinheiro da Bemposta; Fajões/Carregosa; Ferreira de Castro/Bento Carqueja e Soares de Basto/Bento Carqueja são estes cinco agrupamentos. O que é que vem a seguir? A seguir vem a discussão, que ainda não está a ser feita, que é, onde é que será a Sede do agrupamento? Portanto essa é uma discussão que não está feita e é uma decisão que não está tomada e que a DREN é que a toma, no limite o Ministério da Educação que naturalmente eu espero que ouça toda a comunidade escolar e depois há uma outra situação que tem que ser feita, que é a nomeação da CAP. O que é a CAP? É a Comissão Administrativa Provisória e portanto, porque há novas realidades, há novos territórios educativos e portanto essa também é uma matéria que nós iremos acompanhar, mas que é já da responsabilidade do Ministério, nomeadamente da Direção Regional da Educação do Norte que tem tido um bom comportamento, aliás, a exemplo do que a anterior também tinha, nós vemos muitos municípios com razões de queixa da Direção Regional quer da anterior quer da atual, nós felizmente não temos sentido, sempre que é solicitada a colaboração de parte a parte essa boa relação tem existido e portanto esperemos que também nesta matéria tudo corra como estava inicialmente previsto. Uma última nota, para a intervenção do Senhor deputado Filipe Carvalho, sobre os eventos culturais, a Semana Académica e o Ciclo da Primavera e dizer-vos que a Semana Académica terminou ontem mesmo e segundo aquilo que é dito, quer pelos diretamente interessados, mas eles são suspeitos, que eram os estudantes da Escola Superior de Enfermagem, mas, pelos responsáveis saldou-se num assinalável êxito e isso nós queremos é que as tradições e a vida académica tenham cada vez mais força e mais espaço no Município de Oliveira de Azeméis. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====*

**===== PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO) =====**

*===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====*

*===== Vamos então iniciar o “ Período da Ordem do Dia”. Em termos de tempo gasto: o PSD gastou doze minutos e quinze segundos; o PS gastou dezoito minutos e dez segundos e o CDS gastou três minutos e quarenta e cinco segundos. =====*

===== **Ponto um:** *Votação das atas n.ºs 16 e 17;* =====

===== *Presentes para aprovação as seguintes atas: n.º 16 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 30.12.2011; n.º 17 – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 27.01.2012.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 16 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 30.12.2011 foi aprovada por maioria, com duas abstenções.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 17 da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 27.01.2012 foi aprovada por maioria, com duas abstenções.* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, muito obrigado, a informação foi distribuída e portanto se houver algum esclarecimento que queiram fazer ou alguma informação adicional, façam o favor.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *A Assembleia tomou conhecimento da referida informação.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito:* =====

===== *Há deputados, que chegaram um bocadinho atrasados e que ainda não assinaram o “Ponto” e eu ia pedir ao Senhor Presidente da Junta de Oliveira de Azeméis se não se importasse que fizesse chegar a folha de presenças à Dr.ª Helena Santos e ao Dr. Fernando Pais Ferreira. Muito obrigado.* =====

===== **Ponto três:** Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 2º semestre de 2011 -  
Apreciação; =====

===== Presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis relativo ao 2º semestre de 2011, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Nós temos agora um conjunto de pontos, do ponto de vista de metodologia não me compete a mim estar a fazer sugestões mas, o três, o quatro, o cinco, o seis, o sete, o oito, o nove, o dez também está diretamente relacionado, o onze já é diferente tem a ver com relatório, mas, não sei se querem discutir tudo junto ou separado, mas podemos discutir separados não há nenhum problema. Senhor Presidente, como há aqui a Prestação de Contas há uma parte política e há uma parte técnica. Nós temos preparada uma parte técnica que queríamos apresentar no ponto cinco fazendo a discussão toda em conjunto, se o Senhor Presidente autorizasse eu solicitava que a técnica, julgo que é a Dr.ª Fátima Silva que vai fazer, se pudesse fazer essa apresentação inicial do ponto vista técnico e depois então fazíamos as considerações políticas, eu próprio também queria fazer algumas, mas agora íamos cingir aos números. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia aceitou a sugestão do Senhor Presidente da Câmara para a discussão em conjunto do ponto três ao ponto dez. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora Dr.ª Fátima Silva, Chefe Divisão Municipal – DMEF, da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Boa tarde a todos. Vamos então fazer uma apresentação muito simples, muito breve, do que são as Contas do Município de Oliveira de Azeméis. Mas para que de alguma forma vocês consigam perceber o que vem no relatório que é bastante extenso, vamos tentar simplificar aqui algumas informações, nomeadamente, fazendo uma análise numa óptica orçamental em termos de execução orçamental, em termos de execução patrimonial e falarmos um pouco sobre a questão do endividamento. Em termos de receita, portanto falando em execução orçamental da receita, podemos dizer que a receita total efetiva durante o ano de 2011 se cifrou nos trinta e três milhões duzentos e setenta e um mil euros (33.271.000,00€) sensivelmente. Sendo que este valor de receita se traduz numa execução orçamental face à

*dotação inicial prevista face à dotação final de 87,7%, portanto poder-se-á dizer que a elaboração do orçamento está muito próximo do que é a realidade, porque a sua execução está muito próximo, ou bastante próximo, do que poderia ser, dos 100%, do que se pretenderia serem os 100%, sendo que algumas variantes condicionam o cumprimento dos 100% porque são variáveis que são também externas ao próprio Município. Ao nível desta receita total efetiva podemos dizer que face a 2010 houve um acréscimo de cerca de 1,2%, que se traduz em cerca de quatrocentos e dez, quatrocentos e onze mil euros, provavelmente o impacto não é tão grande, ou não se nota um impacto tão grande, porque em anos anteriores nomeadamente 2008 e 2009 tivemos a utilização do Empréstimo de Saneamento Financeiro e portanto daí que parecer que a receita tem um valor muito, muito abaixo. Por outro lado, tivemos também uma forte e drástica redução transferências do Estado, pelas reduções que têm vindo a ser impostas, nomeadamente desde 2010: 2010 cerca de quinhentos e vinte e oito mil euros (528.000,00€); 2011 – seiscentos e setenta e dois mil, seiscentos e setenta e três euros (672.673,00€); em 2012 estamos na ordem dos seiscentos e trinta e três mil euros (633.000,00€), portanto são valores num total, em três anos, um milhão oitocentos e trinta e cinco mil euros (1.835.000,00€) é bastante dinheiro. Relativamente a algumas das rubricas que compõem a receita, podemos dizer que tivemos aqui algum aumento ao nível das transferências correntes, nomeadamente da DREN. Ao nível de impostos diretos a grande rubrica a subida maior foi ao nível da Derrama, sendo que compensou de alguma forma o valor de IMT, portanto Imposto Municipal sobre Transmissão de bens que baixou cerca de quatrocentos e oito mil euros (408.000,000€). Por outro lado, ao nível das transferências de Capital tivemos aqui um aumento nas participações, ao nível de candidaturas, nomeadamente o FEOGA e QREN, etc. portanto algumas candidaturas que nós conseguimos concretizar e que conseguimos obter verbas, portanto, dá aqui um acréscimo na ordem dos 25,3% em termos de total. Ao nível da venda de bens e serviços correntes, rendas de habitações. Temos também ao nível das cotas de serviços algum acréscimo. Ao nível de multas e penalidades aqui temos um decréscimo enorme, que se nota drasticamente nos loteamentos e obras, como seria de esperar pela conjuntura em que estamos não seria de outra forma, não é? Penso que é ao nível do país e não é só em Oliveira de Azeméis. Passaria agora a uma análise ao nível da despesa, em termos também orçamentais. Em termos de despesa total efetiva o valor cifrou-se na ordem dos trinta e dois milhões e quarenta e sete mil euros (32.047.000,00€), sendo que face à dotação inicial executamos 84,4% e ao nível da dotação final 82,6%, digamos que se tentou fazer aqui um esforço muito grande de redução de despesa, mas há despesas que são impossíveis de retirar. Esta diminuição da despesa traduziu-se em cerca de setecentos mil euros (700.000,00€) em relação ao ano anterior, que corresponde a cerca de 2,1%, aqui também podemos verificar que houve uma diminuição ao nível da despesa corrente na ordem dos duzentos e trinta mil euros (230.000,00€) e ao nível da despesa de capital na ordem dos quatrocentos e sessenta e nove mil euros (469.000,00€). Portanto, agora pegando um pouco mais na vertente de execução do PPI em que áreas é que houve aqui maior ou menor investimento: Neste caso, o maior investimento foi feito nas funções*

gerais, com uma percentagem de execução na ordem dos 122%, 123%; Nas funções sociais, nomeadamente na educação, cerca de 71%; Na cultura também cerca de 73% e penso que isso também ficou explícito pela forma como os Senhores Deputados falaram sobre a questão da cultura e de como tem sido desenvolvida. Digamos então que o PPI apresentou uma taxa de execução de 63,4%, portanto, na ordem dos quatro milhões cento e sessenta e oito mil euros (4.168.000,00€), um acréscimo anual pequeno 0,9% é verdade, no entanto tendo em conta toda a conjuntura e as obrigatoriedades que temos no cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, portanto, leva-nos também a que haja alguma contenção. Passando para uma análise mais económica, portanto numa vertente mais patrimonial, os custos no ano de 2011 totalizaram cerca de trinta e um mil oitocentos e dez mil euros (31.810.000,00€). Sendo que entre estes os mais representativos são os custos com pessoal que apesar de tudo sofreram uma redução de 32,5% para 30,8% de 2010 para 2011. Os fornecimentos e serviços externos, estes sofreram um acréscimo por via de determinadas situações que mais à frente também poderemos falar e ao nível das amortizações do exercício pela inclusão de novos investimentos faz também com que as amortizações aumentem. Por outro lado temos uma grande rúbrica, que tem um peso bastante elevado no total dos custos do Município e que tem a ver com os subsídios correntes e de capital que a Câmara Municipal atribui e que no ano de 2011 se cifrou nos seis milhões e trezentos e noventa e seis mil euros (6.396.000,00€). Portanto podemos dizer que, apesar dos custos operacionais terem tido um ligeiro acréscimo de 0,8%, os custos totais tiveram uma redução de 3,1%. Algumas das rúbricas penso que não interessará entrar aqui em muitos detalhes, mas de qualquer das formas vamos passar os olhos em algumas das rúbricas que constituem os custos, nomeadamente o que compõe o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: água para distribuição; materiais para armazém para se desenvolverem determinadas obras por ajuste direto; combustíveis, etc., aqui grandes rúbricas são estas que eu nomeei, outras sofreram inclusive alguma diminuição. Ao nível dos fornecimento e serviços externos, como eu dizia há pouco tivemos um acréscimo ao nível da eletricidade, ao nível dos passes e transportes escolares; uma forte redução ao nível de trabalhos especializados, nomeadamente também ao nível das refeições escolares por via de uma redução do custo/refeição, apesar que este ano vamos ter o problema do IVA, portanto aqui os valores vão parecer um bocado mais elevados, mas, de alguma forma, serão justificados por todas as condicionantes que estão associadas. Ao nível das transferências e subsídios concedidos tivemos aqui um acréscimo de cerca de 23,3%, nomeadamente, para a GEDAZ; ao nível do Centro de Línguas também cento e noventa e seis mil euros (196.000,00€); UDO; Academia de Música; Fundação La-Salette, algumas das entidades que de alguma forma tiveram também apoio da Câmara Municipal, digamos grandes rúbricas. Ao nível dos custos ainda, falando nos custos e perdas financeiros, provavelmente lembrar-se-ão que no decurso do ano passado tivemos assim uma variação de taxas de juro bastante grandes, nomeadamente a tendência de subida, que fez com que os encargos financeiros tivessem também um acréscimo na ordem dos 19,6%, portanto totalizando novecentos e oito mil seiscientos e trinta e cinco euros (908.635,00€). Já ao nível dos

custos e perdas extraordinárias, tivemos aqui uma redução de cerca de 34,6%, portanto um milhão, trezentos e oitenta e sete mil euros (1.387.000,00€) sensivelmente, sendo que aqui se traduziu numa diminuição de alguns encargos, de alguns subsídios que em relação a anos anteriores que foram atribuídos. Ao nível dos proveitos, portanto continuando numa óptica económica e patrimonial, ao nível dos proveitos podemos dizer que os proveitos operacionais baixaram 1,4%, no entanto, em termos de proveitos totais o decréscimo foi mínimo, sendo que se cifrou na ordem dos trinta e três milhões e trinta mil euros (33.030.000,00€) sensivelmente, digamos que houve uma variação negativa de cerca de 68.000,00€ em relação a 2010, portanto um valor relativamente pequeno tendo em conta que associado a estes valores estão aquelas grandes rúbricas que eu vos falei de redução de transferências de verbas do Orçamento de Estado, portanto digamos, umas coisas a compensar as outras, o saldo não foi muito mau. Podemos então dizer que ao nível dos proveitos mais representativos temos as transferências e subsídios obtidos na ordem de cerca de 45%; receitas de impostos e taxas na ordem dos 30%; vendas e prestações de serviços na ordem dos 14%. Ao nível de impostos e taxas, como já vos disse, a Derrama foi dos impostos que mais subiu, arrecadamos um valor de mais de setecentos e trinta e dois mil euros (732.000,00€) sensivelmente, assim como do IMI também conseguimos uma arrecadação superior, no entanto o IMT teve aqui uma quebra drástica que conseguiu alguma compensação por via do aumento dos outros impostos, mas cria aqui algum desequilíbrio em termos da projeção e da execução ao nível anual. Ao nível de transferências e subsídios obtidos também já vos disse, vem na onda das transferências do QREN do FEOGA, portanto todas as candidaturas que foram conseguidas e traduzidas em execução e por via disso em transferência de verbas. Ao nível da venda e prestações de serviços denotou-se aqui realmente uma quebra de 2,5%. Nota-se que as pessoas também começaram a ter mais algum cuidado inclusive no consumo da água, por um lado é bom porque é um bem escasso, mas traduz-se para nós em alguma dificuldade na gestão depois desta falta de verba. Ao nível de trabalhos para a própria entidade, as medidas todas de contenção de custos que têm vindo a ser adotadas, nomeadamente por via do Plano de Saneamento Financeiro, também afetam esta aquisição de matérias e portanto, tem havido aqui algum equilíbrio, alguma estabilização ao longo dos últimos anos. Ao nível dos proveitos e ganhos extraordinários houve aqui um acréscimo substancial na ordem dos 40%, sendo que a justificação é clara, pelo menos em termos técnicos, o que é que acontece nesta situação? Nós só podemos transferir para proveitos as verbas que recebemos de candidaturas na proporção das reintegrações, portanto das amortizações e reintegrações que são feitas ao logo do exercício relativamente a esse bem, a essa candidatura que se traduziu na construção de um espaço, de um equipamento, etc., e portanto a partir do momento que esses equipamentos entram em fase de amortização os valores ao nível de proveitos deixam de estar em proveitos diferidos e passam a estar diretamente distribuídos nos proveitos ou afetos aos proveitos anuais e daí o acréscimo, temos tido bastante investimento nos últimos anos e traduz-se agora também num acréscimo ao nível dos proveitos extraordinários. Outra das rúbricas que também sofreu uma variação e um aumento

significativo foi ao nível das cobranças de multas e o reconhecimento também como proveito do exercício em relação a provisões. Ao nível do investimento e também ainda na ótica económica, podemos dizer que houve uma variação, portanto um aumento de 17,7% em relação ao ano anterior, sendo que totalizou quatro milhões cento e sessenta e seis mil euros (4.166.000,00€), invertendo de alguma forma a tendência que se vinha a verificar nos últimos anos que era de alguma diminuição e portanto, conseguimos fazer aqui um salto em termos de investimento e portanto a conseguirmos um aumento com todas as condicionantes conforme já vos falei em termos de arrecadação de verbas, etc. Ao nível dos resultados, os resultados operacionais apresentaram uma diminuição anual na ordem dos seiscentos e noventa e sete mil euros (697.000,00€) sensivelmente, sendo positivos com três milhões trezentos e trinta e cinco mil (3.335.000,00€). Os resultados financeiros registaram um valor negativo principalmente por via, do que já vos falei, da taxa de juro, do acréscimo da taxa de juro que foi sendo sentida ao longo dos meses durante o ano de 2011 e portanto gerou um agravamento nesses encargos financeiros e por via disso um peso maior dos custos financeiros do que dos proveitos financeiros. Ao nível dos resultados extraordinários registou-se um valor negativo de um milhão e duzentos e quarenta e sete mil euros (1.247.000,00€), como vos dizia há bocado, tem a ver com aquele reconhecimento do proveito e por outro lado também com a diminuição anual das transferências de capital concedidas e portanto há aqui uma melhoria significativa face ao ano anterior na ordem dos 58,8%. Já ao nível do resultado líquido do exercício, tivemos aqui um aumento, portanto temos um resultado líquido positivo com um aumento de cerca de novecentos e trinta e seis milhões de euros (936.000.000,00€) face a 2010. Numa ótica financeira e patrimonial, portanto as grandes rúbricas de balanço, podemos dizer que o ativo líquido totalizou, em 2011, cento e oitenta e oito milhões e trezentos e dezasseis mil euros (188.316.000,00€). A grande questão que normalmente gera algumas dúvidas e que é importante procurar esclarecer, em termos de evolução da dívida e endividamento municipal. A dívida total no final de 2011 cifrou-se em cerca de quarenta e sete milhões e seiscentos e oitenta e seis mil euros (47.686.000,00€) sensivelmente, mantendo a tendência que ao longo dos últimos anos e desde que foi elaborado o Plano de Saneamento Financeiro, tem vindo a ocorrer, sempre numa tendência descendente de diminuição. Neste último ano e face a 2010 regista uma variação de um milhão setecentos e noventa e cinco mil euros (1.795.000,00€), portanto reduzimos cerca de um milhão e setecentos e noventa e cinco mil euros (1.795.000,00€), o valor da dívida total, na ordem dos 3,6% e uma diminuição acumulada nos últimos seis exercícios na ordem dos nove milhões cento e dezassete mil euros (9.117.000,00€) portanto bastante significativo e que de alguma forma demonstra que o Plano de Saneamento Financeiro veio ajudar e tem vindo a ser concretizado dentro de todas as condicionantes que também já vos falei. Ao nível do endividamento líquido municipal, no ano de 2011, este registou um valor de trinta e quatro milhões quinhentos e sessenta e um mil euros (34.561.000,00€) mais ou menos, sendo que tivemos aqui uma variação negativa, conseguimos reduzir cerca de três milhões quinhentos e noventa e seis mil euros (3.596.000,00€) valor este que é muito superior ao que

*estava estabelecido e está estabelecido e previsto o montante de redução na Lei das Finanças Locais. Podemos dizer que no período de 2006 a 2011 este valor de endividamento sofreu uma diminuição total na ordem dos quinze milhões quinhentos e setenta e quatro mil euros (15.574.000,00€), portanto um valor bastante significativo. No final de 2011 outra das regras que em termos legais e da Lei das Finanças Locais e dos últimos Orçamentos do Estado nos últimos anos têm vindo a obrigar, tem a ver com a redução também da dívida de empréstimos de médio e longo prazo. Sofreu acréscimo em 2008, por via do Plano de Saneamento Financeiro, como era óbvio, mas todos os anos e cumprindo a norma que a lei estabelece teríamos que fazer uma redução gradual também destes valores e isso tem-se vindo a verificar, portanto no final de 2011 a dívida de médio e longo prazo totalizava (neste caso empréstimos) trinta e seis milhões e seiscentos e quatro mil euros (36.604.000,00€) sensivelmente, sendo que era um valor muito inferior ao que a DGAL nos deu a indicação de que teríamos de cumprir, valor este que se cifrava na ordem dos trinta e oito milhões e setenta e seis mil euros (38.076.000,00€), portanto conseguimos uma redução anual mais ou menos de dois milhões cento e quarenta e sete, dois milhões cento e quarenta e oito mil euros superando a redução mínima legal anual que nos estava imposta, portanto demonstrando aqui um esforço realmente grande que tem vindo a ser feito de controlo das contas e de redução de todas estas regras legais que nos têm sido impostas e que o próprio Plano de Saneamento Financeiro nos vem obrigar. Fico ao dispor de qualquer esclarecimento que entendam necessário. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou naturalmente ser muito mais curto do que a Dr.ª Fátima, porque deu uma explicação técnica pormenorizada. Permita-me só que vos diga que o ano de 2011 foi um ano também muito difícil para os municípios, as dificuldades, as exigências, os cortes nas transferências dos Orçamentos e portanto para aqueles que me viam no dia onde quando se discutia as contas eu fazer críticas ao Governo do Eng.º Sócrates, deixem-me dizer-vos que, da mesma forma as faço ao Governo do Dr.º Pedro Passos Coelho sem qualquer problema. Porque acho que muitas vezes, ou demasiadas vezes, os municípios são chamados a resolver problemas e a encontrar soluções para o qual nada contribuíram e portanto é fácil quando tem na mão a questão das transferências, das competências, das exigências acionar mecanismos que provocam dificuldades em termos de gestão às Câmaras Municipais e portanto, essa sina relativamente ao poder local infelizmente mantém-se e, portanto, eu não posso deixar também de fazer aqui esta referência. Trabalhamos conforme se percebeu na questão da consolidação das nossas contas e os grandes objetivos que estão definidos do ponto de vista macroeconómico foram totalmente atingidos. Ou seja, nós (conforme já a Dr.ª Fátima explicou) reduzimos a nossa dívida total, ou seja, temos uma dívida 47.6 com uma redução de 1.8 milhões de euros relativamente ao exercício do ano passado. Naquilo que*

*diz respeito ao cumprimento da redução obrigatória do limite ao endividamento líquido, o montante mínimo obrigatório a reduzir em 2011 era de 1.3 e a redução verificada foi de 3.5, ou seja 3.6, 3.595 o que significa que o nosso endividamento líquido está nos trinta e quatro milhões quinhentos e sessenta e um mil euros (34.561.000,00€) e a mesma coisa relativamente à redução obrigatória também ao limite do endividamento médio e longo prazo, aquilo que vulgarmente, onde inclui os empréstimos, também aí o montante mínimo obrigatório a reduzir era de 1.871 e o Município de Oliveira de Azeméis reduziu 2.147. Deixem-me dizer-vos também que e seguramente que isso vai ser falado, mas eu vou já antecipar-me nessa informação que a dívida a fornecedores, nestas contas, aumenta seiscentos e cinquenta e cinco mil euros (655.000,00€), mas, não podemos só dizer isto, temos de dizer e acrescentar a isto que nós terminámos o ano com mais 1.2 milhões em disponibilidades, ou seja, em caixa e bancos, ou seja, este exercício que eu vos vou sugerir, se nós aplicássemos os mesmos níveis que aplicamos no ano anterior este valor já não ia aumentar. Como bem se lembram e falámos aqui na Assembleia Municipal, de dezembro, havia uma certa incerteza relativamente aquilo que vinha, deixem-me dizer-vos que estamos a acabar o mês de abril e acho que se calhar fizemos bem. Não é se calhar. Fizemos bem. Porque essa incerteza prendia-se com a questão de como é que ia ser, quais é que eram as regras do Orçamento e as regras fruto da intervenção da Troika para o ano de 2011 e, portanto, nós precavemo-nos e a grande maioria da Câmaras na transição do ano com alguma disponibilidade de caixa e bancos para que as contas de 2011 pudessem estar aqui com valores superiores aqueles que se nós pagássemos aos fornecedores. Já que estou a falar de pagamentos, deixem-me dizer-vos também que naquilo que são também os objetivos máximos, nós voltamos, o Município de Oliveira de Azeméis voltou, a reduzir o prazo médio de pagamento. Bem sei, também, que dirão alguns que ainda estamos longe dos 47 dias que o Plano de Saneamento Financeiro apontava, mas o que importa aqui realçar é que este esforço de diminuição do prazo médio de pagamentos tem sido feito de forma contínua, ou seja, se nós olharmos para o prazo médio de pagamentos de 2010 reduzimos 13 dias, ou seja, pagamos a 123 dias no ano de 2011 e estamos também abaixo daquela que é a média nacional dos municípios, dados da Associação Nacional de Municípios Portugueses que diz que os municípios do país, os 308, estão a pagar em média a 131 dias e portanto nós também estamos abaixo da média nacional relativamente a esta questão do prazo médio de pagamentos e continuamos a trabalhar diariamente com o objetivo de pagar a tempo e horas e de pagar o mais rápido possível para que não subsistam dificuldades. Aliás, como sabem, neste momento está em cima da mesa a possibilidade de um apoio para dívidas superiores a 90 dias para os Municípios Portugueses, todos eles, aqueles que precisam, porque há 47 que não precisam, há 47 Municípios dos 308 que não têm dívidas a mais de 90 dias e portanto esses não precisam, mas há e estão a ser negociadas condições com a Troika para que os Municípios Portugueses que tenham dívidas a mais de 90 dias possam recorrer a uma linha de financiamento e se isso acontecer e se isso for possível nós seguramente que reduziremos drasticamente este número e lá chegaremos perto daquele que é o nosso grande objetivo. Relativamente às despesas, deixem-*

*me também dizer-vos que, a despesa total diminuiu relativamente ao ano de 2010, ou seja, baixamos 2,1% a nossa despesa e baixamos também as despesas relacionadas com o pessoal como sabem também fruto de imposições no pagamento de salários, mas não só. Permitam-me que vos dê esta informação, nós fechámos o ano com 551 funcionários e portanto, se olharmos para os valores dos outros anos, a redução tem vindo a acontecer anos após ano e há uma variação de um funcionário relativamente ao ano passado e posso vos dizer que não é correto dizermos isto assim, que há mais um funcionário porque não há, ou seja, estamos a falar de funcionário que, está em sistema de mobilidade e nem sequer está nos quadros do Município de Oliveira de Azeméis, está ao abrigo da Lei da Mobilidade, veio transferido da Administração Pública para Oliveira de Azeméis, senão o movimento seria zero de entradas, portanto nós estamos nos 551 funcionários. Naturalmente que teremos (e os números a Dr.ª Fátima também falou) relativamente ao volume de investimento, nós procurámos o desenvolvimento harmonioso do Concelho é evidente que uns dirão que era prioritário fazer isto ou fazer aquilo. Nós fizemos um conjunto de intervenções, durante o ano de 2011, de diversas áreas, muito beneficiando as vias de comunicação em profunda e estreita articulação com as Juntas de Freguesia que foram parceiros imprescindíveis para que hoje possamos estarmos aqui a falar destes números e fomos construindo um conjunto de equipamentos, ao nível do município pelas diversas freguesias, de apoio social, na área ambiental e portanto o investimento não foi aquele que nós gostaríamos que fosse, mas naturalmente que, se bem percebem, para cumprirmos e atingirmos e continuarmos a este nível de redução teremos que naturalmente hierarquizar e priorizar o investimento e portanto procuramos o investimento reprodutivo e é por isso que a Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro é um excelente exemplo, o Parque do Cercal é outro e há naturalmente um conjunto de outros investimentos espalhados pelas 19 freguesias também nessa perspectiva. Estamos como disse, estamos no caminho certo, continuamos a reduzir os nossos níveis de endividamento, a nossa dívida, reduzimos o nosso prazo médio de pagamento a fornecedores, reduzimos a nossa despesa total e também temos hoje relativamente aos Revisores Oficiais de Contas que já foram tão falados nestas Assembleias Municipais e espero que desta vez voltem a ser falados porque não só quando eles dizem ou colocam pontos negativos, porque todos eles dizem que nós cumprimos com os níveis e com os patamares que nos eram exigidos. Contas são contas e são factuais, elas aqui estão, estão registadas, são as contas de 2011 e naturalmente que a apreciação política agora ficará para a Assembleia Municipal e cada um fará aquilo que entender. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. António Rosa, Dr. Miguel Portela, Marco Azevedo, Ilídio Lopes, José Campos, Rui Cabral, Dr. Fernando Pais e Bruno Aragão. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====*

===== Antes de mais isto foi um trabalho um bocado difícil de fazer, foram vários pontos houve alguns parciais depois outros finais, estejam à vontade para apontar qualquer falha da minha parte, mas tentei fazer uma abordagem o mais completa possível. Nós reparamos que existe uma quebra evidente nas receitas previstas apesar de estarmos perante o aumento das receitas correntes. Por isso as perdas são imputadas na sua maioria à custa das receitas de capital. Mesmo assim aponta-se para o cumprimento dos níveis de endividamento, os maiores ganhos com encaixe de receitas de impostos tem ajudado a suster as perdas apontadas atrás. Os encargos com pessoal continuam pesados para o Orçamento Camarário e realçamos mais uma vez o peso dos recursos aos serviços externos 21,5% uma insistência assumida por nós neste capítulo para reduzir custos. Mais uma vez confirma-se que as despesas com estudos pareceres e consultoria são elevados duzentos e treze mil euros (213.000,00€) também os trabalhos especializados duzentos mil euros (200.000,00€) aparece uma rubrica de diversas aquisições dos serviços da Câmara Municipal no valor de um milhão e cinquenta e oito mil euros (1.058.000,00€), questionamos, que serviços são estes que levam uma importante fatia desta verba. Preocupou-me sentir que algo que acho importante no relatório do Revisor e que foi o facto de este não conseguir garantir a veracidade da dívida porque só conseguiu uma resposta dos fornecedores de quatro milhões de euros (4.000.000,00€) quando a dívida que a Câmara apresenta a outros credores será de treze milhões de euros (13.000.000,00€), penso eu que não vi mal, fiquei com esta dúvida. O que falhou nos serviços administrativos para que os fornecedores entreguem as contas correntes ao Revisor de Contas para este poder comprovar que os números apresentados estão confirmados. Seria de bom-tom que o Revisor não precisasse de colocar esta reserva nas contas. Posso ter percebido mal? Mas, aí terei percebido mal. É patente que o endividamento líquido se enquadra dentro dos limites mínimos legais e supera o mínimo exigido. Contudo, temos mais verba este ano do que no ano passado através da entrada dos impostos diretos como a Derrama e o IMI que têm compensado as perdas das transferências do Estado, felizmente nem tudo corre mal nestes tempos difíceis. Aproveito a oportunidade para alertar que no próximo ano, aproveitando os aumentos do IMI, devemos considerar o abaixamento da percentagem máxima que está a ser cobrada, será esta uma das alturas em que a população oliveirense mais precisa de apoio da autarquia e esta, para mim, será a melhor forma de o fazer. Já na certificação legal das contas solicitamos alguns esclarecimentos e por favor corrijam-me se estiver errado. Segundo o relatório do Revisor em 2007 foram considerados em proveitos as vendas de terrenos mas até 31 de dezembro de 2011 ainda não foi efetuada a escritura. Que terrenos são estes e como é que em tantos anos depois ainda não se conseguiu escriturar, qual o impedimento, o porquê desta situação? Também referem que já existiram entradas por conta desta aquisição. A que contratos se referem estas referências pois já lá vão cinco anos. Também achamos relevante esta referência, sobre as reservas que colocou no ponto sete a dez inscritas na Certificação Legal de Contas e alertamos para os riscos que a Câmara Municipal está a correr pelos factos assinalados como ênfases, dizem os auditores que as apólices de seguro já não cobrem estes bens, logo, se houver algum

*problema a situação pode ser preocupante. Também achamos importante referir no resultado líquido de 2011 a evolução do endividamento em contraciclo da GEDAZ que pesa cada vez mais nas contas do Município. Nos últimos três anos a GEDAZ aumentou perto de dez vezes o endividamento. É evidente que perante o estipulado no Plano de Saneamento Financeiro a autarquia está acima do previsto em cerca de quatro milhões de euros (4.000.000,00€). No entanto, é cumprida a redução mínima anual estipulada pelo Plano de Saneamento Financeiro, vai cumprindo mas afastado do resultado ideal. O esforço pelo cumprimento das metas é patente, aliás, já o temos referido anteriormente, existe a consciência e evidencia que esse esforço existe e que temos que pagar as dívidas. Não aumentou o endividamento líquido Municipal, a dívida desce, não ao nível estipulado, mas dentro dos limites legais e as dívidas aos fornecedores estão abaixo dos 180 dias legais mas ainda bastante aquém dos 47 dias desejados. É importante agilizar a cadência dos últimos três anos. Ainda neste capítulo o cenário mantém-se em relação ao ano passado sem se conseguir reduzir os níveis deste tipo de endividamento. Isto pois do prazo médio de pagamentos a fornecedores demonstra uma redução relativamente ao ano passado de 13 dias sendo agora de 123 dias. Contudo, esta demora grande no pagamento aos fornecedores não cumpre o nosso compromisso aquando da assunção do Plano de Saneamento Financeiro, os 47 dias. Apercebemo-nos também que este ano a dívida aos fornecedores aumentou em relação ao ano passado como o Senhor Presidente já o disse. Nesse sentido achamos que estamos a travar a economia local com a agravante de devermos mais este ano a fornecedores do que o ano passado e como o investimento público é residual pelas dificuldades económicas, a melhor contribuição que podíamos dar à economia seria pagar o mais rápido possível aos fornecedores. O esforço continua a ser manifestamente insuficiente e continuamos a demorar demasiadamente a efetuar estes pagamentos. Continuamos nós CDS também a insistir na necessidade de acelerar o ritmo da redução do passivo financeira para podermos ganhar alguma liberdade e folga, para apostar no investimento, para reverter os efeitos prejudiciais que este capítulo nos pode trazer. A falta de investimento continua a ensombrar o futuro do concelho. É verdade que cumprimos a Lei das Finanças Locais, mas será preciso um esforço superior para melhorar os níveis desejados por todos nós e atingir resultados mais satisfatórios para a saúde financeira do município. Ao nível dos custos temos que reduzir o supérfluo, sobretudo ao nível dos consumos externos e volto a salientar a necessidade de rentabilizar os serviços internos da Câmara alguns dos quais com elevada competência técnica e melhor conhecimento das condições reais. Também nos apercebemos que a nossa capacidade de gerar receita baixou, taxas, licenças e serviços, e assim o Município está cada vez mais dependente dos outros que de si. Se a tendência positiva da Derrame e IMI se inverte teremos sérios problemas na parte da receita. Verifica-se que cerca de 50% advém dos subsídios do Estado e só os restantes 50% das receitas são geradas pelo município o que não será muito bom face ao grau de dependência do Município face ao Estado que tem efetuado cortes anuais consecutivamente. Quais as medidas que estarão a ser tomadas para promover um aumento da receita por serviços efetuados pela Câmara? Os encargos financeiros com juros em*

2010 foram de setecentos e cinquenta mil euros (750.000,00€) e em 2011 foram de novecentos e oito mil euros (908.000,00€), parece-nos uma grande subida. Como os empréstimos ao banco desceram será que os juros não serão de dívidas a terceiros que passaram de dez milhões cento e noventa e três mil euros (10.193.000,00€) em 2010 para treze milhões cento e oitenta e oito mil euros (13.188.000,00€) em 2011, deixamos a questão. É uma subida de três milhões de euros (3.000.000,00€). Foram estes os aspetos que decidimos realçar de todos os pontos ligados à atividade financeira da autarquia, continuamos a insistir na mesma tecla, estamos a ir no sentido que devemos mas muito lentos para o necessário. Neste sentido iremos votar a aprovação das contas do Município. =====

===== Ausentou-se da sala o Senhor Presidente da Assembleia, ficando a presidir os trabalhos o Senhor José Alves. =====

===== O Senhor José Alves concedeu o uso da palavra ao Senhor Ilídio Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente do Executivo, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros colegas Presidentes de Junta, público, técnicos da Câmara Municipal, comunicação social. Vou falar sobre o relatório de auditoria externa e de uma apreciação global ao relatório de informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município de Oliveira de Azeméis, reportado a 31 de dezembro de 2011, que como sabem tem a responsabilidade de expressar com base no seu exame as demonstrações financeiras preparadas e elaboradas pelo órgão Executivo consubstanciadas nos documentos de execução orçamental, balanço e demonstração de resultados uma opinião profissional e independente sobre se as mesmas apresentam ou não de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e os resultados das operações do Município. Da leitura do referido relatório merece-nos destaque o seguinte: o endividamento líquido do Município que ascende a trinta e quatro milhões quinhentos e sessenta e um mil e noventa e nove euros (34.561.099,00€), não excede o limite do endividamento líquido previsto pela Lei das Finanças Locais, no exercício de 2011 foi reduzido o endividamento líquido de três milhões quinhentos e noventa e cinco mil e quinhentos e trinta e nove euros e dezanove cêntimos (3.595.539,19€) montante que supera a redução mínima legal prevista na mesma Lei; o endividamento de empréstimos de médio e longo prazo ascende a trinta e seis milhões e seiscentos e três mil e oitocentos e setenta e oito euros (36.603.878,00€) não excede o limite previsto na lei do Orçamento de Estado para 2011, no exercício de 2011 também foram amortizados dois milhões cento e quarenta e sete mil novecentos e cinquenta e três euros (2.147.953,00€) de empréstimos de médio e longo prazo valor que supera a redução mínima legal prevista também pela Lei das Finanças Locais. O prazo médio de pagamento totaliza os 123 dias, como aqui já foi dito, no final de 2011, cumprindo assim o limite dos 180 dias definido

*pelo Decreto-lei 38/2008, mantendo a evolução de diminuição já demonstrada no ano anterior, o prazo médio de pagamentos reduz 13 dias relativamente a 2010. O trabalho de auditoria externo concluiu e informa-nos de que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município de Oliveira de Azeméis, o resultado das suas operações e a execução orçamental. Face ao exposto vemos uma vez mais afirmada e reforçada a credibilidade das contas do Município de Oliveira de Azeméis as quais espelham de forma inequívoca uma tendência progressiva e sustentada para o equilíbrio desejado. =====*

*===== O Presidente em exercício Senhor José Alves da Silva concedeu o uso da palavra ao Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====*

*===== Excelentíssima Mesa, Membros do Executivo Camarário, restantes Vereadores, colegas membros da Assembleia Municipal, imprensa e público aqui presente. Eu estive a ouvir com atenção esta última intervenção e parece-me algo redutora da realidade das contas. Esta última intervenção diz-nos que há de facto cumprimento no estipulado na Lei das Finanças Locais relativamente às contas do exercício de 2011, mas, o que nos trás aqui, o que nos é objeto de preocupação obviamente que é muito mais do que o cumprimento do estipulado na Lei das Finanças Locais. E, de facto, uma das razões principais de que o Município de Oliveira de Azeméis se comprometeu aquando fez o Plano, o apoio financeiro, foi de facto cumprir o seu Plano, e de facto, isto está de longe, de longe e nós se calhar precisaríamos de vários mandatos para cumprir o Plano de Saneamento Financeiro “in todo”. Apesar de haver de facto aqui alguma diminuição, ou não, nós temos aqui algumas considerações a fazer algumas das quais são coincidentes com a análise que o CDS/PP fez, aqui, das contas, mas queríamos de facto realçar aqui algumas situações. E começemos pela Certificação Legal das Contas, há de facto aí quatro reservas, o CDS apontou uma das reservas que tem a ver com a questão da conferência do saldo de devedores, de facto não me parece de bom-tom o Revisor Oficial de Contas fazendo a respetiva certificação legal não ter todos os elementos disponíveis e não ter todos os elementos disponíveis relativamente a esse saldo, portanto é uma reserva que nós aqui também fazemos. A outra reserva, embora se saiba que de facto é difícil fazer este tipo de previsão, mas de facto há que haver relativamente aos processos judiciais em curso uma avaliação correta para efetuar os montantes de previsões. Uma das reservas que nos deixa aqui alguma perplexidade é na questão dos proveitos e ganhos extraordinários com o valor de um milhão oitocentos e oitenta e cinco mil novecentos e sessenta euros (1.885.960,00€) proveniente da alienação de terrenos. De facto este é um dos problemas que nos preocupa mais porque grande parte deste dinheiro diz respeito à implantação do Shopping, que eu aqui não queria entrar obviamente por este tema, acho que é um tema suficientemente complexo para ser discutido aqui na aprovação das Contas, mas queria só deixar este ponto aqui, importante esta reserva feita e que certamente merecerá alguma atenção e algum esclarecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara neste particular. De qualquer maneira entendo que este aspeto*

*poderá merecer uma intervenção mais cuidada e mais elaborada porque de facto penso que há aqui muito para explicar. Relativamente às Contas, nós entendemos dividir ou subdividir esta análise das contas em três aspetos que no entendimento da bancada do PS são primordiais, que tem a ver com o endividamento líquido municipal, a redução da despesa total e o prazo médio de pagamento. É óbvio que não podia deixar a minha intervenção sob pena de ser fastidiosa e até repetitiva daquilo de que nós já cá dissemos, mas não podemos deixar de alertar para que de facto estes objetivos não estão a ser cumpridos, não estão a ser de acordo com o que a Câmara se comprometeu quando nós fizemos o Plano de Saneamento Financeiro e deve haver um esforço do Município, esforço esse, que nós entendemos primordial no sentido de adequar as metas para o cumprimento integral do Plano de Saneamento Financeiro. Temos aqui primeiro uma curiosidade que tem a ver com a dívida total do município que ascende a quarenta e sete milhões (47.000.000) como aqui amplamente foi divulgado registando efetivamente uma diminuição de um milhão e setecentos mil (1.700.000), aqui eu apenas quero fazer algum alerta para que os valores de facto sejam corretos e que no seu total instrumentos de propaganda valores inferiores do que aqueles relativamente aos quais eles são atingidos. No Plano de Saneamento Financeiro a autarquia assumiu que em 2011 as dívidas de médio e longo prazo seriam 48 milhões e a fornecedores 1,5 milhões. O que nós temos é que na realidade as dívidas de médio e longo prazo, como CDS fez alguma referência a este ponto, diminuem e as dívidas a fornecedores aumentam e aumentam de facto por valores de 1,5 para 8,3, o que é que nós aqui entendemos que foi feito? Foi feito, um não cumprimento das dívidas a fornecedores, um aumento das dívidas aos fornecedores compensadas com uma diminuição das dívidas de médio e longo prazo nomeadamente a instituições bancárias. Embora se compreenda de alguma forma o mérito porque os bancos normalmente são mais assertivos no pagamento dos impostos, o que é facto é que isto provoca algum asfixiamento porque os fornecedores da autarquia são de facto quem gere a riqueza concelhia e quem de alguma maneira promove alguma alavancagem da economia, portanto nós entendemos que de facto aqui, não concordamos com esta situação, entendemos que de facto os fornecedores não deviam ser muito prejudicados relativamente a este aspeto. No domínio da receita, vemos que a receita total arrecadada foi de trinta e três milhões (33.000.000), registando-se de facto um aumento e isto convém aqui sublinhar de quatrocentos e dez mil euros (410.000,00€) relativamente ao ano anterior, ou seja, o Município teve mais dinheiro este ano do que no ano anterior para investir, para desenvolver, para tornar o concelho mais competitivo e para criar melhores condições de vida aos oliveirenses. O que nós aqui vemos, uma situação que também nos preocupa e que também foi chamada aqui a atenção quer pela técnica, Dr.<sup>a</sup> Fátima, quer pelo próprio CDS/PP, foi que de facto a maior parte das transferências, o Município continua a viver muito dependente das transferências e das receitas nomeadamente dos impostos diretos, esse sim como um incremento e nas transferências de capital embora as transferências do Orçamento do Estado tenham sido diminuídas. O que nós aqui achamos é que de facto há muito pouca promoção daquilo que são os serviços do próprio município, ou seja, as vendas de bens e serviços correntes do município*

*diminuem e nós aqui entendemos, nós Partido Socialista, entendemos que este aspeto é um aspeto importante porque aqui deriva de facto uma evidência de como deve haver uma maior eficácia no modelo de gestão autárquico, ou seja, fazer com que a Câmara Municipal seja também uma vendedora de bens e serviços, promover junto das populações que de facto a Câmara Municipal também pode vender serviços e bens e nesse aspeto, de facto, há aqui algum deficit e nós chamamos à atenção para que esta questão seja mesmo estrutural. Aliás, como já foi dito aqui, a Câmara Municipal vive de subsídios exteriores e não cria as suas próprias receitas. A despesa do Município, de facto, totalizou trinta e dois mil euros (32.000,00€), houve uma diminuição, mas ainda longe daquilo previsto no Plano de Saneamento Financeiro. O Executivo previa investir treze milhões trezentos e quarenta e oito mil (13.348.000) em despesas de capital que são as que traduzem investimento direto e na melhoria das condições de vida das pessoas e no reforço da competitividade do Município e na realidade apenas isso, sete milhões (7.000.000). Portanto aquilo que eu tinha para intervir era basicamente ligado a esta questão, o problema da execução orçamental será também aqui abordado por um colega meu e, de facto, o que nós pensamos é que, a situação continua preocupante, não vemos a Câmara Municipal com um modelo de gestão próprio criador de receitas e de venda de bens e serviços portanto como uma unidade de negócio e de facto esta dependência de subsídios externos e de receitas ao nível dos impostos preocupa-nos muito. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====*

*===== Entrou o Senhor Presidente da Assembleia. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Marco Azevedo, do PSD. =====*

*===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa cumprimento toda a Mesa e todos os presentes na sala. Contas são Contas, disse o nosso Presidente da Câmara e muito bem e na minha opinião e da minha Bancada estão muito boas e a evoluir no bom sentido, mas também, permitam-me dizer que, há mais vida para além das contas e teria e queria realçar o brio e o cuidado com que este ponto, englobado no relatório de gestão, o mesmo foi elaborado. Muito nos surpreende, desfolhar o relatório de gestão ler com agrado toda a informação que lá esta escrita e pormenorizadamente referida. Todos nós, quase sem exceção, achamos que no dia-a-dia pouco se faz no nosso concelho, que se deveria fazer sempre mais. Mas quando analisamos um ano inteiro quem se envolve nas atividades, nas associações e nas dinâmicas propostas a toda a população, sabe e sente o quão muito se faz em Oliveira de Azeméis. O alargamento do serviço do GAM sobre rodas, o alargamento do projeto Simplex Autárquico, as parcerias que potenciam as atividades como o Fim-de-Semana Gastronómico, Concurso de Instrumentos de Sopro Terras de La-Salette, Mercado à Moda Antiga, Fun Zone, 1º Torneio de Boccia da Área Metropolitana do Porto, a chegada da Volta a Portugal em Bicicleta, a Semana Europeia da Mobilidade, Ciclo da Primavera, Semana Académica, as obras de*

*remodelação da La-Salette, o Tuaz expresso, a defesa da paisagem protegida do Antuã e Rio Caima e muito importante o desenvolvimento Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro e tanta e tantas outras dinâmicas que estaria aqui a tarde toda a enumerá-las. De facto o Município não serve para vender bens e serviços serve para gerir o concelho. Mas numa só frase resumia que de facto “Azeméis é Vida”, bem como Azeméis é cada vez mais uma referência no Mapa Nacional e que muito nos deve orgulhar a todos nós. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Campos, do PSD. =====*

*===== Muito boa tarde a todos. Os objetivos da execução da política orçamental para 2011, por parte do Executivo, foram na nossa opinião claramente atingidos. No ano de 2011 a receita totalizou um valor de aproximadamente trinta e três milhões e duzentos mil euros (33.200.000,00€), representando uma taxa de execução orçamental de 87,7%. Comparativamente com o ano de 2010 a receita total registou um aumento superior a quatrocentos e dez mil euros (410.000,00€), sobretudo, influenciado pela variação positiva ocorrida na rúbrica das transferências de capital na qual se destacam as participações obtidas via QREN e FEOGA, mérito claro do Executivo Camarário e da sua política económica capaz de levar a cabo projetos importantes e viáveis que se enquadram nestes apoios financeiros e que demonstram a atenção e importância que a Câmara Municipal dá à concretização de vários investimentos estratégicos para o futuro do concelho. No ano de 2011 a despesa totalizou um valor de aproximadamente trinta e dois milhões de euros (32.000.000,00€), representando uma taxa de execução orçamental de 82,6%. Face a 2010 a despesa registou uma diminuição de cerca de setecentos mil euros (700.000,00€). Do lado da despesa é importante debruçarmo-nos com um pouco mais de atenção sobre a rúbrica que recorrentemente tem sido tema nestas Assembleias Municipais, nomeadamente a rúbrica de custos com pessoal. Comparativamente com o exercício de 2010 os custos com pessoal sofreram uma diminuição no seu valor na ordem dos oitocentos mil euros (800.000,00€), é também neste ponto uma resposta clara aos que muitas vezes, de forma leviana e demagógica, levantaram dúvidas sobre a real contenção dos custos com pessoal por parte do atual executivo. Face ao ano transato e em termos percentuais, a diminuição de custos com pessoal foi na ordem dos 8%, percentagem que é objetivamente significativa. A evolução dos custos com o pessoal nos últimos anos tem revelado a existência de uma política sustentada e orientada para a contenção dos custos desta natureza restringindo novas admissões de pessoal. Esta política reflete-se numa diminuição do número de colaboradores de 613 em 2010 para 592 em finais de 2011. No ano de 2011, a taxa de execução orçamental do Plano de Investimentos foi de 63,4%, assistimos a um crescimento anual de perto de 1% com destaque para a clara e, na nossa opinião, correta aposta do município no reforço do investimento na educação, no apoio social e na cultura. Vivemos tempos de crise económica profunda que tem afetado transversalmente e de forma adversa as*

*famílias portuguesas com reflexos também no nosso concelho. Deste modo e mais do que nunca, esta aposta na educação e no apoio social tem de ser uma realidade. A aposta na educação traduz-se numa aposta no futuro, numa aposta nas futuras gerações e no aumento da sua competitividade. Uma pequena referência, mas também ela positiva, para a redução do total de custos no Município em cerca de 3,1% comparativamente ao ano de 2010. Relativamente às transferências nos subsídios de capital concedidos às Juntas de Freguesia houve uma diminuição relativamente ao ano de 2010, cifrando-se em níveis semelhantes ao de anos anteriores. A título de exemplo refira-se que ficou acima em cerca de duzentos e dezoito mil euros (218.000,00€) quando comparamos com o ano de 2009. Não temos a menor dúvida que a vontade do Executivo Camarário em linha com as aspirações dos Órgãos das Juntas de Freguesia será sempre reforçar esta verba. No entanto, embora esta rubrica da maior importância possa ainda ficar aquém daquilo que todos desejávamos, seguramente que reconhecemos, tal como os Senhores Presidentes de Junta, o esforço de parceria que tem sido feito para conseguir dotar as Juntas de Freguesia dos meios financeiros indispensáveis para que estas possam realizar obras e cumprir os seus compromissos contrariando um cenário macroeconómico bastante adverso com implicações na escassez de recursos financeiros disponíveis. No entanto e contrariando a demagogia de outros, é importante não esquecermos que os recursos financeiros não são elásticos, que há um Plano de Saneamento Financeiro a cumprir, que há uma dívida que tem de continuar a diminuir e que há que acautelar a sustentabilidade financeira futura do Município para bem de todos e principalmente das Juntas de Freguesia. Comparativamente com 2010 os resultados líquidos do exercício registaram um aumento de cerca novecentos mil euros (900.000,00€), apresentando um valor positivo pelo sexto ano consecutivo, cifrando-se em 2011 aproximadamente em um milhão e duzentos mil euros (1.200.000,00€). O cash-flow registado em 2011 permitiu margem para investimento, para a redução anual de dívida e para a redução adicional do endividamento líquido. Sobre o prazo médio de pagamento a fornecedores é importante salientar o seguinte: no final de 2011 o prazo médio totalizava 123 dias cumprindo claramente o limite legal imposto que é de 180 dias e simultaneamente mantendo a tendência de diminuição que se tem vindo a verificar desde 2009 altura em que o prazo médio de pagamento a fornecedores era de 145,8 dias. A título informativo, mas que considero importante, é de salientar que atualmente a média nacional, tal como o Senhor Presidente também já referiu, é de 131 dias. Relativamente à dívida e ao endividamento municipal, queria realçar que desde 2007 ano coincidente com o início do Plano de Saneamento Financeiro, a dívida já diminuiu em cerca de 7,5 milhões de euros e o endividamento líquido reduziu aproximadamente nove milhões de euros (9.000.000,00€). Em 2011 a dívida total municipal reduziu, comparativamente com o ano anterior, cerca de 1,8 milhões de euros, cifrando-se em valores aproximados de quarenta e sete milhões de euros (47.000.000,00€). Esta é uma clara resposta a todos os que projetavam, não há muito tempo, que o valor da dívida do município ainda se iria agravar mais e que até estimavam números para essa dívida na ordem dos setenta e cinco milhões de euros (75.000.000,00€). Temos vindo*

*a habituar às mais diversas projeções numéricas e não só por parte do Partido Socialista também aqui na Assembleia Municipal. Felizmente para o Município e respetivos munícipes têm sido projeções, todas elas, sem fundamento e completamente erradas como no caso da dívida municipal. Claramente a política financeira Camararia atual é a correta. Uma nota final para as perspectivas futuras e objetivos traçados pelo Município espelhados na parte final do Relatório de Gestão e que demonstram não só a determinação do Município em prosseguir o caminho da responsabilidade financeira, mas também a ambição de levar a cabo projetos estruturantes para o futuro de Oliveira de Azeméis. A aposta na educação, no desenvolvimento de políticas sociais, o equilíbrio económico-financeiro e na competitividade económica são os verdadeiros pilares deste mandato e devem continuar a ser seguidos. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====*

*===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Boa tarde a todos e sintam-se cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente. De forma muito simples resumir, enfim, o vosso esforço de gestão e a vossa tal política sustentada. Porque aquilo que às vezes parecem muito papéis e muitos números podem-se resumir muito mais facilmente do que parece. Este ano temos mais receita do que o ano passado isso é inegável, não interessa se há menos transferências do Orçamento do Estado, se a receita vem dos impostos ou não, efetivamente este ano temos mais receita - Ponto um. Ponto dois - A capacidade de gerar receita, que é obviamente importante, em cada município, é aqui cada vez menor e aquela que ainda geramos, se bem se recordam será alienada brevemente quando concedermos a gestão do Saneamento a privados totalmente, porque uma parte ainda depende disso. Relativamente à despesa, faz-se sobretudo, volto a dizer, faz-se sobretudo em termos de despesa de capital, toda a gente sabe o que é que isso quer dizer: é investimento direto nas pessoas. Leviandade e demagogia é dizer que a redução com o pessoal é fruto do esforço dessa política sustentada, não é. É obrigatório, não pode contratar, ponto final, percebe? É isso que se quer dizer. Esses 8% resultam de não poder contratar e também obviamente de medidas que surgem do Governo Central em termos do vencimento dos funcionários, como bem sabe. Isso sim é que é leviandade e demagogia. Mas vamos com calma. Quando o Executivo Municipal apresenta o Orçamento, faz sempre um show com grande esforço e investimento e acena com dinamismo. Quando apresenta as Contas faz um show com a obrigação legal de reduzir a despesa e acena com a dificuldade conjuntural. O Orçamento era mau, como o dissemos na altura, de capacidade de investimentos tinha pouco como se mostra agora. Mas como o Senhores com frequência nos acusam de leviandade e demagogia, de uma visão demagógica das coisas e frequentemente nos apontam exageros na análise, pouco direi na análise das contas que não seja de recordar o que disseram na aprovação do Orçamento que gerou estas Contas. Como disse o Senhor Presidente, já nesta Assembleia, “não vale a pena empurrarmos as responsabilidades para os outros, cada um*

*assume as suas responsabilidades”, diziam na apresentação do Orçamento: “o Orçamento que aqui apresentamos”, e estou a citar, “é um Orçamento para enfrentar este desafio e contém instrumentos extremamente eficazes de política adicional”, mas, e continuo a citar, “este Orçamento para 2011 é demonstrativo de um claro esforço da estratégia e das opções políticas tomadas pelo executivo”, e concluíram a apresentação do Orçamento dizendo: “hoje sem qualquer margem para dúvidas o concelho de Oliveira de Azeméis é um concelho pujante, cheio de vitalidade e dinamismo com uma cultura ganhadora e que este Executivo partilha”. Pouco mais de 60% do cumprimento das intenções de investimento, não é partilha, é um atrofio claro das nossas capacidades de investimento. Dizia o Senhor Presidente na apresentação do Orçamento apontando os grandes eixos de investimento e cito: 1) “Um primeiro eixo que é a melhoria da qualidade ambiental e da qualidade de vida dos oliveirenses”, a que acrescentou “de um investimento estratégico na área do ambiente”, o que dizem as contas na rubrica Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza - 1% do previsto. Cito novamente o Senhor Presidente: “podem e já sei que vão dizer que há um desinvestimento no saneamento e na água, obviamente que há no Orçamento, é evidente que se a opção é a concessão a privados não vale a pena estar a inscrever, não vale a pena estar a duplicar, agora, há aqui ainda verbas, há aqui ainda obras que constam do Plano porque algumas ainda vão ser feitas este ano (referindo-se a 2011), algumas obras de saneamento vão ser feitas este ano pela Câmara Municipal estamos a falar de ligações estratégicas e importantes”, o que dizem as contas na rubrica Saneamento Básico – 16, 6% de execução do previsto. Dizia ainda o Senhor Presidente: “ um terceiro eixo que me é particularmente querido, a valorização dos cursos de água como eixos estratégico da qualidade de vida e organização do território do nosso concelho e da nossa cidade em particular”, o que dizem as contas na rubrica Ordenamento do Território – 22% do previsto. Palavras também do Senhor Presidente: “naquilo que diz respeito a investimentos em estruturas de referência na área da educação (conforme também aqui já foi dito), voltamos a apostar significativamente na educação”, o que dizem as contas na Área Estratégica da Educação – é que há uma execução de 64% do previsto. Disse depois, em resposta às críticas que dirigimos ao Orçamento, cito: “evidentemente que nós aqui também mantemos a coerência e fico satisfeito de o Senhor estar a reconhecer esta nossa coerência, ou seja, em mantermos a linha e mantermos o rumo”, fim de citação. Um ano depois não tenho dúvidas e concordo absolutamente consigo Senhor Presidente, mantiveram o rumo. Não só mantiveram o rumo do pouco investimento que previam, como não foram capazes de o efetuar, ou fizeram-no algumas vezes de uma forma absolutamente discricionária. E para lhe mostrar esta coerência e rumo deu o Senhor Presidente três exemplos respondendo diretamente às interpolações que então fizemos, cito novamente: falou nos estaleiros municipais (palavras do Senhor Presidente), página 4, do PPI, “eles aqui estão, construção / aquisição de novas oficinas e armazéns da Câmara Municipal com verbas devidamente inscritas dentro deste exercício previsional”, repito: “dentro deste exercício previsional, que é o Plano Plurianual de Investimento”, disse também: “ nós estamos claramente a apostar nas zonas industriais e também aqui, página 3, do PPI, aqui está,*

*requalificação da zona industrial de Nogueira do Cravo/Pindelo”. 3) Novamente palavras do Senhor Presidente: “a remodelação do Cine-teatro Caracas que também está na página 5, do PPI, remodelação do Cine-teatro Caracas não vou agora estar aqui a descrever todas as ações porque elas estão aí e são do vosso conhecimento”. Estavam sim senhor e continuam a estar, como já estavam e continuarão. Nada, absolutamente nada. Nem estaleiros dos quais pagamos uma renda fabulosa num negócio todos os meses ruinoso para o Município, nem avanço na zona industrial que referi, nem uma remodelação digna desse nome do Cine-teatro Caracas, isto, meus Senhores, é investimento. Mas agora sou eu que digo Senhor Presidente, não vou agora estar aqui a descrever todas as faltas de ações, elas estão aí, são do vosso conhecimento e são do conhecimento dos oliveirenses. Mas como o Senhor disse também nesta Assembleia, “ é mais fácil encontrar nos outros as causas dos nossos insucessos”. Mas não é apenas a falta do investimento efetivo como vimos pelas promessas não cumpridas. É também a forma como Vossas Excelências cerceiam, dificultam e limitam o investimento dos muitos fornecedores que poderiam fazer a diferença no nosso concelho. Sim, o aumento da dívida a fornecedores obviamente tem que nos preocupar e só dificulta como deve imaginar a economia local. No ano e repito no ano em que vimos efetivamente o Orçamento crescer o Senhor consegue ter um investimento a este nível, que a par dessa dívida a fornecedores no aumento gritante da dívida de curto prazo e obviamente do não cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro e volto a dizer não cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, às vezes ainda há dúvidas, todas estas situações continua a adiar, por mais um ano, depois de tantos anos, Oliveira de Azeméis. Muito obrigado.=====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Dr. António Rosa, do PSD. =====*

*===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, caros colegas, caras Senhoras e Senhores. O tema que hoje preenche a generalidade desta Assembleia acaba por ser um tema que se vai esvaziando tal a frequência com que vamos falando desta matéria, por virtude do Plano de Saneamento Financeiro e da necessidade de acompanhamento permanente, ainda há meia dúzia de dias aqui estávamos a falar e os discursos que ouvíamos hoje, uns mais, outros menos inflamados, mas genericamente diziam o mesmo. E portanto, nesse sentido, de facto, a mim cumpre-me nesta fase final de discussão e em nome da Bancada do Partido Social Democrata, que represento, referir ao Senhor Presidente que esta é uma confirmação daquilo que nós já sabíamos, a Câmara Municipal tem um enquadramento para a sua ação, definiu como ponto de honra seguir e cumprir esse enquadramento e portanto pretende, não diria ser exemplo para ninguém, mas pretende seguramente ser cumpridora da sua obrigação e portanto, nesse sentido, em paralelo com o cumprimento do Plano de Saneamento e Financeiro a que está comprometida dar um seguimento aos objetivos dos oliveirenses, aos objetivos de Oliveira de Azeméis e aos objetivos*

*que o Senhor Presidente de Câmara e a sua equipa anunciaram e apontaram como objetivo para o exercício neste mandato. Eu apenas gostaria de fazer uma pequeníssima, e não gasto mais tempo em relação a isso, referência à visão negativa e derrotista, que é normal, enfim, ou pelo menos normal em determinado estilo, perante aquilo que nos aqui é dado para avaliar. Aliás, este é um estilo Senhor Presidente também que tenho que dizer que já não é novo, na medida em que a estratégia do alvo móvel é uma estratégia gasta e conhecida, mas que não deve desnortear que tem objetivos claros para o Município. É porque se ontem não havia, por exemplo, Centro Escolar e S. Roque, hoje já não se fala do Centro Escolar de S. Roque, mas fala-se, enfim, de uma estrada ao lado que não foi pavimentada e deveria ter sido. Hoje já não se fala da Praça da Cidade, por exemplo, enfim fala-se por outras razões obviamente porque o tempo leva a outra discussão, mas naquilo que dizia respeito ao desejo permanentemente apontado nesta bancada por oliveirenses, eu próprio tinha um desejo enorme como creio que todos os oliveirenses, ver aquele espaço requalificado como muitos outros, dizia eu, que esta estratégia de apontar sempre como falha do Executivo aquilo que não está feito, é uma estratégia gasta também e portanto não tira em nada o brio e a qualidade que nos é apresentada nestas contas Municipais. Senhor Presidente, relativamente à generalidade da discussão, eu tenho apenas aqui um aspeto a acrescentar a tudo aquilo que já foi feito. Eu creio que, uma execução Orçamental e Económica como aquela que está refletida nestas contas de 2011 é por si só, em qualquer contexto, positiva. E é positiva porque o Município arrecada receita e dessa receita reserva para amortizar a sua dívida mais de três milhões de euros (3.000.000,00€), ou seja, amortiza o seu endividamento em mais de três milhões euros (3.000.000,00€). Isto como eu dizia seria sempre positivo em qualquer circunstância, mas não posso deixar de referir aqui e recordar se calhar quem aparentemente não tem esta memória é que nós vivemos num contexto que não é o contexto em que vivíamos há cinco anos atrás, há dez anos atrás, mais concretamente há cinco, seis anos atrás quando este Plano foi desenhado. E dizer hoje, dizer hoje, que há uma falha da Câmara Municipal porque que não cumpre suficientemente, como aqui é dito, também não é verdade, não se diz que não cumpre, diz-se que não cumpre suficientemente com os seus objetivos, eu creio que é de uma tamanha falta de humildade e falta de honestidade para com o exercício da Câmara Municipal. Eu recorde, que de há seis anos, que já foi aqui dito e portanto não estou a dizer nada de novo, de há seis anos até hoje o endividamento municipal reduziu qualquer coisa como quinze milhões de euros (15.000.000,00€), estava num patamar de cerca de 50 neste momento está em cerca 35 e portanto, reduziu quinze milhões de euros (15.000.000,00€), dizer que isto é insuficiente e mais o Plano de Saneamento Financeiro dizia que nesse momento devia ter reduzido mais trezentos mil euros (300.000,00€) do que estes quinze milhões de euros (15.000.000,00€) dizer que isto é insuficiente, na verdade não é propriamente honesto do ponto de vista intelectual e sobretudo para que os oliveirenses percebam, os oliveirenses que estão aqui e que nos ouvem e aqueles que tem a notícia do que aqui se passa, a Câmara Municipal nestes quinze anos reduziu em quinze milhões de euros (15.000.000,00€) o seu endividamento, aquilo a que está obrigada por*

*via da Lei. Apenas a acrescentar a isto, eu quero reforçar uma vez mais que, do ponto de vista do investimento que obviamente é aquilo que todos nós oliveirenses esperamos da Câmara Municipal é que crie espaços, que crie infraestruturas, que crie condições para uma qualidade de vida de todos os oliveirenses das 19 freguesias cada vez melhor. Há coisas que se refletem em números, nas contas, há coisas que se refletem em trabalho prévio à concretização. E eu recordo aqui, aquilo que já aqui foi dito também, que há um conjunto não muito grande de investimentos e de projetos mas de um enorme valor para o concelho e destaco apenas dois, a água e o saneamento que creio eu estaremos num passo do processo, próximo da sua concretização, e aqui deixo a questão ao Senhor Presidente e aproveite para nos falar sobre esse processo e por outro lado, do ponto de vista do desenvolvimento económico eu não tenho dúvida alguma que será absolutamente marcante para Oliveira de Azeméis daqui a uns dez, quinze anos que será a Área de Acolhimento Empresarial UI/Loureiro. Obviamente, como dizia o Bruno Aragão há pouco, nas contas de 2011 não há muito ainda que fale sobre isto, mas não tenho dúvida e o Senhor Presidente já aqui referiu hoje que por exemplo em janeiro de 2012, já muito foi falado nas contas para que este projeto se concretize e portanto daqui eu dizer, Senhor Presidente, Senhores Vereadores que do lado da Bancada do Partido Social Democrata obviamente que há um apoio incondicional na aprovação destas Contas de 2011 e nos pontos que lhe estão conexos porque efetivamente o êxito do resultado é absolutamente inequívoco. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Rui Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====*

*===== Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Membros desta Assembleia, Presidentes de Junta, público, comunicação social. O tema que eu venho aqui tratar neste ponto, já o Senhor Armindo falou há pouco do mesmo assunto e poderia ser obviamente tratado no “Período de Antes da Ordem do Dia”, mas por uma questão política preferi que ele fosse aqui trazido num ponto que é votado, nomeadamente o Ponto das Contas, porque mexe com as juntas de freguesia e eu vou falar da minha em particular e isso obviamente que sempre que existem juntas de freguesias envolvidas e as suas atividades e os PPI’s está no fundo interligado com aquilo que aqui falamos e portanto é nesse sentido no fundo como que uma declaração de voto que aqui trago neste ponto. E portanto, em novembro passado, há cerca de cinco meses atrás, completaram-se dois anos deste mandato autárquico. Já todos tivemos tempo em cada cargo que ocupamos para demonstrar qual o entendimento que temos sobre a nossa função executiva e política e a forma como estamos ao serviço da população, assim também como a interação existente entre nós que somos todos autarcas eleitos. Diz-se sempre por aí que as Juntas de Freguesia precisam muito das Câmaras Municipais até para essas questões financeiras. Diz-se também por aí por todo o lado que os Presidentes das juntas são uns pedintes, mais uma vez o dinheiro, e que andam de mão*

*estendida recolhendo ao bolso na maioria das vezes vazia. Ainda há pouco tempo o nosso amigo Amaro Simões desabafou numa atividade partidária, que da qual o “Correio de Azeméis” depois fez notícia, que o Presidente da Câmara se quiser esmaga um Presidente de Junta. São por esse país fora inúmeras as histórias, os medos, as chantagens e portanto também há boas relações e solidariedade, obviamente que sim, e interajuda entre todos os intervenientes. Mas eu considero que ambas as concessões estão desfasadas do que deve ser o entendimento do que é sermos autarcas, porque nem uma junta de freguesia deve precisar nesse sentido último da Câmara Municipal, no sentido de pedir, nem a Câmara Municipal deve precisar da Junta. E portanto devemos é ambos precisarem uns dos outros, muitas vezes diz-se isso aqui nas Assembleias, diz-se isso de uma forma teórica, mas na prática não acontece bem assim, até porque sabemos que governa-se em demasia de acordo com algumas agendas partidárias e portanto não é o mais correto, essa era no meu simples entender uma política que fez muita carreira nos anos 80 e nos anos 90 e julgo que com o passar dos anos devemos abandonar e partir para outro patamar, podemos discordar, podemos aqui fazer as nossas intervenções mas que elas nos ajudem a refletir, é por isso que neste ponto e com este sentido venho aqui hoje fazer esta intervenção. Portanto não sou também puro, o Senhor Presidente há pouco falou em questões partidárias, eu nunca trouxe aqui questões partidárias nem políticas e portanto sempre resisti a essa tentação, a esse banquete político como alguns lhe poderiam chamar e desde cedo em representação da Junta de Freguesia de Loureiro compreendi o que é que estava a fazer e de que forma e demonstrei sempre solidariedade com o Executivo Municipal, julgo que essa acusação, não podem fazer ao Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, nem á Junta de Freguesia de Loureiro. Mas quem dá quer receber. Basta recordar por exemplo a intervenção que fiz em Loureiro aquando da explicação aos proprietários da zona industrial a solidariedade que tive até se calhar para além daquilo que era esperado, a forma como ajudamos todos os Vereadores e técnicos municipais na prossecução das suas atividades, gostamos de ser prestáveis com todos e pergunte-se a quem quer que seja sobre a postura da Junta de Freguesia de Loureiro na relação e trabalho desenvolvido em conjunto sobre a forma prestável como sempre se apresenta, porque nós queremos um concelho mais unido e fortalecido e na boa convivência entre todos. A nossa luta política é esta, quando digo a nossa - é a dos autarcas de Loureiro, é, e será assim que vamos possivelmente aos poucos demonstrar que este é que é o caminho. E portanto recordo aqui também que existem áreas que a Câmara Municipal poderia até ter um envolvimento maior na freguesia de Loureiro, mas não precisa porque nós estamos lá para ajudar ou mesmo para fazer. Há muitos investimentos efetuados na cantina da Alumieira, nas enumeras intervenções na rede viária, na parceria com outras freguesias na resolução de problemas que aparecem no dia-a-dia, nos alargamentos, construções de passeios, na reforma administrativa a colaboração que nós temos em Loureiro prestado ao Município e portanto poderia estar aqui a citar muito. Apesar de ser novo no cargo, tenho um entendimento que deve ser assim que devemos estar na política. E, portanto Loureiro, nesse ponto Senhor Presidente estou de consciência tranquila, não tem feito politiquice e não discrimina ninguém e portanto*

*Loureiro faz política e ajuda sem olhar a quem. Só queremos obviamente que façam o mesmo conosco e essa é a nossa luta. Vocês já repararam que não sou de fazer muito barulho, de dar murros na mesa, de tratar mal ninguém, aliás, nunca tive o entendimento de que só aos berros é que somos notados, tento compreender quem está do lado de lá e eu compreendo muitas vezes quem está do lado de lá e as suas dificuldades, espero que façam o mesmo comigo e que fazendo assim estão também a fazer com a Junta de Freguesia de Loureiro. E portanto eu não gostaria de convencer ninguém pelo cansaço mas parece que essa política tem dado alguns resultados e nunca me esqueço que logo no início do mandato, em 2009, no primeiro mês, foi alertado por um funcionário da Câmara Municipal que só levaria qualquer coisa para Loureiro se viesse à Câmara Municipal todas as semanas, se insistisse, se falasse alto, portanto, nessa altura disse a esse funcionário que não tinha esse entendimento sobre o assunto, portanto continuo a refletir sobre isso e acho que esse não é o caminho mais uma vez aqui digo isso e portanto caro Presidente da Câmara Municipal logo no início de 2010 também a colaboração que prestamos com um documento que fizemos sobre aquilo que considerávamos prioritário para Loureiro, até para que a Câmara Municipal pudesse ter uma ideia concreta daquilo que poderia contar para o mandato e poder prever em concreto as suas contas e portanto esse documento tem-no e julgo que é importante essa relação e essa forma de estarmos na política. Também em 2011 enviamos outro ficheiro com uma lista de pedidos que tínhamos feito à Câmara Municipal, algumas respostas não estavam a ser de acordo com as nossas expectativas, mais tarde foi-lhe enviado um outro documento com algumas contribuições que considerámos importantes que poderiam ser benéficas nesta relação com as Juntas de freguesia, tem isso tudo consigo e portanto, fizemos sempre dessa forma porque consideramos que é assim que devemos crescer juntos. Na reunião de preparação do Orçamento o Senhor Presidente deve-se recordar que eu disse-lhe textualmente estas palavras - Senhor Presidente, não quero muitas obras, quero poucas mas que sejam realmente feitas – e portanto é só isso que percebemos e é esta a solidariedade que nós, em Loureiro, estamos a prestar à Câmara Municipal. Também agora na revisão do PDM, não sei se já lhe chegou às mãos, o conjunto de propostas que nós apresentamos e que contribuir para a Câmara Municipal gerir bem. Portanto caro Presidente da Câmara Municipal, tudo isto só para lhe dizer uma coisa, é que em muitos aspetos a relação institucional tem decorrido normalmente mas não temos tido reciprocidade em algumas solicitações e portanto eu considero que não pode acontecer que um Presidente de junta, seja eu, seja qualquer que seja, ligar por diversas vezes e não ser atendido sequer o telefone. Eu considero que não pode acontecer, um Presidente de Junta, enviar emails e eles ficarem muitas vezes sem resposta. Não pode acontecer um Presidente de Junta, ou o Presidenta de Junta da Freguesia de Loureiro neste caso, solicitar uma reunião para a instalação de uma empresa na Área de Acolhimento Empresarial, já trocamos mensagens sobre isso e até tenho vergonha de falar com os homens da empresa porque eles têm-me chateado sempre sobre essa situação, julgo que até falaram consigo ultimamente, não pode acontecer, mesmo os critérios para as Juntas de Freguesia já aqui o Senhor Armindo falou e portanto esta minha intervenção é no sentido Senhor Presidente de*

*refletirmos em conjunto para melhorarmos este nosso relacionamento e portanto não pode vir agora acusar, ou dar a entender, como fez com o Senhor Armindo, de que há algumas obras que comprem outras. Porque sei que vai falar no grande investimento que está a ser efetuado na Área de Acolhimento Empresarial U/Loureiro é um investimento que esperamos todos, não é Loureiro, é todos, é o concelho, é Oliveira de Azeméis que espera esse investimento há 20 anos. Sei que me vai falar da Rua do Coxo um investimento de cento e dezanove mil euros (119.000.000,00€), que vai agora ser efetuado, eu até nem sabia que essa obra tinha sido assinada, mas obviamente que isso é muito importante, também é um investimento que estava a ser esperado mas o que eu lhe quero dizer é o seguinte: isso não invalida as pequenas obras de proximidade, eu não quero que as máquinas da Câmara Municipal andem todos os dias em Loureiro, todas as semanas ou todos os meses, o que eu quero é que simplesmente me digam, não há possibilidade e eu não reclamo Senhor Presidente. Não há possibilidade, não vamos, não fazemos. É esses critérios que eu quero e pelo menos quando eu telefono para a Câmara Municipal que me digam, se podem, se não podem, que me respondam mais tarde. E portanto, eu não vou aqui citar nomes porque há Vereadores neste Executivo que me atendem sempre o telefone e se não atendem passado um minuto estão-me a ligar esta situação não é uma situação obviamente homogénea a toda a Câmara Municipal, mas eu só quero que reflita aqui que há um caminho que temos de fazer para um melhor relacionamento entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, porque nós estamos todos do mesmo lado Senhor Presidente e tudo o que eu aqui disse não pode dizer que eu estou a mentir, porque aqui não há nenhuma mentira, tudo isto é fundamentado e portanto as obras que a Câmara Municipal está a fazer em Loureiro são do concelho e eu estou a ajudar e portanto todos temos de estar unidos para isso. Não se pode pavimentar muitas ruas? Pavimentam-se só uma ou duas. Não há 100 toneladas de alcatrão a frio? Há só 10, ou não há nada? Eu compreendo isso perfeitamente. Agora eu quero é saber com aquilo que conto, porque sempre fui claro e transparente e sempre lhe entreguei todas as documentações para que contasse também com elas, porque só assim é que realmente vamos para a frente. E portanto vou votar contra as Contas para refletirmos nisto e para uma mensagem alerta, porque o Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro é um tipo porreiro, eu sei que é. O Presidente de Junta de Freguesia de Loureiro tem que dizer isto, porque senão fica de mal com os Loureirenses. Dizê-lo mais cedo, não tinha grande cabimento porque podiam sempre dizer: não, estamos a estudar, estamos a organizar-nos ainda. Eu compreendo isso tudo, eu também estudei e precisei de algum tempo na junta de Freguesia de Loureiro para me organizar, dizê-lo mais tarde: agora é as eleições, já estão a fazer política à custa disso. Não é disso que se trata, do primeiro dia até ao fim do mandato, temos todos de estar unidos nos mesmos objetivos. Viva, Oliveira de Azeméis. Obrigado. =====*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Algumas explicações, porque não foram muitas, aquelas que foram solicitadas, porque foram feitas análises e, portanto eu volto a repetir, contas são contas e portanto não vale a pena estarmos aqui a bater no ceguinho a insistir porque as contas falam por si. Agora há aqui questões que precisam de ser esclarecidas sob pena de nós não nos levantarmos de manhã e gostarmos de nos ver ao espelho. Senhores Presidentes de Junta do Partido Socialista, os Senhores não precisam de tantas explicações para demonstrarem o vosso sentido de voto. Não precisam. O Senhor Presidente de Junta Rui Luzes Cabral falou durante 10 minutos e eu não o interrompi, portanto eu estou a dar a minha opinião, o Senhor respeita se faz o favor dentro da relação institucional e irrepreensível que tem acontecido. Relação institucional e irrepreensível que tem acontecido com todos. Agora eu percebo que depois há a relação institucional e depois há as leituras políticas e outras questões que têm a ver com os momentos que estamos a viver e que naturalmente, isto não é novo para nós, é evidente que a partir de agora nós vamos ter sempre este tipo de comportamento e de intervenções. Repare, não há problema nenhum, Senhor Presidente Rui Luzes Cabral é que quem o ouvir a falar da forma como falou parece que o Senhor está a ser discriminado. Repare se o Senhor dissesse assim: a Rua do Coxo, já ouviram falar? Eu já ouço falar na Rua do Coxo, para aí, há uns 20 anos. A rua do Coxo vai ser feita. Quem ouvir falar o Rui Luzes Cabral, ele diz assim: bem, como eu sou Presidente de Junta, agora não vai haver Rua do Coxo. Não, vai haver e é agora, neste mandato, com ele como Presidente de Junta. E portanto os factos provam claramente o contrário. Eu percebo o tiro, eu percebo, é o desgaste. Olhe, espero que no mínimo Senhor deputado Rui Luzes Cabral, Senhor Presidente da Junta de Loureiro, no mínimo a sua intervenção e a intervenção do Senhor Armindo Nunes tenha de alguma forma feito mexer os 16 Presidentes de Junta que estão sentados deste lado e que eles também possam cá vir testemunhar e possam vir falar, porque eles vão-se queixar das mesmas coisa que vocês. A falta de alcatrão não é em Loureiro, a falta de alcatrão é em todas as freguesias e eu sei que o seu problema é esse. E portanto Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro relação institucional irrepreensível e continuará a ser assim até ao final do mandato, da minha parte e espero que da sua seja igual. Porque é verdade o Senhor tem sido um Presidente de Junta naquilo que diz respeito às relações com o Município, tem tido um comportamento, se eu o posso caracterizar, bom, excelente. Porque diz as coisas, tem posição, toma posição, é uma pessoa frontal, mas ninguém se pode zangar por causa disso. Agora eu posso também dizer estas coisas e não precisar logo o Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira de me tentar atrapalhar. Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira, a Rua do Coxo vai ser feita e a Área de Acolhimento Empresarial vai ser feita em Loureiro e em Ul, vai ser feita está a ver. E portanto quem ouvir estas intervenções deve achar assim: Oh meu deus, isto lá deve ser um terror. Ouça há colegas meus Presidentes de Câmara, sabem o que é que defendem das Juntas? Que elas deviam acabar todas. Eu defendo completamente o contrário, eu acho que as Juntas de Freguesia devem ter mais poderes, mais poderes do que os que têm. Quando o Senhor deputado Rui Luzes Cabral diz as Juntas é que precisam da Câmara, não, é ao contrário, as Câmaras é que precisam das*

*Juntas. É ao contrário e a minha visão é claramente esta e sempre foi, não é casuística, sempre foi assim. Agora há condições para podermos executar no terreno tudo aquilo que é desejável e há um mandato de quatro anos para gerir. E portanto isto não pode ser tudo feito no mesmo ano, há uma programação que tem de ser feita e é assim que ela vai continuar, é assim que ela vai continuar e eu digo aos 16 Presidentes de Junta, porque eu tenho 19, eu tenho 19 Presidentes de Junta e os Senhores estão a tentar ter 13 mais 16, mas não vão conseguir, garanto-vos sobre minha palavra de honra que os Senhores não vão conseguir fazer isso, por muito que se esforcem ou por muito que vos obriguem a fazer, mas da nossa parte isso não vai acontecer, serão os 19 tratados de igual forma com transparência e com rigor e depois vamos chegar ao fim dos quatro anos, que é aí que a gente faz o balanço, é no fim é que a gente faz o balanço o deve e o haver, é aí que o vamos fazer. Agora da Câmara Municipal não contem com segregação, não contem com perseguições, nada disso, era o que mais faltava, aliás acho muito estranho, sinceramente acho muito estranho esse vosso comportamento, mas eu também já tinha sido advertido para isso numa Reunião de Câmara Municipal. Deixem-me dizer-vos o seguinte, quanto às questões que foram colocadas pelo Senhor Deputado Bruno Aragão. Em primeiro lugar as Câmaras Municipais, como o Senhor Deputado Bruno Aragão disse, que não podem contratar, podem. Têm é que pedir exceção ao Ministério das Finanças e têm que justificar. E por isso é que nós aprovámos aqui o Mapa de Quadro de Pessoal que dá sempre tanto barulho e aquilo que eu quis dizer foi que este ano factualmente comprovar que não há mais pessoal na Câmara Municipal e que reduzimos, temos 551. O concelho de Oliveira de Azeméis, que o Senhor disse que eu disse, que era pujante, eu repito: é sim senhor um concelho muito pujante, portanto para a próxima, em vez de pujante, é muito pujante. Quanto às questões de qualidade ambiental que colocou relativamente a 2011 e estamos a discutir as Contas, o Senhor Deputado pode passar em Palmaz e visitar as Margens do Caima. Relativamente aquelas pequeninas coisas de saneamento que o Senhor falou, é verdade que eu disse que havia pequenas ligações de saneamento que iam ser feitas se quiser ir vê-las, pode ir à Rua Visconde Carregoso a Cucujães, pode ir à Rua da Manta a Cucujães, pode ir à zona do Salgueiro a Santiago de Riba-Ul e não me vou cansar mais com sítios onde pode ir ver os tais pequenos, que eu disse que eram pequenos saneamentos, não faz sentido estar a fazer grande investimento em saneamento quando agora no dia 20 de maio são entregues as propostas da concessão do caminho que nós fizemos, aliás um caminho que até está ser seguido por muitos outros Municípios. O Dr. António Rosa já lhe disse que quer ver investimento na área da educação, é fácil. O Senhor Amaro convida-o e o Senhor vai a S. Roque e vê o Centro Escolar de S. Roque. O Senhor falou no Caracas, eu também falei de pequenos investimentos no Caracas, é fácil, dia 16 de maio vão ser mostrados os bastidores de equipamentos públicos ligados à cultura, o Senhor pode ir ver o investimento que foi feito nas acessibilidades externas e internas a pessoas com mobilidade condicionada e pode também, já agora, visitar os camarins do cine-teatro Caracas que estão totalmente remodelados. Só estou a falar isto porque foi os assuntos que o Senhor falou. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Miguel Portela. Antes*

*do Dr. Miguel Portela, não posso deixar de esquecer aquelas repetidas como diz o Dr. António Rosa e bem, repetidas frases feitas para jornalista escrever que é: o Plano de Saneamento Financeiro não está a ser cumprido, estou sempre a ouvir isto. O que é certo, é que, também, são públicos os relatórios do Tribunal de Contas, nós já tivemos uma inspeção e já foi público o nosso relatório e até já foi aqui discutido e fomos apontados que eramos uns “pilha galinhas” do pior que não cumpríamos com nada, o que é certo, é que cumprimos. Eu vou-vos só ler o que é não cumprir, isto está na internet, não estou aqui a violar nenhum segredo, é um relatório do Tribunal de Contas de uma Câmara Municipal que tem um Plano de Saneamento Financeiro (como sabem há 37 em Portugal que têm um Plano de Saneamento Financeiro), e portanto desvios de cumprimento das metas anuais relativas a (uma série de coisas), “a Câmara X respectivamente na elaboração e aprovação das propostas dos Orçamentos não cumpriram (isto está escrito) o Plano de Saneamento Financeiro. Em 2009 e 2010 verificou-se um aumento do montante que excede o endividamento líquido; a Câmara X não demonstrou o cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro”. Senhor deputado, isto não está nos nossos relatórios e portanto, nós reduzimos a dívida, nós reduzimos o endividamento, nós reduzimos o prazo médio de pagamento e depois reparem, ao lado disto, aparece outro Senhor Deputado a pedir mais investimento, eu essa é que ainda não consegui perceber como é que nós conseguimos reduzir e aumentarmos brutalmente o investimento? Não consigo, mas o defeito é meu seguramente. Portanto, vamos continuar, isso podem contar, vamos continuar com o esforço para reduzir a dívida, sim senhor, contem connosco; reduzir o prazo médio de pagamento, contem connosco; reduzir o endividamento, contem connosco, é isso o caminho que temos de seguir, porquê? Porque nós somos pessoas de bem e queremos cumprir com o acordo que foi feito e portanto, cá estamos a fazer, com mais ou menos dificuldades. Partindo inclusive da alteração significativa dos pressupostos que levaram a fazer este Plano de Saneamento Financeiro porque há coisas que estão lá inscritas, que não são da nossa responsabilidade e que não se cumpriram. Mas nós não vamos por causa de isso amuar, continuamos é a trabalhar. Relativamente à questão que também é muito importante dizer o seguinte: a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis vive das transferências, não tem receitas, as receitas estão sempre a baixar. Para que percebam, as receitas da Câmara, vamos falar de receita dos loteamentos? Pois claro estão a baixar, mas onde é que estão a aumentar? Alguém sabe onde é que estão a aumentar? Onde é que há loteamentos a serem feitos? Aliás, bem aí uma nova Lei das Finanças Locais que vai inclusive trabalhar nessa matéria para os municípios não estarem tão dependentes dos loteamentos. Eu não sei se o Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira me estava a sugerir que aumentasse a água? Porque para aumentar as receitas sem ser das transferências se calhar era isso, mas não teve a coragem e ficou a meio do caminho, disse, não, isso não, lá pensou politicamente, isso é mau, a água não vou dizer para aumentar e lá vão os meus votitos para os próximos tempos. Também não vai dizer para aumentar as taxas, não é? Até porque nós aprovamos aqui alguma contenção das taxas, fruto da conjuntura. Agora nós não podemos ter, nem querer ter sol na eira e chuva no nabal é absolutamente impossível e portanto eu percebo o esforço, aliás gabo-vos o*

*esforço de persistência e de insistência. Agora há questões que são absolutamente indesmentíveis e são factuais, isso aí é que não vale a pena por mais sound byte, por mais preparação que seja feita, por mais intervenção do Presidente da Junta A ou do Presidente da Junta B, há uma coisa que é o seguinte: A dívida total em 2009 era 51.7, em 2010 era 49.4, em 2011 é 47.6 isto aqui é que ninguém consegue por mais cambalhotas que dêem, não conseguem; O prazo médio de pagamento o ano passado em 2010 era 136 e em 2011 é 123 também é indesmentível, os Senhores dirão, está muito longe dos 47? Está. Estamos a fazer esse caminho preocupante era se tivesse aumentado, não, diminuiu. O endividamento líquido é a mesma coisa em 2010 era 38.1 em 2011 é 34.5, mas alguém consegue desmentir isto? Ninguém. Portanto isto são contas, factos são factos. Senhor Presidente muito obrigado pela sua paciência em nos ouvir. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu novamente o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====*

*===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente efetivamente há questões indesmentíveis e para que não subsistam dúvidas sobre esta matéria, eu vou esclarecer. Quanto ao sound byte e às repetidas vezes em dizemos que o Plano de Saneamento Financeiro não está a ser cumprido, não está, é uma questão, é um facto, não há nada a dizer. Dizer que, sim senhor, baixamos para 123 dias o prazo médio de pagamento, estamos abaixo dos 131 da média nacional, estamos sim senhor, mas temos mais dezasseis milhões de euros (16.000.000,00€) de juros, ou acham que isso não é nada? É que de repente o Plano de Saneamento Financeiro que nos custa dezasseis milhões de euros (16.000.000,00€) de juros imaginem a quantidade de obra que isto dá para fazer. Aparece agora. Enfim, bom. Extraordinário. Não, não é extraordinário. Temos efetivamente 123, reduzimos, estamos abaixo da média nacional mas temos 16 milhões de euros para pagar, isto sim, também é um facto. Quanto às obras que referiu, sim senhor eu conheço-as. Agora há uma coisa que eu não consigo perceber, é que um Presidente de Câmara que tem um orçamento de 33 milhões, uma receita de 33 milhões, apresenta-me algumas obras e quer que eu diga, extraordinário. Senhor Presidente desculpe lá, é muito pouco, é isso que eu tenho para lhe dizer, das duas, uma. Ainda há pouco no PAOD, a propósito da intervenção do Senhor Armindo, o Senhor referiu buracos e estradas em mau estado há em todo o lado que isto é assim em todo lado. Senhor Presidente ou o Senhor sai pouco de Oliveira de Azeméis, ou então eu tenho todo o prazer, tenho todo o prazer a expensas próprias de o levar a alguns concelhos onde isso não se verifica, ou então indico se o Senhor não quiser ter o prazer da minha companhia. Mas eu digo-lhe vários. Efetivamente não é assim, não é isso que acontece. Que temos problemas sérios a esse nível, temos sim senhor, agora não me digam que é o país todo assim. Não me apresentem obras que são participadas na esmagadora maioria pelo QREN e me digam, extraordinário. Senhor Presidente, então e o esforço da autarquia? É tudo para a redução da dívida de obrigação legal, só? É muito pouco, obviamente que é muito pouco,*

*obviamente que não posso-me dar por satisfeito, nem eu, nem ninguém que analise as contas, isto sim são números, são factos. E depois não é verdade Senhor deputado desculpe dizer-lhe, não é verdade esses trezentos mil euros (300.000,00€) que falou em relação ao Plano de Saneamento Financeiro, não é verdade, o que é verdade e se os serviços quiserem mostrar o documento que foi enviado está lá o gráfico é uma diferença de 4 milhões, em relação aquilo que estava, isso é que é verdade. Isto foi o que nos comprometemos na altura e dizem novamente, pois é cinco anos depois a conjuntura é muito diferente, é sim senhor, mas não é assim tão diferente para justificar estas discrepâncias, não, não é tão diferente para justificar e vê exatamente pela receita que nós conseguimos. Pois isso não é nada, obviamente isso não é nada. Pois eles cortaram aqui, cortaram ali, aumentou o IVA e obviamente que o esforço que uma autarquia tem para gerar receita própria é fundamental, é fundamental obviamente e não passa só pelos licenciamentos. Aliás isso é que se chama uma gestão criativa que é capaz de ter em conta uma determinada realidade, apresentar outra. Isto sim são factos absolutamente indesmentíveis. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu novamente o uso da palavra ao Dr. António Rosa, do PSD. =====*

*===== Senhor Presidente, obrigado. Eu de facto não tenho absolutamente nada a acrescentar, mas não podia deixar, não pela minha palavra em si, obviamente que vale o que vale, para mim vale muito, mas vale o que vale, mas obviamente para clarificar só esta afirmação de engano ou de mentira que eu aqui teria feito, eu pedia de pudessem colocar no relatório de acompanhamento do Saneamento Financeiro, posso também ter lido mal e portanto tenho aqui os serviços técnicos que me ajudarão, na página 9, 5.3, que diz: - Endividamento Líquido, creio que era isso que estava a falar? Eu falei endividamento líquido. Portanto aqui no endividamento líquido, já agora eu até tomo a liberdade de ler o texto de quem escreveu, segundo paragrafo: “uma redução anual do endividamento líquido no Plano de Saneamento Financeiro, o desvio acumulado que se verificava em de 2010, foi parcialmente anulado, quantificando-se no final do ano de 2011 no montante de 341.235”, isto depois é sustentado num quadrozinho lá em baixo, portanto está ali na terceira linha, a negrito, Endividamento Líquido plano de 2011 a execução são 34 milhões, a previsão do Plano de Saneamento Financeiro dizia que era 34.219, portanto dá a tal diferença de 341 milhões. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu novamente o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====*

*===== Fica aqui o retrato efetivamente que se falou em endividamento líquido. Então, novamente, eu pedia que pusessem na página 6, do pdf., e assim fica tudo esclarecido nem fica dúvida nem para um nem para outro. Ali está o gráfico a que me referi, a curva de baixo refere*

*aquilo que nós nos tínhamos comprometido no Plano de Saneamento Financeiro com os tais cerca de 43,5 milhões e a curva de cima como veem a discrepância vai aumentando. Apresentamos alguns gráficos sobre essa previsão na altura, portanto a questão e a tal diferença. Pronto, fica aqui a questão, portanto, nenhum de nós estava a dizer errado. Mas posso colocar a questão Senhor Presidente muito clara, o Plano de Saneamento Financeiro previa que em 2020 nós tivéssemos as contas saldadas, se assim quiser, uma dívida a fornecedores na ordem de um pouco mais de um milhão de euros (1.000.000,00€) e entretanto a dívida a médio e longo prazo sanada. Como a tendência se tem vindo a alterar, a minha pergunta é muito simples e clara, se 2020 já não é data do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, qual é a data que o Senhor Presidente prevê que nós consigamos ter a situação resolvida? =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu novamente o uso da palavra ao Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====*

*===== Para dizer o seguinte, eu vou dizer isto porque é público, alguns municípios, alguns eleitos autarcas dos municípios foram interpelados e eu até pensei que quando o Senhor Presidente disse que ia ler um cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, até pensei que se estivesse a referir a isso. Sabe que há processos sancionatórios, derivados do incumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, que foram instaurados a diversos, eleitos, autarcas. Isto para dizer o seguinte: isto também é um apelo ao CDS/PP, o CDS/PP aqui vai aprovar as contas, mas, de facto, há aqui um incumprimento do Plano de Saneamento Financeiro que no meu ponto de vista tem responsabilidades sancionatórias e o apelo que eu aqui deixo independentemente das contas se refletirem e nós podermos aprovar as contas, pelas contas em si, pela evidência do resultado económico do exercício, mas de facto queria transmitir ao município essa preocupação, porque de facto há muitos eleitos locais a serem interpelados. E quando o Senhor Presidente até disse que queria fazer uma leitura sobre este Plano de Saneamento Financeiro, até pensava que estava a referir-se concretamente à notificação do Tribunal Constitucional pelo incumprimento do Plano de Saneamento Financeiro relativamente aos eleitos pelo Município de Aveiro. Por último é dizer ao Dr. António Rosa que, de facto, a nossa preocupação pelo passivo do Município é de facto este desvio de 4 milhões e como deve compreender causa-nos alguma preocupação. Não só, a baixa, de facto, o endividamento, o passivo tem diminuído mas não tem diminuído na razão relativa ao cumprimento das metas do Plano de Saneamento Financeiro. Uma última interpelação, é uma interpelação à Mesa, Senhor Presidente aceite esta sugestão, quando proceder à votação das atas, dou-lhe uma sugestão que se calhar pode acolhe-la ou não, só os presentes na última Assembleia é que naturalmente devem votar a ata, portanto os que estão presentes na última Assembleia e aqui presentes é que votam, votam por unanimidade dos que estiveram aqui presentes. As abstenções referentes às*

*peessoas que não estão cá não têm sentido, portanto é melhor votar os que estão presentes da última Assembleia. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu novamente o uso da palavra ao Dr.º Miguel Portela, do CDS/PP. =====*

*===== Já que se falou na nossa posição, claro que me preocupa os processos sancionatórios do Tribunal de Contas. Preocupa-me mais porque traí a população sobre o objetivo do Tribunal de Contas. Tive o cuidado de falar com muita gente, não é a minha área naturalmente, de pensar sobre o assunto e pareceu-me que os requisitos legais estavam cumpridos. Não estávamos próximo, nem de longe, dos requisitos do Plano de Saneamento Financeiro, também me preocupa, mas tentei salvaguardar que não estaria a cometer-se ilegalidades, preocupa-me muito, acho que é essa a nossa principal preocupação, tem que ser essa. Não me apercebi que estivéssemos a cometer ilegalidades e como sempre fiz, o meu voto é em consciência e sei que poderei pagar por isso caso esteja enganado, mas será sempre com a consciência de estar a agir corretamente. Sei que tem eleitos do CDS e de outros Partidos com problemas com o Tribunal de Contas, ninguém os quer ter. Deu muito trabalho esta análise das contas, é em consciência que o faço e achando que estamos no cumprimento da lei, se estiver enganado poderei também ter que ter os meus problemas, mas quando o fiz foi com honestidade e com o sentido que estarei a cumprir. Porque o cumprir é que as pessoas votaram em nós, para nós fazermos o que é melhor para elas, se algum dia prevariquei não terá sido com certeza no sentido de prejudicar ninguém. =====*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Senhor Presidente só para dar nota que, o Senhor Deputado Miguel Portela já fez referência a isso, o Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira falou na sua última intervenção falou que o Tribunal Constitucional, ainda não é o Tribunal Constitucional é o Tribunal de Contas mas o deputado Miguel Portela fez essa referência e repôs a verdade. Relativamente à questão do 2020, Senhor Deputado como é que o Senhor quer que eu lhe responda hoje relativamente a essa matéria, quando, temos em cima da mesa uma nova Lei das Finanças Locais, temos em cima da mesa um plano que está a ser negociado pela Associação Nacional dos Municípios e com a Troika no sentido de as Câmaras Municipais poderem candidatar-se para resolver os problemas da dívida a mais de 90 dias, todas as Câmaras Municipais e portanto são variáveis e fatores que eu neste momento não domino. Agora há uma coisa que lhe posso dizer a nossa determinação e a nossa vontade é continuarmos a trabalhar no sentido de diminuir as questões que o Senhor sabe, da dívida, do endividamento e dividir o mais que*

*podermos, sem paralisarmos o Município. Nós também não podemos afetar tudo à redução da dívida e do endividamento e depois não fazemos investimento e portanto é essa equação que nós procuramos que ela seja a mais correta possível sabendo que é impossível agradar a todos. Mas nós continuaremos a fazer esse trabalho, mas não lhe posso dizer essa precisão conforme e bem entende. Obrigado. =====*

*===== A Assembleia apreciou o referido documento. =====*

*===== **Ponto quatro:** Certificação legal das contas individuais do Município – Parecer do Revisor/Auditor externo – Conhecimento e apreciação; =====*

*===== Presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do município, para conhecimento e apreciação, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. A Assembleia apreciou e tomou conhecimento da referida informação. =====*

*===== **Ponto cinco:** Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas Individuais do Município/2011; =====*

*===== Presentes, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei 169/ 99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas, nomeadamente: 1- Balanço, 2- Demonstração de resultados, 3- Mapas de execução orçamental: a) Mapa do controlo orçamental da despesa; b) Mapa do controlo orçamental da receita; c) Mapa da execução anual do Plano Plurianual de Investimentos; d) Mapa de execução do Plano de Atividades Municipal; e) Mapa de fluxos de caixa; f) Mapa de contas de Ordem; g) Mapa de Operações de tesouraria; 4- Anexos às demonstrações financeiras: a) Caracterização da entidade; b) Notas ao balanço e Demonstração de resultados; c) Mapa do ativo bruto; d) Mapa das Amortizações e reintegrações; e) Mapa síntese de Imobilizações e amortizações; f) Mapa das participações da entidade; g) Mapa síntese das reconciliações bancárias; h) mapa dos resultados financeiros; Mapa dos resultados extraordinários; j) Mapa das modificações do Orçamento da Receita; k) Mapa das modificações do Orçamento da Despesa; l) Mapa das modificações do PPI e mapa das modificações do Plano de Atividades; m) Mapa das transferências correntes da despesa; n) Mapa das transferências de capital da despesa; o) Mapa das transferências correntes da receita; p) Mapa das transferências de capital da receita, q) Mapa dos ativos de rendimento variável; r) mapa dos empréstimos; s) relação nominal dos responsáveis; t) Mapa da contratação administrativa; u) Mapa de outras dívidas a terceiros; 5- Relatório de Gestão; 6- Proposta de Aplicação do Resultado, os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de atas.=====*

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar os referidos documentos, com a seguinte votação: a favor - vinte e um votos do PSD e dois votos do CDS/PP; contra – doze votos do PS; abstenções – uma do Senhor Bernardo Amaro Moreira Simões - Presidente de Junta de Freguesia de S. Roque, que apresentou a seguinte declaração de voto: “Desculpem, uma precisão só para que conste. Insinuou o Senhor Presidente que os Presidentes de Junta do Partido Socialista votam se calhar de acordo com o que os mandam votar, não é assim, nós queremos provar que não é assim. O Senhor Armindo está em carne viva, o Rui Luzes Cabral também, podem acreditar nisso, eles não tinham combinado sequer entre eles, ninguém combinou nada, nós aqui votamos em consciência Senhor Presidente e não vale alegar essas insinuações que nós sentimo-nos um bocado ofendidos com isso. E também já agora queria aproveitar para dizer outra coisa que se calhar vou-lhe provar na próxima oportunidade. Há freguesias que estavam mal habituadas, eu não sei se nos mandatos anteriores estavam mal habituadas, eu posso-lhe apresentar um documento emitido partidariamente onde nos diziam que S. Roque esteve parado. Eu vou trazer esse documento para não entenderem que somos nós que estávamos mal habituados, porque há um documento em que dizem que S. Roque esteve parado e eu vou apresentar isso. Peço desculpa, para a próxima oportunidade eu digo.” =====

===== **Ponto seis:** Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2011 – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo, mediante proposta fundamentada do Órgão Executivo, nos termos do ponto 2.7.3.1 do Pocal; - Já se atingiu o limite mínimo estabelecido no ponto 2.7.3.4 do Pocal, ou seja, o valor contabilístico da conta 51 – Património, corresponda a 20% do Ativo Líquido; - O resultado líquido do exercício é de 1.220.151,10 Euros, propõe-se a seguinte aplicação: 1. A constituição da Reserva Legal, correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício, no valor de 61.007,55 Euros, em conformidade com o ponto 2.7.3.5 do Pocal; 2. O valor de 1.159.143,55 Euros que seja transferido para Resultados Transitados, em conformidade com o ponto 2.7.3.2 do Pocal.” ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2011, com a seguinte votação: a favor - vinte e um votos do PSD e dois votos do CDS/PP; contra - onze votos do PS; abstenções – dois votos - do Presidente de Junta de Freguesia de S. Roque e do Senhor José António Domingues Marques Lourenço. =====

===== **Ponto sete:** Apreciação do Inventário de 2011 de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação; =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos do artigo 37.º do Sistema de Controlo Interno do MOA, do artigo 24.º do novo Regulamento da Macroestrutura Organizacional e Funcional dos Serviços Municipais (II Série 02/02/2011) e da nota 2.9.10.3.5 do DL 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a 2 Fevereiro de 2012 submeteu-se à aprovação do Órgão Executivo a autorização para proceder às regularizações a efetuar ao stock, com base nos desvios apurados, apresentados nos relatórios de inventariação de cada um dos armazéns e apensos ao Relatório Geral (I/13393/2012). Nos procedimentos de conferência para fecho de contas do ano 2011, e após as verificações da conformidade dos dados por comparação entre os registos da aplicação da contabilidade e os registos da aplicação dos armazéns, submete-se à aprovação do Órgão Executivo o Relatório das Existências finais de 2011 correspondentes aos três Armazéns do Município, devendo ser remetido à Assembleia Municipal para efeitos do n.º 2, alínea c) do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” A Assembleia apreciou o referido documento.* =====

===== ***Ponto oito:** Certificação legal das Contas consolidadas do Município – Parecer do Revisor/Auditor externo – Conhecimento e apreciação;* =====

===== *Presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do município, para conhecimento e apreciação, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. A Assembleia tomou conhecimento e apreciou o parecer do Revisor/Auditor externo.*=====

===== ***Ponto nove:** Apreciação de Contas Consolidadas do Município do Exercício de 2011;* =====

===== *Presentes, nos termos da al. e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2001 de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas, nomeadamente: Balanço consolidado; Demonstração de resultados consolidado; Mapa de fluxos de caixa consolidado; Anexo ao balanço e Demonstração de resultados consolidado; Mapa do ativo bruto consolidado; Mapa de Amortizações e reintegrações consolidado; mapa dos resultados financeiros consolidado; Mapa dos resultados extraordinários consolidado e Relatório de Gestão consolidado os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de atas. A Assembleia apreciou o referido documento.*=====

===== ***Ponto dez:** 1.ª Revisão ao Orçamento e PPI/2012 – Aprovação;* =====

===== *Presente a 1ª Revisão ao Orçamento de 2012, nas componentes de receita e despesa, elaborado nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 nº2 das condições técnicas e do constante no ponto 8.3.1 das notas sobre o processo orçamental e respetiva execução, do Decreto- Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e a 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2012, elaborada nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 n.º 2 das considerações técnicas e do constante no ponto 8.3.2 das notas sobre o processo orçamental e respetiva execução, do Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto onze:** Relatório final de acompanhamento e execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2011 – Após encerramento das contas municipais – Apreciação;* =====

===== *Para cumprimento do artigo 6º do D.L. nº 38/2008 e alínea c) do nº 4 do artigo 40º da Lei nº 2/2007 (Lei das Finanças Locais), foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas. A Assembleia apreciou o referido documento.*=====

===== ***Ponto doze:** Autorização excecional de acréscimo ao fundo disponível do montante inicial das disponibilidades líquidas (art.º 4.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro);* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) Compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara apreciar e votar os documentos de prestação de contas (art. 53.º n.º 2 alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e posteriores alterações); 2) A apreciação e votação dos documentos de prestação de contas ocorre na Sessão Ordinária da Assembleia de Abril; 3) A título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados, pela Câmara Municipal, sem possibilidade de delegação, quando envolvam entidades da administração local (art. 4.º n.º 1 alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro); 4) para efeitos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, considera-se fundo disponível as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, nomeadamente os montantes autorizados nos termos do art. 4 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; 5) De acordo com o princípio da continuidade o município opera continuamente, com duração ilimitada (3.2 alínea b) do POCAL); 6) Para efeitos de cálculo de fundo disponível, torna-se justificável, considerar-se*

como montante inicial as disponibilidades líquidas existentes à data deste cálculo, correspondendo a um valor disponível de muito curto prazo que para todos os efeitos é uma receita efetiva própria já cobrada e como tal deve ser acrescida como valor de arranque do cálculo do fundo disponível, a título excepcional, desde que expressamente autorizado nos termos do n.º 3 destes considerandos. Pelo que se propõe: 1) Seja autorizado, a título excepcional, acrescer ao fundo disponível o montante inicial das disponibilidades líquidas (deduzido de OT's) existentes à data de 29/02/2012, no valor de 661.783,60€, para efeitos do respetivo cálculo, nos termos e ao abrigo do art. 4.º n.º 1 alínea c) e art. 3.º alínea f) vii da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro; 2) Como forma de salvaguarda da integração deste saldo inicial para efeitos do cálculo do fundo disponível e dado o momento em que a Lei é publicada e a atual fase do ciclo económico, se submeta a posterior ratificação da Assembleia Municipal para efeitos de convalidação desse montante, do seu acréscimo ao cálculo do fundo disponível e demais efeitos subjacentes à sua inclusão à respetiva data.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. É com base numa questão de prudência, também, tendo em conta a famosa Lei 8/2012, a Lei dos Compromissos e portanto vir à Assembleia Municipal também a questão de que a partir de consignarmos os 661.783.60€, para efeitos do cálculo do fundo disponível e portanto estamos aqui de alguma forma, na minha opinião, prudentemente a aprovar em Sede de Assembleia Municipal, porque como sabem ainda há algumas dúvidas relativamente à implementação da mesma, naquilo que diz respeito às Câmaras Municipais. Muito obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto treze:** Associação de Solidariedade Social de Loureiro – Proposta de isenção de taxas – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1 - O art. 12.º n.º 2 da Lei das Finanças locais – LFL estabelece o regime de exceção, dando a possibilidade das Autarquias Locais concederem isenções totais ou parciais relativamente a outros tributos próprios, no caso em apreço, tarifas, mediante deliberação fundamentada da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal; 2 - Os benefícios fiscais concedidos no ponto 1, não podem ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação

por uma vez com igual limite temporal (art. 12.º n.º 3 da LFL); 3 - Compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra (art. 64.º n.º 4 alínea b) da Lei 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações); 4 – Os atos administrativos podem ter eficácia retroativa, quando a retroatividade seja favorável para os interessados e não lese os interesses legalmente protegidos de terceiros, desde que à data que se pretende fazer remontar a eficácia do ato, já existissem os pressupostos justificativos da retroatividade (art. 128.º n.º 2 alínea a) do CPA); pelo exposto propõe-se: A aprovação da isenção do valor das tarifas de lixo devidas ao Município, pela Associação de Solidariedade Social de Loureiro, relativa à habitação sita na Rua Dr. Albino Reis, nº 215 em Alumieira da freguesia de Loureiro, para os próximos cinco anos com possibilidade de renovação mediante deliberação do órgão – Câmara Municipal, nos termos e para os efeitos dos art. 64.º n.º 4º alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações e art. 12.º n.º 3 da LFL; - Que se remeta a presente proposta para aprovação na próxima Assembleia Municipal, dando cumprimento ao estabelecido no art. 12.º n.º 2 da LFL; - Que seja aplicada retroatividade desta deliberação aos passivos existentes desta entidade e deste imóvel nos termos do art. 128.º n.º 2 alínea a) do CPA.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente é uma prática que também tem vindo a ser feita na Assembleia Municipal, que é as instituições pedirem as isenções de taxas e neste caso é a Associação Solidariedade de Loureiro. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a isenções de taxas à Associação de Solidariedade Social de Loureiro, para os próximos 5 anos. =====

===== **Ponto catorze:** Regulamento do Conselho Municipal da Juventude – Aprovação;

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ 1. Considerando que a Câmara Municipal, em reunião ordinária de 24 de Maio de 2011, deliberou aprovar por unanimidade o Projeto de Regulamento Conselho Municipal da Juventude, bem como a sua sujeição a apreciação pública, com o objetivo da recolha de eventuais sugestões, observações ou reclamações, nos termos previstos no art.º 118.º do CPA, tendo para o efeito sido efetuada a publicitação por edital no período de 15 de Junho a 15 de Julho de 2011, no Boletim Municipal

*Digital n.º 113. 2. Atenta à audiência dos interessados, prevista no n.º 1 do art.º 117.º do CPA, foi enviado ofício com cópia do Projeto de Regulamento Conselho Municipal da Juventude, designadamente, ao Grupo 212 dos Escoteiros de Portugal, Corpo Nacional de Escutas Agrupamento 1099, APNLJFC – Associação do Prémio Nacional de Literatura Juvenil Ferreira de Castro, Associação Escoteiros de Portugal – Grupo 18, Centro Nacional de Escutas – Agrupamento XXIV Cucujães, Associação Estudantes da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa Oliveira de Azeméis, Núcleo Atletismo de Cucujães, Rancho Infantil e Juvenil de Cucujães, TEPAS, Grupo Juvenil Pinheiro da Bemposta, A CHAMA – Associação Recreativa e Cultural de S. Roque, A NOZ – Associação de Cultura e Desporto, Centro Nacional de Escutas – A534, Rancho Infantil e Juvenil de Nogueira do Cravo, VILLA CESARI – Associação de Cultura e Desporto de Cesar, ADEC-MS – Associação Desportiva e Cultural de Macieira de Sarnes, Associação TAL – Teatro Amador Loureiro, GODESTEU – Associação Cultural, Associação Cultural de Travanca, Turma da Bola – Associação Cultural Recreativa e Desportiva, Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Palmaz, URATE – União Recreativa “Os Amigos da Terra”, Palmaz Jovem Clube, Associação Monges do Nada, Associação Estudantes da Escola Secundária Soares de Basto, Associação de Estudantes da Escola Secundária Ferreira de Castro, Associação Estudantes da Escola Secundário Fajões, Associação Estudantes da Escola Superior Aveiro Norte, Juventude Social-Democrata, Juventude Socialista e Juventude Centrista; 3. Constatou-se que, após conferência dos prazos, foram cumpridos os normativos legais sobre a audiência dos interessados e de apreciação pública; 4. Na sequência das consultas efetuadas, nada foi sugerido por essas entidades que altere substancialmente a proposta inicial. Não obstante, foram realizadas algumas correções formais, designadamente, nos art. 4º, n.º 3 e n.º 7, art. 13º, a) b) e f), art. 14º, n.º 1 e n.º 5 e art. 16º, n.º 2, ex vi, considerando a entrada em vigor da Lei n.º 6/2012, de 10 de Fevereiro. Em face do exposto, propõe-se: 1. Que a Câmara Municipal delibere dar anuência ao presente regulamento, bem como submete-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação; 2. Que se determine a posterior publicação no Boletim Municipal Digital do referido regulamento, nos termos do art.º 91º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Este era mais um compromisso que todos e eu julgo que aqui podemos falar em todas as forças políticas tinham, que era a implementação do Conselho Municipal da Juventude. Ele passou por diversas vicissitudes, foi acompanhado também as alterações em Sede de Assembleia da República, esteve muito tempo parado fruto dessas situações, foram ultrapassadas, decidimos avançar com ele e ele aqui está. Podem dizer alguns, finalmente aqui está. Mas, mais vale tarde do que nunca e portanto, agora o que é*

*preciso é que depois de aprovado seja instalado e funcione bem e seja um contributo positivo para a implementação das políticas de Juventude no Município de Oliveira de Azeméis. Muito obrigado. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores José Campos e Ana Raquel Teixeira. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora Ana Raquel Teixeira, do PS. =====*

*===== Boa tarde a todos. Pois, finalmente, há exatamente um ano atrás eu estava aqui a perguntar e não pela primeira vez ao Senhor Presidente, para quando o Conselho Municipal de Juventude. A Juventude Socialista esteve presente na reunião da discussão deste Regulamento. Esperamos tirar um contributo positivo pelo menos assim parece no regulamento e esperamos que, a partir do momento em que este Conselho passe a ter atividade, que realmente os jovens oliveirenses possam ter uma voz ativa na elaboração de políticas para o Município e que daí surjam atividades produtivas para os jovens oliveirenses e no final do mandato espero que o balanço também seja positivo. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Campos, do PSD. =====*

*===== Boa tarde a todos. O Regulamento do Conselho Municipal da Juventude afirma no seu preâmbulo, o que passo a descrever em seguida: “Para o eficaz desenvolvimento de uma política de Juventude é essencial conhecer os anseios e aspirações dos jovens, as suas prioridades e preferências. Através da criação do Conselho Municipal da Juventude, o Município de Oliveira de Azeméis pretende dar uma oportunidade aos jovens de, plena, ativa e efetivamente, participarem, com as suas ideias e irreverência na definição de políticas para o concelho, ficando assim este Município melhor habilitado a corresponder ao que esta camada da população espera ver concretizada na política municipal.” Este excerto, que tomei a liberdade de citar do Regulamento, claramente define a importância que Conselho Municipal da Juventude pode ter na correta definição de políticas de juventude. Apenas faço votos para que este Conselho funcione em toda a sua plenitude, que seja um verdadeiro auxiliar na procura de políticas acertadas para os nossos jovens. O ponto de partida é promissor pois nada melhor que os próprios jovens com todos os seus problemas e dilemas, mas também com todas as suas ideias, conhecimentos e aspirações para opinarem sobre aquilo que é mais correto em assuntos que lhes dizem diretamente respeito. Estou certo que da parte do Município e igualmente de todos os membros que farão parte do Conselho, existirá responsabilidade necessária para que este órgão seja realmente um órgão com capacidade para promover, apoiar, aconselhar e*

quando necessário criticar. Só desta forma valerá a pena a existência do Conselho Municipal da Juventude. Não podemos deixar que este órgão passe a ser apenas mais um existente no papel, mas sem concretizar uma mais-valia na sociedade. Da parte da Bancada do PSD, do PSD enquanto Partido, da JSD enquanto organização de Juventude Partidária estaremos sempre prontos para que o Conselho Municipal Juventude garanta um espaço para intervir. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude. =====

===== **Ponto quinze:** Adenda ao contrato-programa para formação desportiva celebrado com a Associação Juventude Desportiva Carregosense – Autorização; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O Contrato-Programa celebrado em 03 de Fevereiro de 2012 com a Associação Juventude Desportiva Carregosense, no âmbito da formação desportiva - Que é intenção dos outorgantes alterar o teor da cláusula quarta, do referido protocolo, propõe-se: - A aprovação da minuta de adenda ao contrato-programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo da alínea b) do n.º6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. A adenda tem a ver com a questão da alteração do número de atletas, ou seja, é o subsídio de 30,00€, e portanto é feita esta alteração para o valor de 2.190,00€. E já agora aproveito a discussão deste ponto para informar que estamos financeiramente e administrativamente a ultimar as questões relativamente ao pagamento destes subsídios, ao movimento associativo do concelho, destes contratos-programa, mas a questão da Lei 8/2012 atrasou de alguma forma os prazos que queríamos, até porque estamos quase a finalizar a época desportiva e portanto teremos que melhorar a nossa performance nesta matéria. Muito obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração da adenda ao contrato-programa para formação desportiva com a Associação Juventude Desportiva Carregosense. =====

===== **Ponto dezasseis:** Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Associação Florestal de Entre o Douro e Vouga – Autorização; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:  
- Em 01 de Outubro de 2010, foi celebrado protocolo de colaboração entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Associação Florestal do Entre Douro e Vouga, com vista à criação de equipa, a desenvolver atividades relacionadas com a defesa da floresta contra incêndios e proteção de população e respetivos bens. - É intenção dos outorgantes alterar o teor das cláusulas terceira e quarta do mesmo; Ao abrigo da alínea b) nº 2 do artigo nº 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redação da Lei nº 5-A/220 de 11 de Janeiro, para efeitos do estabelecido no Decreto-Lei nº 179/99 de 21 de Maio, na atual redação do Decreto-Lei nº 38/2006 de 20 de Fevereiro, propõe-se: Que seja aprovada a minuta da Adenda ao protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga e remetida à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Como sabem nós temos parcerias, temos contratos com a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga, naquilo que são os trabalhos relativamente à floresta no âmbito territorial do nosso Município. E isto foi também bastante discutido em reunião da Câmara Municipal, tivemos a presença inclusive do diretor ou responsável da Associação Florestal que veio dar todos os esclarecimentos que lhe foram solicitados e agora essa aprovação em reunião de Câmara tem de ser ratificada em sede de Assembleia Municipal. Portanto tem a ver com a sua função, o exercício das suas funções, tem a ver também aqui com a questão do material e tem a ver aqui com a agilização de procedimentos porque dando outras responsabilidades à Associação agilizando a resolução por vezes de coisas que demoram imenso tempo se ficarem debaixo da responsabilidade da Câmara Municipal. Muito obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração da adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga. =====

===== **Ponto dezassete:** *Terceira adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Associação Florestal de Entre o Douro e Vouga – Equipa de Sapadores Florestais – Autorização;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Foi celebrado em 06 de Março de 2007, com a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga, um protocolo visando a constituição e funcionamento de uma Equipa de Sapadores Florestais; - O mesmo prevê a renovação automática por iguais e sucessivos períodos, de acordo com a cláusula quinta; - Em 07 de Março e 11 de Setembro de 2008 foram celebradas adendas ao referido protocolo; - Se torna necessário alterar as cláusulas terceira e quarta; Ao abrigo da alínea b) nº 2 do artigo nº 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redação da Lei nº 5-A/220 de 11 de Janeiro, para efeitos do estabelecido no Decreto-Lei nº 179/99 de 21 de Maio, na atual redação do Decreto-Lei nº 38/2006 de 20 de Fevereiro, propõe-se: Que seja aprovada a minuta da Adenda ao Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga e remetida à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, o que disse no ponto anterior é válido para este ponto. Uma questão tem a ver com os Sapadores e a outra com a Equipa de Intervenção, neste caso é a Equipa de Sapadores.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração da terceira adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga Equipa de Sapadores Florestais.* =====

===== **Ponto dezoito:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Fundação La-Salette – Autorização/Ratificação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que em reunião de Câmara Municipal de 22 de Dezembro de 2011 e sessão da Assembleia Municipal de 30 de Dezembro de 2011, foi aprovada minuta de protocolo de colaboração entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Fundação La Salette, com vista, designadamente, ao financiamento das atividades e apoio a investimentos no Parque da La Salette; - Para*

*concretização do seu objetivo há necessidade de proceder à alteração da cláusula segunda do referido protocolo, propõe-se: - A ratificação da Adenda ao referido Protocolo de Colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Fundação La Salette; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” ==*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Isto é mais uma precaução do ponto de vista daquilo que foi aprovado já aqui em Sede de Assembleia Municipal, tem a ver com os 50.000,00€, e agora é discriminação de 25.000,00€ para uma atividade e 25.000,00€ para outra, ou seja, 25.000,00€ para as atividades e os outros 25.000,00€ para investimento no Parque da La-salette naquilo que diz respeito também à comparticipação do próprio Parque na candidatura. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Miguel Portela, Dr. Fernando Pais Ferreira, Dr. António Rosa e Amaro Simões. =*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====*

*===== Neste tipo de transações em relação a este ponto venho lembrar que a nossa posição, o CDS continua irredutível, que sem a comprovada legalidade destas transferências entre a autarquia e a fundação La-Salette não podemos assumir outra posição que não a desaprovação. Visto até à data nada me ter chegado às mãos em sentido contrário mantereí a posição que o CDS-PP tem tido em situações similares e vamos votar com declaração de voto. =*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====*

*===== A nossa posição, também é de alguma forma similar à posição assumida pelo CDS/PP, de facto nós temos muitas dúvidas quanto à legalidade da Fundação La-Salette e como tal, não podemos subscrever o protocolo elaborado e só por esse motivo é que votamos contra.=*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====*

*===== Apenas para dizer, que para além da questão da legalidade, que para nós não oferece dúvidas, obviamente que iremos votar a favor deste ponto, porque o Município, outras*

*razões não houvesse, tem cinco milhões de euros (5.000.000,00€) para investir neste pulmão da cidade e do concelho e portanto, não fosse o voto favorável do Partido Social Democrata poderíamos correr o risco de perder este dinheiro. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====*

*===== É o seguinte: não estou a falar dos cinco milhões, estou a falar de uma transferência que segundo o Tribunal de Contas é ilegal. Eu adoro o Parque de La-Salette, brinco lá desde pequenino, faz parte do meu imaginário infantil. Assim como, eu há bocado me referi à referencia do Dr. Pais Ferreira que considerando legal votava a favor, enquanto não provarem que isto realmente não é ilegal eu não poderei votar de outra maneira. Agora, não acredito também que não era por isto que os cinco milhões não seriam aplicados. Todos nós gostamos muito do Parque, isso não há dúvida. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====*

*===== Peço desculpa, eu nunca falei neste assunto e não é como Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque que vou intervir, só um pequenino pormenor. Eu compreendo perfeitamente a posição do Partido Socialista e do CDS, isto é um assunto que se arrasta, que eu acho que já se devia ter resolvido e agora irá ser resolvida num embrulho, porque agora são todas as Fundações que estão a ser apreciadas. Eu penitencio-me porque particularmente nunca o disse em nenhum Conselho de Administração, nem a ninguém, ou de alguma forma transmiti isto a ninguém mas eu acho que nós devíamos começar a pensar num novo modelo de financiamento da Fundação. Seja Fundação ou seja o que for. O Orgão que gerir o Parque devia poder debitar serviços, porque não tem que ser subsidiado. Presta serviços e os serviços eram debitados a quem os usar. Usavam o Parque da La-Salette, para fazer a exposição de pintura, pagavam. Usavam o Parque da La-Salette para fazer a Feira do Livro, pagavam. Portanto, isto tudo tem preços porque as pessoas que andam lá, aquilo é trabalho. Porque se não for na Fundação, há-de ser a Junta de Freguesia, há-de ser uma Comissão de Melhoramentos. A Administração ninguém é pago, portanto o que se lá passa é serviço que há-de ser afeto a alguma coisa. Má administração, não há. Má gerência, não há. Há é um problema legal, que a todos nos ultrapassa, as vezes sinto algum desconforto com isso, mas na prática sinto a minha consciência tranquila e estou tranquilo. Mas acho que os subsídios têm que acabar, até já pensei nisso para as Juntas também. Abaixo os subsídios. Há serviços que a gente presta, deve ser pago por esses serviços porque senão depois os subsídios são discricionários. Portanto, é serviço, é trabalho que a gente fatura. Presta o serviço - fatura. Um dia temos de pensar nisso, mas para tudo, não é só para a Fundação. =====*

=====  
 Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====  
 Senhor Presidente, eu compreendo perfeitamente esta intervenção do Amaro Simões, mas também julgo que se possa interpretar as dúvidas que são colocadas que nenhuma delas quer atingir esta lógica, ou seja, toda a gente percebe o esforço que está a ser feito na Administração, seja na Fundação, seja na Associação, seja naquilo que vier a ser o modelo de gestão do Parque. Porque o que acontece é o seguinte: A opção da Fundação, e como sabem este governo fruto da intervenção do programa de assistência financeira, todas as Fundações tiveram de responder a um rastreio, a um inquérito, a um questionário e todas elas estão, as mais e as menos pujantes, estão ser avaliadas pela Presidência do Conselho de Ministros, nomeadamente pelo Secretário de Estado da Presidência Dr. Luís Marques Guedes, que depois vai ter que levar o resultado final dessa avaliação à Troika e a Troika vai dizer estas correspondem aquilo que nós achamos e que deve ser a forma de funcionamento e outras não. Naturalmente que, aqui se essa situação na nossa perspetiva, aqui da Fundação, se vier a ser apontado outro caminho teremos que decidir todos em conjunto qual o caminho a seguir e o melhor caminho a seguir. Sendo certo que, o Parque de La-Salette é claramente aquilo que mais une os oliveirenses, como disse o Dr. Miguel Portela e bem. Já agora dizer-vos que, independentemente de tudo isto, nós já aprovamos este financiamento, estamos a ratificar a divisão dos cinquenta, duas vezes vinte e cinco, vinte e cinco para um lado e vinte e cinco para outro. Mas eu acho que foi bom, porque estimulou a discussão à volta do Parque de La-Salette, é sempre bom quando discutimos positivamente em torno de qualquer coisa. =====

=====  
 O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação tendo sido deliberado por maioria autorizar/ratificar a adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Fundação La-Salette, o qual teve como objeto o financiamento das suas atividades, com a seguinte votação: - a favor – vinte votos do PSD; - contra - onze votos do PS e dois votos do CDS/PP. O CDS/PP apresentou a seguinte declaração de voto: “Nos termos do artigo 158, n.º 2 do código civil, as fundações só adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento que é feito pela Presidência do Conselho de Ministros. Visto ainda não ter sido comprovado a esta Assembleia Municipal que esta fundação obteve até hoje reconhecimento por parte da entidade competente não possuindo assim personalidade jurídica, não podendo, por isso, ser titular de relações jurídicas. Neste sentido, em conformidade com o exposto e atendendo ao dever de observância do princípio da legalidade, o Grupo Municipal do CDS-PP, vota contra a presente deliberação da Assembleia Municipal no que se refere ao ponto 18 da ordem de trabalhos.” Não participaram na votação deste ponto o Sr. Ilídio Lopes (Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara) e o Sr. Amaro Simões (Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque), por se considerarem impedidos. =====

===== **Ponto dezanove:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, com vista à realização do evento “Queima das Fitas 2012” – Autorização; =====*

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A importância que a “Queima das Fitas”, assume na camada jovem, e a possibilidade de envolver a comunidade, nesta festa académica; - Que se deve manter o espírito e tradição académica, no Município de Oliveira de Azeméis, propõe-se: A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração, a celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, que define os termos e as condições da colaboração institucional, com vista à realização do evento “Queima das Fitas 2012”, ao abrigo designadamente, da alínea b) do n.º4, do art.º 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, correspondendo o número de compromisso 1311/2012, conforme estabelece a Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro; e se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do referido diploma legal, conjugado com a Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro.” =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *Muito obrigado. Estamos a ratificar este protocolo da “Queima das Fitas” que acabou ontem e portanto acho que já podemos quase fazer o balanço, não é aqui o momento, estamos só a aprovar o protocolo e portanto, é uma obrigação legal e julgo que o balanço a fazer é positivo mas ficará para uma outra oportunidade. Portanto a disponibilização em termos financeiros foram três mil euros (3.000,00€), para além naturalmente de um conjunto de outras obrigações da Câmara Municipal que tem a ver com as questões logísticas e com as questões das taxas. Muito obrigado. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezanove à votação tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, com vista à realização do evento “Queima das Fitas 2012”. =====*

===== **Ponto vinte:** *Protocolo de colaboração a celebrar com o Grupo Recreativo, Associativo e Cultural de Cidadãos, com vista a promover a realização do evento “Era uma vez...XVI Mercado à Moda Antiga” – Autorização; =====*

=====  
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que no âmbito da gestão e programação dos eventos municipais e da agenda de atividades culturais, o evento **“Era uma vez... Mercado à Moda Antiga”** sustenta uma componente relevante dos valores histórico-culturais do município de Oliveira de Azeméis; - A responsabilidade da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis nas competências de preservação dos usos e costumes e da aposta contínua na vertente histórica e pedagógica que pretende atingir junto da população, tornando possível a vivência dos valores culturais endógenos, através da recriação de danças e cantares, mostra de artesanato e outras manifestações etnográficas, num recordar de tradições e elementos históricos que se pretendem afirmar e fomentar; - Que o evento tem vindo a assumir grande adesão e interesse de visitantes e turistas aos níveis regional e nacional, assumindo um papel de singularidade numa matriz de recriação histórica; - Que congrega em si uma oportunidade assumida para a participação ativa da massa associativa do município de Oliveira de Azeméis, permitindo a exteriorização das suas atividades bem como a possibilidade de gerar receitas económicas para o desenvolvimento dos seus planos de atividades anuais; - A experiência dos anos anteriores, que é de manter, propõe-se: - a aprovação da minuta do protocolo a celebrar com o Grupo Recreativo, Associativo e Cultural de Cidacos, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, que tem por objeto definir os termos da colaboração institucional entre os Outorgantes, com vista a promover a realização do evento **“Era uma vez ... XVI Mercado à Moda Antiga”**, ao abrigo designadamente, da alínea l) do n.º 2 do art.º 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, correspondendo o número de fundo de compromisso 1309/2012, conforme estabelece a Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro; e se submeta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

=====  
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====  
 ===== É bem verdade, está aí outra vez, faltam já poucos dias para aquela que é uma grande se não umas das maiores manifestações culturais do nosso Município, que vai da XVI edição, que é uma parceria com o Grupo Recreativo Associativo e Cultural de Cidacos com a GRAC, e que se prende com as nossas tradições, que é também um instrumento de promoção e valorização do nosso município e também uma fonte de receita para muitas das nossas Associações que aproveitam os milhares de visitantes que estão em Oliveira de Azeméis durante este fim-de-semana. Esperemos também poder contar uma vez mais com a colaboração do S. Pedro, nesta realização. =====

=====  
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte à votação tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração protocolo de colaboração com o Grupo Recreativo, Associativo e Cultural de Cidadãos, com vista a promover a realização do evento “Era uma vez...XVI Mercado à Moda Antiga.”* =====

===== **Ponto vinte e um:** *Acordo de parceria e aditamento celebrado com a Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER – Ratificação e convalidação de todos os atos e pagamentos entretanto efetuados;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: - Que em 14 de Setembro de 2010, foi celebrado Acordo de Parceria entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER, que estabelece os termos da conceção e implementação de uma infraestrutura tecnológica de apoio à rede de Lojas interativas de Turismo, incluindo responsabilidades financeiras, para apresentação de candidatura à CCDR-N, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 ON.2 (Eixo Prioritário V - Governação e Capacitação Institucional/Objetivo Específico “Promoção da Capacitação Institucional e do Desenvolvimento Regional e Local) ”; - Que a CCDR-N, ao abrigo da candidatura no domínio da Promoção e Capacitação Institucional – PCI – Redes Institucionais/2010, aprovou condições de financiamento diferentes das previstas aquando da assinatura do Acordo de Parceria; - O teor do ofício de 15 de Fevereiro de 2012, da Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER, com o assunto: “Candidatura no domínio da Promoção e Capacitação Institucional – PCI- Redes Institucionais/2010”, pelo qual solicita assinatura e devolução do Aditamento ao Acordo de Parceria; - Nessa sequência, foi em 28 de Março, assinado Aditamento ao Acordo de Parceria, adequando-se os termos referentes à comparticipação financeira relativa ao investimento, sendo fixada a comparticipação por parte do Município em € 9.829,40 (Conforme cláusula quarta), correspondendo o número de compromisso de fundo disponível 1127, propõe-se: - A ratificação do identificado Acordo de Parceria e Aditamento celebrado com a Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, bem como de todos os atos e pagamentos entretanto efetuados, com efeitos reportados às datas a que os mesmos respeitem ou foram praticados, em cumprimento do estabelecido no n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; - Que se remeta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) n.º 2 do art.º 53.º, do mesmo diploma e cumprimento da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (aplicável à assunção de compromissos).”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Isto tem a ver com mais uma parceria. Aliás, eu falei no período de “Antes da Ordem do Dia”, estávamos a discutir a questão da Praça da Cidade, como sabem ao lado da Praça da Cidade naquele edifício tem também a funcionar o Posto de Turismo. Vai haver uma grande transformação daquele espaço, fruto desta candidatura do Porto e Norte de Portugal e portanto o que aqui vem é que a comparticipação do nossa Município passe para 9.829,40€, porque houve aqui um ajustamento e o nosso contributo vai ser menor, fruto do aumento de comparticipação do QREN. Nós já tínhamos aprovado isto, só que agora temos de alterar porque o financiamento do QREN aumentou e portanto a nossa comparticipação é menor e tem de ser ratificado também na Assembleia Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e um à votação tendo sido deliberado por unanimidade ratificar o acordo de parceria e respetivo aditamento celebrado com o Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER, bem como convalidar todos os atos e pagamentos entretanto praticados.* =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Consumos de gasóleo – Protocolos com Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, Sapadores Florestais e Cruz Vermelha Portuguesa (Núcleo de Cucujães) – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo-se verificado que durante o ano de 2011, as quantidades previstas em protocolo para consumos de combustível das entidades Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, Sapadores Florestais e Cruz Vermelha Portuguesa - delegação de Cucujães, foram ultrapassadas, de acordo com valores constantes em informação anexa do Serviço de Gestão, Transportes, Mobilidade e Energia, propõe-se a ratificação desses consumos em excesso, de 526.845 litros, para os Sapadores Florestais, de 18.178.424 litros, para os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis e de 136.23 litros para a Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Cucujães.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado. Como sabem, nós com estas entidades temos um protocolo de fornecimento de combustível para o exercício das suas funções, e portanto naturalmente que devidamente justificado e julgo que nenhuma destas instituições poderá ser posta em causa com esta situação. Aliás, o ano foi um ano absolutamente atípico naquilo que diz respeito ao combate a fogos florestais e portanto o protocolo que temos com os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis foi excedido tal como com os Sapadores Florestais e com a Cruz Vermelha*

*Portuguesa Núcleo de Cucujães, mas, como isso aconteceu temos de ratificar também em Sede de Assembleia Municipal. E posso-vos dizer que eu, na semana passada, tive uma reunião na sexta-feira passada com a Direção e o Comando dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis e com os Bombeiros de Fajões onde vamos reformular todos os protocolos de cooperação que temos com eles: no que diz respeito às equipas de intervenção permanentes; no que diz respeito aos fardamentos; no que diz respeito aos apoios na compra de viaturas e também ao funcionamento destas extraordinárias instituições do nosso município que são os Bombeiros de Azeméis e os de Fajões. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e dois à votação tendo sido deliberado por unanimidade ratificar o valor de consumo de gasóleo referente aos protocolos celebrados com os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, Sapadores Florestais e Cruz Vermelha Portuguesa (Núcleo de Cucujães). =====*

*===== **Ponto vinte e três:** Desafetação do domínio público dos caminhos 171 e 204 da freguesia de Loureiro – Aprovação; =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal deliberar sobre a desafetação de bens do domínio público municipal, ao abrigo da alínea a) n.º 6 do artigo 64º, conjugado com a alínea b) n.º 4 artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; - Que a Área de Acolhimento Empresarial de UI/Loureiro é atravessada pelos caminhos públicos números 171 e 204; - Que o caminho público número 171 fica na sua totalidade englobado pela AAEUL, e que o caminho público número 204 fica parcialmente englobado na AAEUL, cerca de metade da sua extensão, os quais, na sua totalidade perfazem a área 10.910 m2, propõe-se: Ao abrigo do disposto na alínea a) n.º 6 do artigo 64º e para efeitos do determinado na alínea b) n.º 4 artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja deliberado pelo Executivo Municipal a intenção de desafetar do domínio público os caminhos 171 e 204 e integra-los no domínio privado do município.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Muito bem. Basicamente é só para desafetar estes caminhos públicos, que estão identificados, o 171 e o 204 para o domínio privado por causa do loteamento e, portanto,*

*integra-los no loteamento final. Basicamente é um processo administrativo que tem de passar também pela Assembleia Municipal. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e três à votação tendo sido deliberado por unanimidade desafetar do domínio público os caminhos n.ºs 171 e 204 os quais ficarão a fazer parte da AAEUL, ficando assim os mesmos a fazerem parte do domínio privado do Município. =====*

*===== **Ponto vinte e quatro:** Limite administrativo entre as freguesias de Carregosa e Vila Chã (Vale de Cambra) – Aprovação; =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência da adjudicação pelo Município ao Instituto Geográfico Português, no âmbito das competências que este último possui e após a aprovação deste novo limite pela Junta e Assembleia de Freguesia de Carregosa, de acordo com a planta anexa (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) da delimitação administrativa entre as freguesias de Carregosa e Vila Chã, dos Municípios de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, respetivamente.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Muito obrigado Senhor Presidente. Isto tem a ver com uma adjudicação que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis fez ao Instituto Geográfico Português no âmbito daquelas que são as suas competências, para aprovar os limites entre as freguesias e entre os municípios e os concelhos vizinhos. Esta é uma matéria que segundo podemos ver relativamente à análise que é feita pelo Instituto Geográfico Português e também por aquilo que diz, respeito ao nosso Município, o Presidente da junta de freguesia de Carregosa estamos em condições de aprovar em Sede de Assembleia Municipal e portanto, é mais um passo naquilo que diz respeito aos limites administrativos entre freguesias. Há duas situações que estão pendentes esta é uma, há ainda outra situação também relativamente à questão das Baralhas mas também foi pedido ao Instituto Geográfico Português que se pronuncie, e eles já se pronunciaram relativamente a esta questão aguardemos serenamente relativamente à outra. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e quatro à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **Ponto vinte e cinco:** Criação de uma Comissão Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária – Designação de um representante de cada Partido Político com representação na Assembleia Municipal; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1. Os municípios dispõem de atribuições nos domínios do equipamento rural e urbanos e de transportes e comunicações (art.º 13.º n.º 1 alíneas a) e c) da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e posteriores alterações); 2. É da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos domínios das ruas e arruamentos (art.º 16.º alínea b) da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro); 3. É da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos no domínio da rede viária de âmbito municipal (art.º 18.º alínea a) da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro); 4. Compete à Câmara Municipal no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos e estabelecer a denominação das ruas e praças das provocações e estabelecer as regras de numeração de edifícios (art.º 64.º n.º 1 alíneas u e v) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações); 5. A organização, gestão de sinalização, trânsito e equipamentos carece de envolvimento e os contributos de várias entidades ao nível municipal; 6. A democracia participativa tem resultados de gestão eficientes e eficazes. Em face do exposto, propõe-se: A criação de uma Comissão Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária nos seguintes termos: Constituição: a) Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, que preside; b) Vereador com responsabilidade nesta área de intervenção; c) Um representante de cada Partido Político com representação na Assembleia Municipal; d) Presidentes das Juntas de Freguesia; e) O Comandante do destacamento da Guarda Nacional Republicana de Oliveira de Azeméis; f) O Comandante dos Bombeiros Voluntários Oliveira de Azeméis; g) O Comandante dos Bombeiros Voluntários Fajões; Competências: - Contribuir para a definição da política de trânsito a nível municipal; - Servir como órgão consultivo para as atividades de trânsito do Município; - Promover a troca de informações e cooperação entre as entidades representadas; - Efetuar recomendações no sentido de reduzir os problemas relativos ao trânsito, no Município de Oliveira de Azeméis, nas várias formas de sinalização (vertical e horizontal), segurança rodoviária e sinalética direcional (placas indicativas); - Participar na elaboração do Plano Municipal de Segurança Rodoviária; - Participar na elaboração das Posturas Municipais de Trânsito; - Recomendar a adoção de medidas a integrar nos planos de atividades dos diferentes serviços que a constituem; Regras de Funcionamento: As regras de funcionamento serão aprovadas pela comissão, após tomada de posse.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer que: =====

===== *O PSD propõe o nome de José Francisco Brandão Oliveira; o Partido Socialista propõe o nome de Manuel José Tavares Soares e o CDS/PP o nome de Jorge Paulo de Melo Pereira.*=====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para dizer:*=====

===== *Permita-me só que peça a reflexão dos membros da Assembleia, nomeadamente o CDS. Porque o objetivo que está subjacente a esta proposta é, naturalmente, que a discussão seja feita e que de alguma forma melhore quer o funcionamento da Assembleia Municipal naquilo que diz respeito às questões do trânsito, quer da Câmara Municipal. Para que esta Comissão tenha validade política, ou seja, é evidente que, o que aqui está, eu percebo, diz um representante de cada Partido Político com representação na Assembleia Municipal. Se podermos falar no espírito do legislador nesta matéria, o espírito do legislador Ricardo Tavares, era que o elemento de cada Partido fosse membro da Assembleia Municipal. Os pontos depois vêm cá e naturalmente que são aprovados aqui. E portanto tem de haver aqui um compromisso, não sei quem é que o CDS indicou, mas é alguém que não é membro da Assembleia. Não tem problema pode indicar quem quiser. Mas tem é de ser alguém em agilização total com a Bancada do CDS, eu vou só dar um exemplo: o membro que lá está tem uma opinião e o CDS tem outra, ou seja, estamos a desvirtuar um bocado. Eu acho que a Assembleia reclama a presença do Dr.º Miguel Portela nesta Comissão. O Dr. Miguel Portela vai ser coadjuvado pelo Senhor Jorge Paulo de Melo Pereira.* =====

===== *Ficaram designados como representantes da Assembleia Municipal, para a Comissão Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária, os Senhores José Francisco Brandão de Oliveira, do PSD; Dr. Manuel José Tavares Soares, do PS e Dr. Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela, do CDS-PP.* =====

===== **Ponto vinte e seis:** *Proposta de colocação de sinalização vertical – Quinta da Abelheira, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços redes de circulação (...)” (art. 64.º, n.º 7, alínea a)) – Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art. 64.º, n.º 7, alínea a) e d), respetivamente). – Tendo em conta que é necessário ordenar o estacionamento, proibindo o estacionamento de viaturas pesadas nos locais indicados na planta anexa (documento este que fica arquivado em pasta*

*anexa ao livro de atas), propõe-se: - Colocação de sinais verticais H1a (estacionamento autorizado) com placa adicional Modelo 11ª (ligeiros de passageiros e mistos), nos locais indicados na planta anexa (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas). Na colocação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 03 de Março. A sinalização só produzirá efeitos após implementação e registo na base de dados da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, disponível no seguinte endereço eletrónico <http://portageografico.cm-oaz.pt>.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer: =====*

*===== Do ponto vinte e seis até ao trinta e quatro são questões relacionadas com o trânsito, pelo que eu proponho à Assembleia a discussão em conjunto. Se alguém tiver dúvidas questiona o Executivo e depois vota-se ponto a ponto. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Amaro Simões. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, do PS. =====*

*===== É sobre o ponto vinte e sete. Ponto vinte e sete - proposta de marcação de passadeiras para peões, freguesia de S. Roque - aprovação. Nós somos gratos e é uma obra pequenina, simbólica, mas de uma importância extraordinária para a população, é deste tipo de obras que nós estamos há anos a reclamar. Mas não há bela sem senão. Eu ia apresentar uma medida cautelar em relação às passadeiras, eu não sei o tempo que vai demorar, vamos fazer as passadeiras, vamos fazer as passadeiras muito bonitas e passados dias vamos abrir a estrada com saneamento. - É um problema. Eu acho que isto deve ser conciliado, onde já estão as infraestruturas na rede deve ser já e ontem já era tarde, mas onde ainda não está feito o saneamento, se calhar se me disser que isto vai demorar pouco tempo, era de conter, com todas as implicações que isto tem. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e seis à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto vinte e sete:** Proposta de marcação de passadeiras para peões, freguesia de S. Roque – Aprovação; =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...)”*

equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 64.º, n.º 2, alínea a)); - Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art. 64.º, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário criar pontos de atravessamento para peões, de forma que o atravessamento das vias, na zona da interceção giratória das ruas do Calvário, Gândara e Sardinheiras, da freguesia de S. Roque, possa ser efetuado com melhores condições de segurança. Nesse sentido, tomando em conta a informação técnica I/23916/2012, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - A marcação de quatro passadeiras para peões (marca rodoviária transversal M11) com as respetivas marcas de paragem (marca rodoviária transversal M8) e colocados os respetivos sinais verticais de passagem para peões (H7), no referido cruzamento. Na colocação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 03 de Março. A sinalização só produzirá efeitos após implementação e registo na base de dados da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, disponível no seguinte endereço eletrónico <http://portalgeografico.cm-oaz.pt>.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e sete à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e oito:** Proposta de ordenamento de trânsito na Travessa do Pereiro, freguesia de Pindelo – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 64.º, n.º 2, alínea a)); - Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art. 64.º, n.º 7, alínea a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar o trânsito de uma forma mais correta na Travessa do Pereiro, visto ser uma via sem saída e de largura reduzida o que dificulta a manobra de inversão de marcha. Nesse sentido, tomando em conta a informação técnica I/12479/2012, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - Colocação de sinal vertical “H4 – via pública sem saída” na Travessa do Pereiro, lugar de Pinhão, freguesia de Pindelo, no sentido de alertar os automobilistas que a via não tem saída. Na colocação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto

Regulamentar n.º 2/2011 de 03 de Março. A sinalização só produzirá efeitos após implementação e registo na base de dados da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, disponível no seguinte endereço eletrónico <http://portalgeografico.cm-oaz.pt>.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e oito à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e nove:** Proposta de ordenamento de trânsito na Rua Manuel Gonçalves Soares, freguesia de Cucujães – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 64.º, n.º 2 alínea a)); - Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art. 64.º, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar o trânsito de forma mais correta na referida rua, Vila de Cucujães e tratando-se de uma via de reduzida largura que dificulta as manobras de inversão de marcha. Nesse sentido, tomando em conta a informação técnica I/32908/2012, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - A colocação de sinalização vertical “H4 – via pública sem saída”, na rua Manuel Gonçalves Soares, Vila de Cucujães, para informar os automobilistas que a via não tem saída. Na colocação do sinal deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 03 de Março. A sinalização só produzirá efeitos após implementação e registo na base de dados da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, disponível no seguinte endereço eletrónico <http://portalgeografico.cm-oaz.pt>.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e nove à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto trinta:** Proposta de ordenamento de estacionamento na Rua Prof. Dr. António Joaquim Ferreira Silva, freguesia de Cucujães – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 64.º, n.º 2, alínea a)); - Que, bem assim,

também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art. 64.º, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar o estacionamento na rua Prof. Dr. António Joaquim Ferreira da Silva – Vila de Cucujães. Nesse sentido, tomando em conta a informação técnica I/19518/2012, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - A pintura de linha amarela contínua (LAC), M12, na rua Prof. Dr. António Joaquim Ferreira Silva, desde o entroncamento desta com a rua dos Missionários sendo o término 55 metros para Sul. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 03 de Março. A sinalização só produzirá efeitos após a sua implementação e registo na base de dados da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis disponível no seguinte endereço eletrónico <http://portalgeografico.cm-oaz.pt>.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto trinta e um:** Proposta de ordenamento de estacionamento na Rua Dr. António Francisco Bordalo, freguesia de Cucujães – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir, e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 64.º, n.º 2, alínea a)); - Que bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art. 64.º, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar o estacionamento na rua Dr. António Francisco Bordalo – Vila de Cucujães; Nesse sentido, tomando em conta a informação técnica I/22138/2012, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - A pintura de linha amarela contínua (LAC), M12, na rua Dr. António Francisco Bordalo, na entrada do prédio n.º 28, no sentido de reforçar a sinalização, visto haver constantes desrespeitos à alínea c) do n.º 1 do art. 50º do Código da Estrada, que proíbe o estacionamento em lugares por onde se faça acesso de pessoas ou veículos a propriedades. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 03 de Março. A sinalização só produzirá efeitos após a sua implementação e

registo na base de dados da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis disponível no seguinte endereço eletrónico <http://portalgeografico.cm-oaz.pt>.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e um à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto trinta e dois:** Proposta de implementação de um sinal vertical H3 (trânsito de sentido único) na Rua da Torre, freguesia de Fajões – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 64.º, n.º 2, alínea a)); - Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art. 64.º, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário alertar de forma conveniente os condutores que a rua da Torre na freguesia de Fajões é de sentido único. Nesse sentido, tornando em conta a informação técnica I/19600/2012, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - Que seja implementado um sinal vertical H3 (trânsito de sentido único) na Rua da Torre em Fajões junto do número 132 no sentido Norte/Sul de forma a alertar convenientemente os automobilistas. Na colocação do sinal deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 03 de Março. A sinalização só produzirá efeitos após a sua implementação e registo na base de dados da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis disponível no seguinte endereço eletrónico <http://portalgeografico.cm-oaz.pt>.” ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e dois à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto trinta e três:** Proposta de pintura de linha amarela contínua na Travessa Manuel Alegria, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 64.º, n.º 2, alínea a)); - Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bom como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento

normal das atribuições do município” (art. 64.º, n.º 7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar o estacionamento de forma mais correta na referida rua, freguesia de Oliveira de Azeméis. Nesse sentido, tomando em conta a informação técnica I/19470/2012, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - A pintura de linha amarela contínua (LAC), tipo M12, a ser implementada do lado esquerdo da Travessa Manuel Alegria, Oliveira de Azeméis, estabelecendo assim um melhor ordenamento do estacionamento local. Na colocação do sinal deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 03 de Março. A sinalização só produzirá efeitos após a sua implementação e registo na base de dados da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis disponível no seguinte endereço eletrónico <http://portalgeografico.cm-oaz.pt>.”

==== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e três à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

==== **Ponto trinta e quatro:** Proposta de marcação de linha amarela na Rua 30 de Agosto, freguesia de Fajões – Aprovação; =====

==== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, "criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)" (art.º 64.º, n.º2, alínea a)); - Que, bem assim, também lhe compete "administrar o domínio público municipal, nos termos da lei", bem como "exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município" (art.º 64.º, n.º7, alíneas a) e d), respetivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar o estacionamento de forma mais correta na referida rua, freguesia de Fajões. Nesse sentido, tomando em conta a informação técnica I/14325/2012, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - A pintura de linha amarela contínua (LAC), tipo M12, a ser implantada no acesso de viaturas ao Stand J. Santos Automóveis, Lda., situado na rua 30 de Agosto, n.º81, no sentido de alertar os condutores para a proibição de paragem e estacionamento no local. Na colocação do sinal deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º2/2011 de 03 de Março.”

==== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e quatro à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto trinta e cinco:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Cucujães – Aprovação final;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Na sequência da deliberação do executivo de 26 de Abril de 2011 sobre a proposta de classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Cucujães e decorrido o período de discussão pública, a comissão nomeada para o efeito reuniu tendo elaborado o relatório que pela presente se submete à aprovação. Junta-se ainda cópia das reclamações/sugestões recebidas, bem como a Proposta final da classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Cucujães, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. É mais uma freguesia que depois de um longo trabalho no terreno e depois de analisado, foram as questões colocadas e, chegou-se à conclusão que estava pronto a ser aprovado esta classificação e este cadastro, neste caso concreto a freguesia de Cucujães.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e cinco à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto trinta e seis:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Carregosa – Aprovação final;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Na sequência da deliberação do executivo de 22 de Novembro de 2011 sobre a proposta de classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Carregosa e decorrido o período de discussão pública, a comissão nomeada para o efeito reuniu tendo elaborado o relatório que pela presente se submete à aprovação. Junta-se ainda cópia das reclamações/sugestões recebidas, bem como a Proposta final da classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Carregosa, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e seis à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto trinta e sete:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Cesar – Aprovação final;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência da deliberação do executivo de 25 de Outubro de 2011 sobre a proposta de classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Cesar e decorrido o período de discussão pública, a comissão nomeada para o efeito reuniu tendo sido elaborado o relatório que pela presente se submete à aprovação. Junta-se ainda cópia das reclamações/sugestões recebidas, bem como a Proposta final de classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Cesar, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e sete à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto trinta e oito:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia do Pinheiro da Bemposta – Aprovação final;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Na sequência da deliberação do executivo de 25 de Outubro de 2011 sobre a proposta de classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia do Pinheiro da Bemposta e decorrido o período de discussão pública, a comissão nomeada para o efeito reuniu tendo sido elaborado o relatório que pela presente se submete à aprovação. Junta-se ainda cópia das reclamações/sugestões recebidas, bem como a Proposta final de classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia do Pinheiro da Bemposta, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e oito à votação tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Aires Ferreira; Fernando Ricardo Bastos e Prof. Leonel Martins* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Aires Ferreira, residente em Faria de Cima – Cucujães.* =====

===== *Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e a todos aqui presentes. Venho cá como morador residente na Rua Albertino Pereira da Silva, Faria de Cima – Cucujães. Em mísero estado que se encontra a mesma rua e, como tal, venho cá pedir mais uma vez ao Senhor Presidente da Câmara que me faça a requalificação da rua porque eu tenho carros de trabalho, tanto de trabalho como de passeio, onde na qual, ainda agora um está todo desfeito com as covas, que aquilo são covas por todo o lado. Agradecia e pedia encarecidamente a requalificação daquela rua, porque pago os meus impostos, tenho os meus impostos em dia, dá-me a impressão que só tenho deveres e não tenho direitos. Por isso, pedia encarecidamente que ainda esta semana compre um carro novo e sei que ao mete-lo lá vou dar cabo dele em pouco tempo. Não vale a pena estar a falar mais. Obrigado pela atenção a todos e mais uma vez peço ao Senhor Presidente que olhe para a situação. Obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, residente em Lações de Cima – Oliveira de Azeméis.* =====

===== *Boa noite a todos. Apenas para dizer que hoje foi a minha primeira falta a uma Assembleia e devo dizer que estou triste e estou assim de certa forma revoltado. Isto não é feito para quem trabalha por conta de outrem, desculpem lá mas não é. Porque já a anterior Assembleia, uma Assembleia Extraordinária marcada para as quatro e meia e eu cheguei aqui eram cinco horas e ela tinha terminado. Isto não é para quem trabalha por conta de outrem e eu não vou voltar a meter férias por causa de Assembleias. Eu vou propor ao meu Partido que não autorize mais Assembleias antes das seis horas da tarde. Se isso acontecer. Há uma coisa que se chama direito ao trabalho. O que eu quis foi saber a partir de que momento é que se marcava faltas. Eu acato a falta, mas não deixo de lamentar que isto não foi feito para pessoas que trabalham por conta de outrem. Não fui eu que criei regras nenhuma. Eu só levantei o problema quando houve um elemento que entrou ao ponto trinta e oito, falou e saiu. Eu acato a falta. Ficou estipulada que quem entrasse depois do período da “Ordem do Dia” era falta, tudo bem é falta. As Associações para quem eu dou as senhas de presença, porque eu não fico com nenhum desse dinheiro, não irão ficar sem este dinheiro porque eu irei mete-lo do meu bolso. É um problema meu, fui eu que cheguei atrasado, agora não voltarei a meter férias por causa disto. Se não acatarem, ou se o Partido, ou se não se chegar a esse acordo que não hajam Assembleias antes das seis da tarde, não há outra coisa a fazer, eu demito-me, saio da Assembleia. Há uma coisa que nós temos direito, há direitos e há deveres e nós temos direito ao trabalho e o nosso Governo pediu-nos para trabalhar mais meia hora, não somos nós agora a dizer que venham todos embora às quatro e meia. Às três e meia fecho eu o balcão, ninguém que trabalhe por conta de outrem consegue, pelo menos nesta atividade, fechar numa hora*

*principalmente quando está dependente de outros. Agora, eu não voltarei a meter férias por causa disto. Uma Assembleia Extraordinária marcada às quatro e meia sem período de “Antes da Ordem do Dia”, isto não é feito para quem trabalha por conta de outrem. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Prof. Leonel Martins, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

*===== Boa noite a todos os presentes. Na semana passada comemoraram-se 38 anos do 25 de Abril. 25 de Abril, que pôs termo a um regime ditatorial tipo fascista que durou mais de 40 anos, implantou o regime democrático e devolveu aos portugueses determinados direitos como é o caso do direito à liberdade. A liberdade traduz-se por exemplo, na liberdade de pensamento e na liberdade de expressão. E se nós aceitamos estes princípios, temos de aceitar que as pessoas pensem e agem de forma diferente, o que implica que nós temos de respeitar o outro, a diferença do outro. Agora vamos passar para o campo do poder local. Tenho vindo a várias Assembleias, os temas e assuntos tratados são diversos, cada um dos Grupos Parlamentares com visões diferentes da questão interpretam as situações de forma diferente e propõem para elas de acordo com a visão que têm soluções também diferentes e nós temos de aceitar precisamente isto que haja esta visão diferente. Por exemplo, ainda hoje se assistiu, o caso das Contas, a Câmara Municipal diz que está a correr bem, o PS diz que não, o CDS mais ou menos podia ser melhor, etc., são visões diferentes e nós temos de respeitá-las. Nunca nos podemos esquecer de um pormenor, é que, a quem compete decidir é ao Executivo. O Executivo é que tem o poder de decisão e ele pode ao decidir, pode ou não eventualmente apanhar alguma ideia do outro lado que tem uma visão diferente, mas não é obrigado a isso, ele pode decidir como entende, reparem neste pormenor: O Executivo decide, de acordo com a visão que ele entende que é melhor a seguir, o resto da Assembleia tem de aceitar o que eles fizeram. Agora mais tarde alguém vai julgar e, se eventualmente eles agiram bem terão os louros do que fizeram, se agiram mal serão condenados, isso será visível eventualmente numa situação de eleições. Transpondo agora para a minha participação aqui. Já me disseram assim, o que é que tu vais lá fazer? Ninguém te liga nada. E agora vou buscar esta questão da liberdade, eu vou dar um exemplo: eu tenho andado há anos a batalhar na questão do passeio para a La-Salette, eu para mim, acho que é um assunto premente, porque põem em causa a integridade física das pessoas que diariamente passam lá, para mim é um assunto premente. O Executivo entende que há outros assuntos prementes, eu respeito. Para mim acho que era preciso, se não é possível fazer um passeio, neste momento querem fazer uma obra de fundo, estruturada e eventualmente vai ser a médio prazo eu para mim entendo que era preciso tomar uma medida a curto prazo, passaria para o tal, uma medida provisória. O executivo não entende e eu respeito. E por isso é que eu vou continuar a vir aqui, porque eu respeito a diversidade de encarar as situações e espero, sinceramente, que nunca aconteça nenhuma desgraça e quando o passeio estiver feito, o Executivo diga assim: Afinal nós tínhamos razão, não era preciso tomar nenhuma medida provisória, fizemos aqui um*

*passaio cinco estrelas nunca aconteceu nada, o nosso munícipe afinal estava preocupado sem razão. Posto isto, é apenas para dizer que aceito perfeitamente e não é por causa disso que eu deixo de vir aqui, aceito que me respeitem tal qual como eu vos respeito a vocês, não há problema. De forma que eu vou continuar a cumprir o meu papel de munícipe e de cidadão com o direito e o dever de participar nas Assembleias. E então, ia fazer mais umas sugestõezinhas, são poucas. Uma primeira sugestão era, aliás já tinha pedido, aqui, uma cunha ao Senhor Presidente da Junta, como vão voltar a fazer novamente passadeiras, junto à Escola nº 1 de Oliveira de Azeméis esqueceram-se de pintar. O Senhor Presidente da Junta já fez o favor de meter uma cunhazinha, pronto não perco mais tempo com isso. Outra situação é, esta ruazinha, aqui em cima, junto à Biblioteca que está em terra batida que utilizada como acesso pelos alunos ali abaixo ao pavilhão e aquilo está em terra em tempos andaram lá a arranjar aquilo mas com chuva está tudo cheio de lama e depois lá ao fundo da rua com a chuva a terra vai para a estrada. Depois uma outra sugestão, tem a ver com as Piscinas Municipais, eu bem sei que o CDS já reclamou porque esta a ser um sorvedouro de dinheiro as Piscinas, no entanto eu queria fazer um sugestão que é o seguinte: as pessoas vivem com um bocado de dificuldade, hoje, financeira e o desporto é colocado para segundo plano, quando começa a faltar o dinheiro, vai-se na mesma ao cabeleireiro, as senhoras, pintar a unha, os homens continuam com a sua cigarrada e o desporto é colocado de lado. Acontece que, não sei se os senhores sabem, mas uma entrada na piscina municipal, quem quiser ir lá nadar uma hora, são três euros (3,00€). Três euros (3,00€) é muito dinheiro. Eu vou fazer um ponto de comparação, as piscinas de Vilamoura que são consideradas, a sul do rio Tejo, as melhores Piscinas de Portugal, cobram um euro e oitenta cêntimos (1,80€). Eu acho que talvez se revissem o preço da entrada, tornar mais fácil a entrada, se calhar até o CDS concordava que aumentasse lá a conta negativa por uma boa causa. Uma outra situação é que está-se a aproximar as férias letivas, interrupção letiva, as férias de verão e muita gente mete os filhos nessas atividades, há uma já na Junta de Freguesia, que são chamadas férias desportivas, já apresentei essa sugestão e há uma outra iniciativa que é levada a cabo pela GEDAZ e eu sugeria que neste quadro de dificuldade, que se fosse possível que baixassem os preços de inscrição nas férias, nas atividades na Piscina de forma a facilitar mais às famílias que queiram colocar os filhos nessas atividades. Muito boa noite. =====*

*===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====*

*===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== A todos muito obrigado e bom fim-de-semana. =====*

=====  
*E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram vinte horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa.*  
=====